

GILIARDE DE SOUZA BRITO

**MIGRAÇÕES RURAL/URBANO E FLUXOS DE CONHECIMENTO
AGROECOLÓGICO: O CASO DE MONTES CLAROS, MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências Agrárias, concentração em Agroecologia, do Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Agrárias.

Orientador: Prof. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro

Coorientador: Prof. Helder dos Anjos Augusto

Montes Claros
2011

Brito, Giliarde de Souza.

B862m
2011

Migrações rural/urbano e fluxos de conhecimento agroecológico: o caso de Montes Claros, Minas Gerais / Giliarde de Souza Brito. Montes Claros, MG: ICA/UFMG, 2011.

150 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias, área de concentração em Agroecologia) Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

Orientador: Prof. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro.

Banca examinadora: Rômulo Soares Barbosa, Flávia Maria Galizoni, Helder dos Anjos Augusto, Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro.

Inclui bibliografia: f.138-144

1. Sociologia rural. 2. Ecologia. I. Ribeiro, Áureo Eduardo Magalhães. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Ciências Agrárias. III. Título.

CDU: 316.5

Elaborada pela BIBLIOTECA COMUNITÁRIA DO ICA/UFMG

GILIARDE DE SOUZA BRITO

**MIGRAÇÕES RURAL/URBANO E FLUXOS DE CONHECIMENTO
AGROECOLÓGICO: O CASO DE MONTES CLAROS, MINAS GERAIS**

Prof^o. Rômulo Soares Barbosa
(UNIMONTES)

Prof.^a Flávia Maria Galizoni
(ICA/UFMG)

Prof^o. Helder dos Anjos Augusto
Coorientador (ICA/ UFMG)

Prof^o. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro
Orientador (ICA/ UFMG)

Aprovada em 08 de junho de 2011.

Montes Claros
2011

Dedico

A meus pais (Joselina e Valdomiro), aos meus irmãos (Warlei, Selma, Gilberto e Wanderson), aos meus sobrinhos e, em especial, a minha esposa Cássia e a meu filho (Miguel Arthur), que está a caminho; a ele todas as belezas do mundo. A todos o meu carinho e o muito obrigado pelas valiosas e calorosas contribuições.

AGRADECIMENTOS

A Deus, nosso pai eterno, por tudo que nos dá. Sem ele, nada seria possível.

A minha família as grandiosas e valorosas contribuições.

Ao meu orientador prof. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro, as valiosas contribuições, o ensinamento, as experiências vividas na prática e na teoria e as cobranças.

À Professora Doutora Flávia as valorosas contribuições teóricas nas disciplinas sobre nosso semiárido. Conhecer os gerais e, em especial, o rio, o rural e sua gente.

Ao prof. doutor Hélder dos Anjos, os conselhos, as conversas e os ensinamentos teóricos e práticas de vida. A ele, a minha gratidão.

Ao professor, Doutor Rômulo Soares Barbosa, por participar da minha qualificação, na disciplina Seminário II.

Ao Instituto de Ciências Agrárias da UFMG a oportunidade para a realização do curso.

A todos os funcionários do ICA, em especial ao seu João, motorista e ao seu Adão, jardineiro.

Aos colegas do mestrado: Leandro, Alice, Sérgio, Thâmara, Sara, César, Hugo.

A todos os professores e professoras da Pós-Graduação em Ciências Agrárias com área de concentração em Agroecologia.

Ao professor Alex Fabiani as orientações durante o programa de extensão "Serviço Civil Voluntário", realizado em Mocambinho, em 2000. Esse programa se constituiu em um verdadeiro incentivo para as minhas vitórias no presente; uma espécie de semente.

Aos professores do antigo Colégio Agrícola (NCA/UFMG) Alex Fabiani, Dalton, Elvio, Antônio (Toninho), Eduardo (Dudu), Maria Amália, Betinho, entre tantos outros professores responsáveis pela minha formação.

À Prefeitura Municipal de Montes Claros, por meio das Secretarias de Governo e de Desenvolvimento Social, por disponibilizar os bancos de dados para a concretização desta pesquisa.

Aos políticos (vereadores) de Montes Claros, por concederem parte do tempo para contribuir com esta pesquisa.

Aos coordenadores dos programas Cidadão Nota Dez e Leite pela Vida, vinculados ao IDENE, a hospitalidade dispensada nas idas para consultar os bancos de dados.

Aos 35 migrantes que visitamos ao longo da pesquisa, a paciência e por aceitar e contribuir com a pesquisa, com os seus ensinamentos sobre o rural.

À equipe do NPPJ-UFMG que participou da pesquisa, em especial, ao Edimar, ao Deyvison, à Ana Flávia, ao Xadai, o apoio aos momentos mais difíceis.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a bolsa de apoio técnico ofertada nos primeiros meses do mestrado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a bolsa Prof-CAPES, bolsa essa que foi importante para a conclusão da pós-graduação em Ciências Agrárias/Agroecologia no ICA/UFMG.

MIGRAÇÕES RURAL/URBANO E FLUXOS DE CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO: O CASO DE MONTES CLAROS, MINAS GERAIS

RESUMO

O objetivo desta dissertação é compreender as práticas agrícolas vindas com a migração do rural norte- mineiro para o urbano de Montes Claros. Procura identificar práticas de agricultura na área urbana de Montes Claros, analisar os fluxos de produtos agrícolas, biodiversidade e conhecimento agrícola que circulam em redes que ligam municípios de origem ao destino. Apresenta resultados de pesquisa de cunho quantitativo e qualitativo. Compreendeu análise das informações de bancos de dados de agências públicas e coleta de dados que foi feita por meio de questionário semiestruturado aplicado a 35 praticantes de agricultura urbana, originários das 5 microrregiões (agroambientes) do Norte de Minas Gerais (Alto Rio Verde, Mata do Rio Verde, Coração de Jesus, Gerais de São Felipe e Serra Geral), que apresentam número mais expressivo de migrantes para a área urbana de Montes Claros. Os resultados da pesquisa revelam que esses migrantes conservam e reproduzem, na área urbana, as técnicas agrícolas aprendidas na infância, produzem parte substancial dos alimentos que consomem e reproduzem práticas agroecológicas relacionadas à agricultura familiar tradicional do norte-mineiro. Os resultados mostram ainda que boa parte desses agricultores urbanos conserva sólidas relações com seus municípios de origem, recebendo e enviando alimentos, material genético e conhecimento. Esses migrantes procuravam, no urbano trabalho, educação, saúde, renda. Nessa procura contaram com o apoio das redes de parentesco na origem e no destino, que asseguraram uma inserção mais estável na área urbana e contribuíram para consolidar as redes de trocas de alimentos, bens e dons.

Palavras-chave: Mobilidade populacional. Agroecologia. Agricultura urbana. Redes sociais, Rural

MIGRAÇÕES RURAL/URBANO E FLUXOS DE CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO: O CASO DE MONTES CLAROS, MINAS GERAIS

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to understand the agricultural practices that come with the migration from the north-mineiro rural to the urban of Montes Claros. It seeks to identify agricultural practices in the urban area of Montes Claros, analyze the flow of agricultural products, biodiversity and agricultural knowledge that circulate in networks that link the cities from origin to destination. It presents results of a quantitative and qualitative research. It understood analysis of information from databases of public agencies and data collection that was done through semi-structured questionnaire applied to 35 practitioners of urban agriculture, originating from 5 micro-regions (agri-environment) of North of Minas Gerais (Alto Rio Verde, Mata do Rio Verde, Coração de Jesus, Gerais de São Felipe and Serra Geral), which present a more expressive number of migrants to the urban area of Montes Claros. The survey results show that these migrants retain and reproduce in the urban area, agricultural techniques learned in childhood, produce a substantial part of their food and reproduce agro-ecological practices related to traditional family agriculture of North-mineiro. The results also show that most of these urban farmers conserve solid relationships with their cities of origin, receiving and sending genetic material, foods and knowledge. These migrants sought, in the urban work, education, health, income. In this search, they had the support of kinship networks in the origin and in destination, which ensured a more stable insertion in the urban area and contributed to consolidate the changing networks of food, goods and gifts.

Keywords: Populational Mobility. Agro-ecology. Agro-Urban Agriculture. Social Networks. Rural.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mapa dos polos urbanos de Montes Claros.....	29
Figura 2 –	Mapa da Mesorregião norte de Minas Gerais, 1999, com localização dos agroambientes pesquisados na mesorregião do Norte de Minas	35
Figura 3 –	Agroambientes das populações na área de estudo de Dayrell (2000)	63
Figura 4 –	Migração interna no Brasil, nas décadas de 1960.....	76
Figura 5 –	Migração interna no Brasil, na década de 1970.....	78
Figura 6 –	Determinantes do conceito de agricultura urbana.....	93
Figura 7 –	Elementos de interação na agricultura urbana.....	95
Figura 8 –	Pesquisa de campo.....	112
Figura 9 –	Pesquisa de campo.....	113
Figura 10 –	Quintal urbano.....	117
Gráfico 1 –	Percentual de migrantes por faixa de idade, segundo o banco de dados do Programa Bolsa Família.....	46
Gráfico 2 –	Percentual de migrantes por faixa etária segundo o banco de dados do Programa Minha Casa Minha Vida.....	47
Gráfico 3 –	Mudança/permanência no bairro de residência.....	103
Gráfico 4 –	Condições de acesso à terra no local de origem.....	104
Gráfico 5 –	Obtenção de ajuda de conhecidos ou parentes, ao chegar em Montes Claros.....	106
Gráfico 6 –	Existência de parentes no urbano de Montes Claros..	108
Gráfico 7–	Aprendizagem sobre agricultura.....	109
Gráfico 8 –	Área de plantio no urbano.....	111
Gráfico 9 –	Motivos para fazer agricultura na cidade.....	114
Gráfico 10 –	Tempo de dedicação à agricultura urbana.....	115
Gráfico 11 –	Utilização de adubos orgânicos.....	116

Gráfico 12 –	Manejo de palhada na agricultura urbana.....	120
Gráfico 13 –	Manejo de pragas e de doenças.....	121
Gráfico 14 –	Fontes de água usada na agricultura urbana.....	122
Gráfico 15 –	Acompanhamento de programas de informação sobre agricultura.....	123
Gráfico 16 –	Dificuldades enfrentadas na prática da agricultura urbana.....	124
Gráfico 17 –	Variedades de banana e de cana presentes nos cultivos urbanos.....	126
Gráfico 18 –	Existência de ligação com o município de origem.....	127
Gráfico 19 –	Frequência de idas ao município de origem.....	128
Gráfico 20 –	Produtos adquiridos no município de origem.....	129
Gráfico 21 –	Produção na agricultura urbana.....	130
Gráfico 22 –	Animais criados no urbano de Montes Claros.....	135
Gráfico 23 –	Destino da produção da agricultura urbana.....	136
Quadro 1 –	Identificação dos bancos de dados das instituições pesquisadas com possíveis enviesamentos das informações disponíveis, Montes Claros.....	21
Quadro 2 –	Polos urbanos de Montes Claros, com discriminação dos bairros que os compõem.....	27
Quadro 3 –	Polos em destaque com aglomerações antigas e recentes.....	49
Quadro 4 –	Classificação de alimentos, segundo Brandão (1981)	87
Quadro 5 –	Estimativa global do nível da atividade agrícola urbana.....	97

LISTA DE TABELAS

1 – Total e percentual de imigrantes, por município de origem.....	31
2 – Total e percentual de migrantes residentes em Montes Claros, discriminados por agroambiente de origem, de acordo com os bancos de dados dos Programas Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida.....	37
3 – Distribuição de migrantes do norte de Minas Gerais, por polo urbano de Montes Claros.....	39
4 – Distribuição dos migrantes com mais de 50 anos, por polo urbano de Montes Claros.....	40
5 – Migrantes para Montes Claros, com mais de 50 anos, discriminados por município de origem.....	41
6 – Relação da migração geral, com migrantes acima de 50 anos.	44
7 – Migrantes residentes em Montes Claros, discriminados por agroambientes de origem.....	53
8 – Incidência de população originária de agroambientes, por polo urbano.....	54
9 – Agroambientes, polos e municípios de origem dos migrantes da amostra.....	57
10 – População, de acordo com a definição oficial de urbanos 1940-1980.....	75
11 – Emigração inter-regional no Brasil, em 1980.....	77
12 – Origem dos agricultores urbanos – cidade de Rio de Janeiro – 2008.....	89
13 – Escolaridade dos imigrantes, por faixas de idade.....	100
14 – Ocupação dos imigrantes, por década de migração.....	101
15 – Idade dos imigrantes, por agroambiente.....	102
16 – Motivos da migração, por década.....	105
17 – Acesso à terra no rural, por década de migração.....	107
18 – Migrantes com parentes em Montes Claros.....	108
19 – Tempo de plantio em anos na cidade de Montes Claros.....	110

20 – Participação em cursos de capacitação.....	123
21 – Transmissão de conhecimentos sobre plantio para vizinhos e parentes no urbano de Montes Claros.....	125
22 – Sementes ou mudas ganhas ou trocadas.....	125
23 – Procedência das sementes e das mudas.....	129
24 – Frequência de cultivos por metro quadrado.....	132
25 – Criação de pequenos e de grandes animais.....	134

LISTA ABREVIATURAS E SIGLAS

AISP-98 - Área Integrada de Segurança Pública
ARV - Alto Rio Verde
AU - Agricultura Urbana
AUP – Agricultura Urbana e Periurbana
BF – Bolsa Família
BOs - Boletins de Ocorrências
CJ - Coração de Jesus
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COONATURA - Cooperativa de produtores e consumidores de alimentos
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
FAO – Organizações das Nações Unidas
GER - Gerais de São Felipe
ICA/UFMG – Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais
IDENE - Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPES- Promoção do Desenvolvimento Sustentável
JEQ - Jequitaiá
MCMV – Minha Casa Minha Vida
MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MRV - Mata do Rio Verde
PAR - Rio Pardo
PMMC – Prefeitura Municipal de Montes Claros
REDE - Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas
SF - São Francisco
SGII - Serra Geral II
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 OBJETIVOS	16
3 METODOLOGIA	17
3.1 Pressupostos metodológicos.....	17
3.2 Análise dos bancos de dados.....	24
4 SELEÇÃO DA AMOSTRA DE PESQUISA	52
5 REVISÃO DE LITERATURA	59
5.1 O rural norte-mineiro e as migrações.....	59
5.1.1 O homem e a natureza: agricultura e a reprodução social.....	59
5.2 A terra e a prática agrícola: a modernização e os fluxos migratórios	70
5.3 Formação de redes sociais no rural e no urbano.....	79
5.4 Agricultura urbana/periurbana e princípios agroecológicos.....	88
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	99
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	140
ANEXOS	147

1 INTRODUÇÃO

A área urbana do município de Montes Claros viveu um crescimento populacional acelerado a partir da década de 1960. Nessa época, contando ainda com os distritos de Juramento e Mirabela, que depois foram emancipados, tinha uma população urbana de 46.502 habitantes e população rural de 85.971 habitantes. Na década de 1960, o município era considerado rural, uma vez que a sua população, na maioria, habitava o campo. Na década de 1970, mesmo com a emancipação daqueles distritos, o urbano passou a responder por 85.154 habitantes e o rural, por 31.332 habitantes. Os anos 1960, então, podem ser considerados como divisores de águas, pois houve uma inversão nos números referentes à situação de domicílio, crescendo relativamente mais a população urbana, que passou a ser maioria na década de 1970, graças a uma série de fatores.

De acordo com o Censo de 1980, o município passou a ter uma população urbana de 155.313 habitantes e rural 21.995 habitantes. No Censo populacional de 1990, a população urbana quase que quintuplicou em relação à década de 1960, totalizando 227.295 habitantes residentes no meio urbano e, no rural, declinou, totalizando 22.270 habitantes.

Grande parte da população que se urbanizou teve as suas origens em áreas rurais do próprio município; mas, seguramente, dado o ritmo do crescimento demográfico observado, em sua maioria, ela se originou de pequenos municípios localizados no norte de Minas Gerais. Esses migrantes que se deslocaram para a cidade de Montes Claros buscaram melhores condições de vida: saúde, emprego, educação, moradia, transporte.

Parte da literatura trata a migração do rural para o urbano como uma ruptura: o migrante, ao se deslocar para as cidades, se integraria em um novo ambiente e os referenciais rurais – técnicas, costumes e práticas, de pouco adiantariam nas cidades.

Entretanto, sabe-se que, quando uma população migra do seu local de origem, leva consigo conhecimentos, experiências, vivências, culturas, subjetividades, religiosidades e laços de parentesco. Portanto, quando uma

população rural se desloca de seu local de origem para um destino, além de todas as suas experiências, leva o conhecimento de agricultura, com as suas técnicas materiais próprias: as plantas preferidas para cultivos, a criação de animais, os modos e práticas ligados à produção.

Diante disso, esta pesquisa visou a estudar esse tema e analisar como ocorreu a transferência de pessoas, mas principalmente de costumes e técnicas de produção agrícola que foram conduzidos por migrantes do meio rural para o centro urbano de Montes Claros.

A importância de pesquisar esse tema está na possibilidade de compreender como ocorreu a movimentação de conhecimentos e pessoas de outros municípios para essa área urbana, além de analisar a transferência de experiências vividas no rural para o meio urbano.

A pesquisa foi dividida em dois momentos; o primeiro objetivou identificar fluxos de migrantes e, para isso, foram utilizados dois bancos de dados: Programa Minha Casa Minha Vida, com 10.129 informantes e o Programa Bolsa Família, com 26.948 informantes. As análises desses dois bancos forneceram informações acerca de migrantes por faixas de idade, quantidade de migrantes por município e migrantes por microrregiões. Posteriormente, a pesquisa concentrou esforços para analisar conhecimento agrícola, produção e biodiversidade nos plantios de agricultores urbanos (migrantes) em três polos urbanos de Montes Claros, utilizando como instrumental o questionário semiestruturado, que foi aplicado a 35 agricultores urbanos.

A estruturação da dissertação foi feita da seguinte forma: introdução, objetivos, metodologia, análise dos bancos de dados do programa Minha Casa Minha Vida e Bolsa Família, referencial teórico, resultados e discussão da aplicação dos questionários semiestruturados aos agricultores urbanos e, por fim, as considerações finais.

2 OBJETIVOS

Migração é a movimentação de indivíduos sobre um determinado espaço geográfico. Desdobra-se numa série de modalidades: permanente, não permanente, pendular, entre outras. Quase sempre a migração se associa a estratégias para a reprodução social das famílias migrantes. No rural, as migrações de lavradores podem ser classificadas em 3 tipos: do membro ou família rural que migra sazonalmente; do pai de família rural que migra e retorna, e do membro ou família que migra definitivamente rumo ao centro urbano pela impossibilidade de permanência no rural.¹ A reprodução social dos agricultores familiares é um fenômeno associado às condições de produção de alimentos, às terras disponíveis, que são destinadas ao cultivo de alimentos e também locais para coleta, criação e caça de animais domésticos ou selvagens.

O rural é o espaço de moradia de diversas comunidades e povos que mantêm estreita relação com a natureza, uma aliada na produção de alimentos. Ao passo que cresce a população rural ou que o campo se transforma, a reprodução social não mais é possível nas mesmas condições tradicionais. A estratégia encontrada pelas famílias para continuar a reprodução, mesmo que em condições de mínimo social, é a migração. Às vezes, há a necessidade de deslocamento de membros de famílias rurais para outras áreas, seja no rural ou no urbano; assim como o trabalho do pai de família passa a ser trocado por dinheiro, para adquirir alimentos quando não mais é possível cultivar a terra. Com o tempo, essa família pode se ver frente à inexistência de oportunidades para prosseguir com a reprodução no rural e decide migrar para áreas urbanas. Passa a ser migrante.

Mas o termo “migrante” não é assimilado como “condição” pelas pessoas que buscaram ou buscam outros espaços geográficos para se estabelecer. Esses sujeitos podem se declarar como serventes de pedreiros, carpinteiros, pedreiros, catadores e vigilantes; no entanto, mesmo distantes

¹ Consultar Woortmann (1990) sobre essas categorias de migrações de lavradores.

de seus locais de origem, mantêm relação com familiares que ficaram ou com parentes que estão, assim como eles, em áreas urbanas. E criam vínculos que circulam por essas redes de parentesco que envolvem o rural e o urbano.²

Esta pesquisa teve como objetivo central identificar os principais fluxos de migrantes, os conhecimentos agrícolas e a biodiversidade que circularam e circulam nas redes sociais que ligam os locais de origem de migrantes rurais à área urbana de Montes Claros.

Os seus objetivos específicos foram: primeiro, identificar os principais territórios de origem de grupos de migrantes. Segundo, pretendeu-se identificar, na área urbana de Montes Claros, os pontos que esses migrantes buscaram para fixar moradia, criando aglomerações urbanas próximas e de uma mesma origem. Em terceiro, buscou-se investigar vínculos e redes que esses migrantes construíram e conservaram entre locais de origem e destino, pois o indivíduo, ao migrar, conserva relações com parentes e vizinhos que ficaram nos locais de origem. Nos locais de destino, procuraram estar mais próximos de parentes e de conhecidos, esses também migrantes. E por fim, o quarto objetivo específico desta investigação foi analisar os fluxos de produção agrícola urbana, biodiversidade e conhecimentos agrícolas que circulam nas redes sociais criadas por migrantes urbanizados, identificando como essas práticas servem para manter vivos os sentimentos de pertencimento em relação ao local de origem.

3. METODOLOGIA

3.1. Pressupostos metodológicos

O deslocamento horizontal ou a migração de populações não é um acontecimento recente. O Ocidente, segundo estudos, teria sido povoado por populações originárias do Oriente; houve deslocamento de populações africanas para o Brasil e movimentação de comunidades indígenas, antes

² Consultar sobre a autoidentificação de migrantes Silva e Menezes (2007).

próximas do litoral e de rios para áreas interioranas do Brasil. É claro, os três exemplos são distintos, cada qual com características próprias. O segundo e terceiro deslocamentos, por exemplo, ocorreram de forma compulsória (SANTOS, 1997).

Esse fenômeno da migração e da mobilidade espacial da população sofre influências de fenômenos que agem sobre a população, favorecendo a sua permanência ou a sua retirada para outros espaços geográficos que possam lhe oferecer mais atributos positivos que negativos (PERDOMO, 2006; MARTINE, 2007).

Os sujeitos atingidos por esse fenômeno têm um papel muito relevante, ao adentrarem em novos espaços com características econômicas, sociais e culturais próprias, não sendo, portanto, as mesmas do local de origem. Eles transferem parte de sua cultura, práticas materiais e costumes para os locais de destino, onde se organizam, por meio de redes sociais (FAZITO, 2002; FAZITO, 2005; GALIZONI, 2000; MAIA, 2002; MARANDOLA JR; GALLO, 2009; PERDOMO, 2006).

Para identificar e analisar esses deslocamentos, é preciso método. O método encaminha o pesquisador aos caminhos para a concretização dos seus propósitos (MARCONI; LAKATOS, 2000). O método é o conjunto de regras que são estabelecidas antes de se querer buscar algo (HEGENBERG, 1973; MARCONI; LAKATOS, 2000). Marconi e Lakatos (2000, p. 46) argumentam que “o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo”. Método estabelece caminhos a serem traçados pelos pesquisadores para que os resultados esperados sejam alcançados.

Esta pesquisa teve dois momentos metodológicos de investigação. O primeiro fundamentou-se na metodologia quantitativa e qualitativa, para investigar os bancos de dados de programas sociais: Resultou em dados que apresentam a distribuição da população migrante na área urbana, bem como os locais de origem (municípios e regiões/agroambientes) e distribuição por faixas de idade. Esse momento teve como objetivo identificar os polos e

bairros de fixação de domicílio da população migrante na área urbana de Montes Claros.

No segundo momento, a investigação metodológica pautou-se pela análise qualitativa dos dados obtidos por meio de questionários. Esses permitem realizar uma abordagem “dos significados das ações e relações humanas” (MINAYO, 1994, p. 22).

A pesquisa qualitativa não se baseou no critério numérico para garantir a sua representatividade, e sim na subjetividade aplicada à análise dos fatos. Isso não implica afirmar que dados quantitativos foram desconsiderados. Ao tratar a relação de complementaridade entre os métodos quantitativos e qualitativos, Minayo (1994) admite que as técnicas não se opõem: estabelecem interação, excluindo qualquer dicotomia. Para Minayo (1994, p. 22), não há um “continuum” entre “quantitativo-qualitativo”, em que o primeiro termo seria o lugar da “intuição”, da “exploração” e do “subjetivismo”; e o segundo representaria o espaço do científico, porque traduzido “objetivamente” e em “dados matemáticos”. Segundo a autora, não faz sentido realizar uma pesquisa apenas para quantificar dados e informações sobre pessoas, fenômenos, programas ou projetos, sem uma análise do que está “por trás” dessas informações, o que motiva ou contribui (qualitativamente) para que determinado fenômeno aconteça ou deixe de acontecer. Mas isso não quer dizer que tabelas e gráficos sejam dispensáveis numa análise qualitativa.

Nesse sentido, Demo (2004) argumenta que “entre quantidade e qualidade não existe dicotomia, pois são faces diferenciadas do mesmo fenômeno. Métodos quantitativos e qualitativos precisam ser tomados como complementares e como regra” (DEMO, 2004, p. 08).

Conforme Soares (1995), a metodologia que melhor se adequa para obter compreensão dos processos migratórios é a busca de dados por meio de pesquisa social empírica, com o auxílio do questionário. Assim, as técnicas utilizadas na pesquisa de campo foram escolhidas, levando em consideração os objetivos geral e específicos. Utilizou-se como técnica para a coleta de dados o questionário, que consiste num conjunto de questões

pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa. Essa técnica visa a suscitar dos informantes e participantes respostas que podem ser mensuráveis em relação à sua condição de migrante ou verbalmente sobre assunto que os entrevistados saibam opinar ou informar (CHIZZOTTI, 1991).

Para identificar a origem dos fluxos migratórios e mapear as suas localizações nos espaços dos bairros urbanos de Montes Claros, foi necessário recorrer, inicialmente, aos bancos de dados disponíveis; eles indicaram a composição da população de Montes Claros por município de origem. Esperava-se que os bancos de dados, revelando a origem municipal da população cadastrada, indicassem as principais concentrações de migrantes, por origem, num determinado bairro ou região urbana.

Para isso, foram realizadas consultas a políticos, instituições públicas (Secretarias da Prefeitura Municipal de Montes Claros, Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE e Polícia Militar de Minas Gerais / Montes Claros) e entidade não governamental (Pastoral da Criança), que dispunham de bancos de dados sobre a população urbana, discriminada por idade, origem e ocupação, distribuída pelos diversos bairros. Embora sejam diversos os objetivos de cada um desses bancos de dados, todos eles registram o perfil e o município de origem do cadastrado.

Cada um desses bancos de dados se circunscreve ao objetivo da organização e apresenta informações sobre a origem municipal dos(a) cidadãos(ãs) beneficiários das ações da organização responsável pelo cadastro. Por isso, todos eles apresentam pelo menos um viés, conforme está resumido no quadro 1.

QUADRO 1
 Identificação dos bancos de dados das instituições pesquisadas e seus possíveis enviesamentos de informações, Montes Claros

(Continua)

Projeto, programa ou ação associado ao banco de dados	Responsável pelo banco de dados	Possíveis vieses ⁽³⁾
Leite pela Vida	IDENE	Banco de dados compreende apenas população de renda baixa, casais jovens com filhos pequenos, nutrízes e idosos. Há vieses derivados de idade e de renda.
Cidadão Nota Dez	IDENE	Programa destinado à alfabetização, a um público em sua maioria constituído por idosos, abrangendo, na sua totalidade população de baixa renda. Há vieses de escolaridade, idade e renda.
Atendimento a crianças e mães em situação de risco socioeconômico	Pastoral da Criança	As ações desenvolvidas pela entidade se concentram em crianças, muitas delas em processo de desnutrição, e mulheres grávidas e nutrízes de baixa renda. Há vieses de renda e de idade, pois compreende mulheres ou famílias jovens com filhos pequenos em situação de risco social ou processo de desnutrição.

³ O viés é um ato, ou efeito de inclinação em que o banco conduz os beneficiários; as implicações conduzem os requisitos para atendimentos e participação nos programas sociais. A fonte para a definição dos vieses aqui apresentados é estabelecida pelas instituições descritas no QUADRO 1.

QUADRO 1
 Identificação dos bancos de dados das instituições pesquisadas e seus possíveis enviesamentos de informações, Montes Claros

(Conclusão)

Boletins de ocorrência	PMMG	O banco de dados traz informações contidas nos boletins de ocorrências da Polícia Militar. Compreende registro de população envolvida de forma direta ou indireta em ocorrências policiais, com o que há um viés de crime ou circunstância pouco frequente no cotidiano.
Bolsa Família	PMMC	Participam desse programa apenas pessoas de baixa renda, pois se destina às famílias com renda <i>per-capita</i> inferior a meio salário mínimo; portanto, há um viés de renda.
Minha Casa Minha Vida	PMMC	Esse programa tem como principal objetivo atender à população que não tem moradia própria; portanto, apresenta um viés de renda.
Conhecimento político	Políticos Locais	Os políticos estabelecem relações de trocas com o seu eleitorado; portanto, esse banco possui um viés político, pois compreende principalmente as pessoas que fazem parte da base ou distrito eleitoral do político.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010 – 2011.

O banco de dados do Programa Cidadão Nota Dez, vinculado ao IDENE, abrange principalmente pessoas com idades mais avançadas. Observaram-se 660 migrantes nesse banco. Mas houve impossibilidade de totalizar os cadastrados desde o início do programa, devido às condições em que os cadastros estavam preenchidos, faltando informações relevantes para esta pesquisa, como idade, cidade de origem e bairro de residência em Montes Claros. Na mesma instituição, o Programa Leite pela Vida parecia ser uma oportunidade para conseguir esses dados, mas, segundo a sua coordenação, os cadastros são todos enviados para a sede do IDENE em Belo Horizonte.

A segunda instituição governamental a ser pesquisada foi a Polícia Militar. O primeiro encaminhamento foi feito a AISP-98 (Área Integrada de Segurança Pública). O segundo, para o 10º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais/Assessoria de Comunicação P5 e, por fim, o terceiro encaminhamento foi ao Comandante Regional da Polícia Militar/Boletins de Ocorrências/BOs. No entanto, apesar de existir um banco de dados, tendo como base os Boletins de Ocorrência, com o município de origem, idade, sexo, bairro de residência em Montes Claros e tipo da ocorrência policial, por questões de sigilo policial, não foi possível obter o acesso aos dados.

A entidade não governamental consultada revelou que não possui o hábito de cadastrar as famílias e as crianças atendidas. O banco de dados não foi disponibilizado para esta pesquisa, devido ao fato de, segundo a sua coordenação, o histórico de estudos sobre esse banco não trazer retorno para a instituição e para os cadastrados.

Buscaram-se também informações com políticos locais sobre a localização do seu eleitorado e, entre ele, os migrantes no espaço urbano de Montes Claros. Assim, procuraram-se⁴ três vereadores. Acreditava-se que eles teriam mais conhecimento sobre os seus eleitores.

⁴ O procedimento para a entrevista se deu com um pré-agendamento por telefone. Em seguida entrevistaram-se os vereadores sobre os bairros em que mais obtiveram votos na última eleição. Após a resposta, era entrevistado a respeito do município de origem desses eleitores.

Por fim, buscou-se, por meio de solicitação a duas Secretarias Municipais da Prefeitura de Montes Claros, o banco de dados de dois programas. Obteve-se resposta positiva em relação às duas secretarias procuradas: Secretaria de Desenvolvimento Social e Secretaria de Governo, compreendendo os bancos de dados dos Programas “Bolsa Família” e “Minha Casa, Minha Vida”, respectivamente.

Em todas as entrevistas, foram apresentados a credencial de estudante do Mestrado em Ciências Agrárias/Agroecologia do ICA/UFMG, o termo de compromisso de sigilo e um ofício contendo curta explicação sobre o projeto de pesquisa.

3.2. Análise dos bancos de dados

O banco de dados da Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Montes Claros guarda dados do Programa Bolsa Família, referentes a 41.173⁵ indivíduos cadastrados, discriminando idade, sexo, identificação do local de origem e endereço em que estão residindo na área urbana. Segundo a estimativa populacional para o ano de 2009, a população total de Montes Claros era de 363.227 habitantes⁶. Assim, os cadastrados no Programa Bolsa Família representam 11,33% da população total do município; estão incluídos, nessa porcentagem, os residentes no meio rural e urbano de Montes Claros. Quando o cálculo é feito levando em consideração apenas os residentes na área urbana, a porcentagem cai para 10,59% da população total do município. Observa-se, no entanto, que o universo desse cadastro é bem mais amplo, pois as pessoas cadastradas compõem uma família, uma vez que esse programa se destina a esse grupo, visando a apoiar a segurança alimentar e a formação de crianças e jovens. Expandindo o número de inscritos e considerando famílias com 4 membros, o percentual da população incluído no cadastro seria bem maior, algo próximo de 40% da população total do município. Nesse banco de dados, todas as famílias cadastradas têm renda *per capita* inferior a meio salário-mínimo.

⁵ Quantidade referente ao total de cadastrados até o ano de 2010.

⁶ Fonte: IBGE (2009).

O segundo banco de dados, do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, traz informações sobre 15.057⁷ indivíduos que correspondem a 4,14% da população total do município de Montes Claros. Ao eliminar desse total os migrantes nascidos em outros estados e regiões não rurais de Minas Gerais, portanto fora do escopo do estudo, encontram-se 10.129 indivíduos cadastrados. Em termos percentuais, correspondem a 2,78% da população total estimada para o ano de 2009. Aplica-se aqui a mesma observação feita acima sobre o universo coberto pela dimensão familiar.

Esse programa conta com recursos provenientes do governo federal. É executado em parceria com governos estaduais e municipais. Tem como objetivo a construção de um milhão de casas para três faixas de renda familiar: de 0 a 3 salários-mínimos (até R\$ 1.530,00, em 2010); de 3 a 6 salários-mínimos (de R\$ 1.530,00 a R\$ 3.060,00, em 2010) e de 6 a 10 salários-mínimos (de R\$ 3.060,00 a R\$ R\$ 5.100,00, em 2010). Neste banco de dados, todos os cadastrados têm renda de um a três salários-mínimos por família, pois essa era a condição para realizar o cadastro inicial. Estão presentes, nesse banco, informações sobre o município de origem, idade, endereço e bairro de residência em Montes Claros.

De posse das informações disponíveis nesses dois bancos, os dados foram analisados, buscando identificar os migrantes originários de municípios rurais do norte de Minas Gerais. Identificados esses migrantes, foi realizada uma análise da sua distribuição pelo espaço urbano de Montes Claros, computando-os, conforme a sua distribuição, pelos polos em que são reunidos os diversos bairros da cidade.

A área urbana de Montes Claros é dividida, pelo poder público municipal, em doze polos. Cada pólo tem a abrangência de um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), responsável pelo repasse de verbas para os CRAS, se refere a eles como “Casas das Famílias”, um local de atendimento das famílias referenciadas pelo Programa de Atenção Integral à Família, o qual promove a acolhida e a orientação. Os doze polos são:

⁷ Quantidade referente ao total de cadastrados até o ano de 2010.

Santos Reis 01, Renascença 02, JK 03, Vila Oliveira 04, Centro 05, São João 06, Independência 07, Major Prates 08, São Judas 09, Cintra 10, Delfino 11 e Maracanã 12. Estes polos estão apresentados no QUADRO 2, com os bairros que os compõem. Na FIG. 1, esses polos estão distribuídos geograficamente no mapa urbano da cidade.

QUADRO 2
Polos urbanos de Montes Claros, com discriminação dos bairros que os compõem

(Continua)

Polo	Bairros
Santos Reis 01	Cond. Pai João, Vila Antônio Narciso, N. S. Aparecida, Bela Vista, Vila Atlântida, Vila São Francisco de Assis, Amazonas, Jardim Brasil, Bela Paisagem, Vila Áurea I, Vila Áurea II, Distrito Industrial, Santa Eugênia, Nova Morada, Vila Alice, Jardim Eldorado, Vila Castelo Branco, Cidade Industrial, Quintas da Boa Vista, Vila Cedro e Santos Reis
Renascença 02	Raul José Pereira, Alice Maia, Tancredo Neves, Vila Tiradentes, Santa Cecília, Floresta e Renascença
JK 03	Raul Lourenço, Planalto, Universitário, Jaraguá I, Jaraguá II, Jaraguá III, Clarice Athayde Vieira, Vilage I, Vilage II, São Lucas, Nova América, JK e Jardim Primavera
Vila Oliveira 04	Barcelona Park, Jardim Panorama I, Jardim Panorama II, Todos os Santos, Vila Mauricéia, Melo, Jardim São Luis, São Norberto, Ibituruna e Vila Oliveira
Centro 05	Edgar Pereira, Vila Toncheff, Jardim América, Vila Três Irmãs, Vila Brasília, Vila João Gordo, São José, Roxo Verde, Cidade Santa Maria, Vila Guilhermina, Cândida Câmara, Santo Expedito, Funcionários, Sagrada Família e Centro
São João 06	Vila Marciano Simões, Cidade Cristo Rei, Vila Regina, Vera Cruz, Esplanada do Aeroporto, Vila Tupã, Alcides Rabelo e São João
Independência 07	Santa Lúcia II, Regina Peres, Carmelo, Monte Carmelo I, Monte Carmelo II, Parque Pampulha, Santa Laura, Interlagos, Guarujá, Acácias, Vila Real, Chácara Ceres, Recanto das Araçás e Independência

QUADRO 2
Polos urbanos de Montes Claros, com discriminação dos bairros que os compõem

(Conclusão)

Polo	Bairros
Major Prates 08	Morada do Sol, Augusta Mota, Canelas II, Vargem Grande, São Geraldo, Jardim São Geraldo, Chiquinho Guimarães, Chácara dos Mangues, Jardim Liberdade, Morada do Parque, Morada da Serra, Chácara Paraíso, Condomínio Residencial Serrano, São Geraldo II e Major Prates
São Judas 09	Morrinhos, Vila Progresso, João Botelho, Cidade Nova, Canelas, Vila Luiza, Sumaré, Vila Antônio Canelas, Antônio Pimenta, Dr. João Alves, Cristo Rei, Conjunto Havaí, Conjunto José Carlos de Lima, São Judas Tadeu, São Judas Tadeu II, Vila Maria Cândida e Vila Telma
Cintra 10	Jardim Alvorada, Nossa Senhora de Fátima, Francisco Peres, Francisco Peres II, Santa Rita, Santa Rita II, Clarindo Lopes, Vila Senhor do Bonfim, Vila São Luis, Monte Alegre, Lourdes, Ipiranga e Cintra
Delfino 11	Vila Sion, Duque de Caxias, Alto da Boa Vista, Santo Antônio, Santo Antônio II, Conjunto Bandeirante, Jardim Olímpico, Novo Delfino, Vila Anália, Vila Camilo Prates, Vila Camilo Prates Prolongamento, Jardim Palmeiras, Colorado, Veneza Park, Vila Fênix, Delfino Magalhães e Santa Lúcia I
Maracanã 12	Joaquim Costa, Vila Grayce, Ciro dos Anjos, Vila Campos, Dona Gregória, José Corrêa Machado, Alterosa, N. S. das Graças, Santo Inácio, Vila Itatiaia, Conjunto Olga Benário, Santa Rafaela, Santo Amaro e Maracanã

Fonte: Secretaria de Planejamento/Prefeitura Municipal de Montes Claros, 2006, adaptado pelo autor.

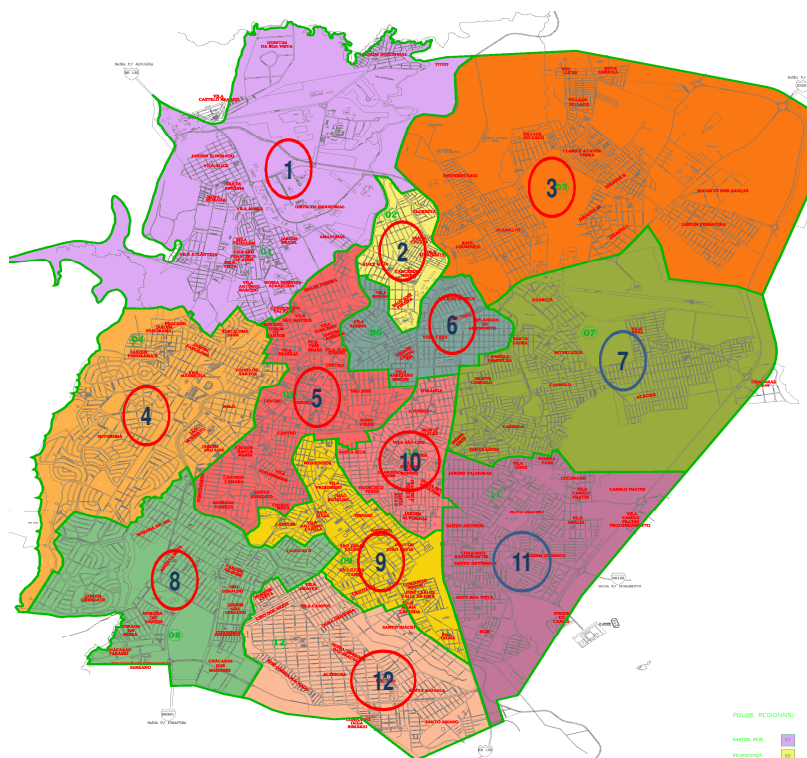


FIGURA 1 - Mapa dos polos urbanos de Montes Claros
 Fonte: Secretaria de Planejamento, Prefeitura Municipal de Montes Claros, 2006.

Em seguida, buscou-se analisar os dados sobre a população. Inicialmente foi excluída dos bancos de dados a população natural de Montes Claros e aquela com origem em outros municípios de Minas Gerais e do Brasil, excetuando os do norte de Minas Gerais. A seguir, essa população, agora constituída apenas por migrantes originários do norte de Minas Gerais, foi aglutinada por município de origem. Acredita-se que a distribuição de migrantes exposta nos cadastros dos programas expresse a distribuição geral de migrantes pelo espaço urbano de Montes Claros.

Na TAB. 1, são apresentados os municípios do norte de Minas Gerais que mais contribuíram para fornecer a população que foi cadastrada nos dois

programas sociais. Assim, procurou-se, além da quantidade absoluta de pessoas originárias de cada município, estabelecer o percentual para cada um.

No Bolsa Família (BF) os dez municípios que contribuíram com maior quantidade de migrantes para Montes Claros foram: Francisco Sá, Coração de Jesus, São João da Ponte, Brasília de Minas, Capitão Enéas, Mirabela, Janaúba, São Francisco, Bocaiuva e Grão Mogol. Já no banco de dados do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), encontram-se: Coração de Jesus, Francisco Sá, São João da Ponte, Capitão Enéas, Brasília de Minas, Janaúba, Bocaiuva, Mirabela, Grão Mogol e Porteirinha. Nos dois bancos de dados, observam-se nove municípios que se repetem de forma destacada na contribuição com migrantes que se estabeleceram na área urbana de Montes Claros. No banco de dados do BF, o município de São Francisco aparece, com 1.045 migrantes, mas aparece com participação bem menor no banco de dados do MCMV. Já no banco do MCMV, o município de Porteirinha, aparece com 338 migrantes e não aparece com o mesmo destaque no banco de dados do BF.

Dois municípios se destacam em ambos os bancos: Coração de Jesus contribui com 3.068 migrantes no banco de dados do BF e, no MCMV, com 1.225. O município de Francisco Sá contribui com 3.266, maior número de migrantes no banco do BF, enquanto que, no cadastro do MCMV, contabiliza 1.156 migrantes.

Em ambos os bancos, destacam-se municípios bem próximos de Montes Claros, cuja distância não ultrapassa 150 quilômetros, como Mirabela, Bocaiuva, Francisco Sá, Coração de Jesus e Capitão Enéas.

TABELA 1
Total e percentual de imigrantes, por município de origem

(Continua)

Municípios de origem	Programa Bolsa Família		Programa Minha Casa Minha Vida	
	Migrantes residentes em Montes Claros	Percentual (%)	Migrantes residentes em Montes Claros	Percentual (%)
Bocaiuva	898	3,33	374	3,70
Botumirim	248	0,92	120	1,20
Brasília de Minas	1683	6,24	571	5,63
Campo Azul	169	0,62	86	0,84
Capitão Enéas	1682	6,24	601	5,93
Claro dos Poções	611	2,26	320	3,15
Coração de Jesus	3068	11,40	1225	12,10
Espinosa	374	1,38	154	1,52
Francisco Sá	3266	12,10	1156	11,40
Glaucilândia	521	1,93	181	1,80
Grão Mogol	868	3,22	361	3,60
Guaraciama	101	0,37	156	1,54

TABELA 1
Total e percentual de imigrantes, por município de origem

(Continua)

Municípios de origem	Programa Bolsa Família		Programa Minha Casa Minha Vida	
	Migrantes residentes em Montes Claros	Percentual (%)	Migrantes residentes em Montes Claros	Percentual (%)
Itacambira	334	1,23	216	2,13
Itacarambi	136	0,50	47	0,50
Jaíba	164	0,60	48	0,50
Janaúba	1322	4,90	474	4,70
Januária	826	3,06	314	3,00
Jequitaiá	169	0,62	99	1,00
Juramento	813	3,00	283	2,80
Lontra	318	1,20	81	0,80
Manga	453	1,70	167	1,64
Mato Verde	322	1,19	138	1,40
Mirabela	1406	5,20	369	3,64
Montalvânia	151	0,60	64	0,63
Monte Azul	534	2,00	188	1,85

TABELA 1
Total e percentual de imigrantes, por município de origem
(Conclusão)

Programa Bolsa Família			Programa Minha Casa Minha Vida	
Municípios de origem	Migrantes residentes em Montes Claros	Percentual (%)	Migrantes residentes em Montes Claros	Percentual (%)
Patis	220	0,8	80	0,80
Porteirinha	820	3,04	338	3,33
Riacho dos Machados	258	0,95	116	1,14
Rio Pardo de Minas	260	1,00	134	1,32
Salinas	595	2,20	237	2,33
São Francisco	1045	3,90	337	3,30
São João da Ponte	2250	8,34	634	6,25
Taiobeiras	207	0,80	97	0,95
Ubaí	309	1,14	156	1,54
Varzelândia	547	2,02	207	2,04
Total	26.948	100,00	10.129	100,00

Fonte: Bancos de dados dos Programas BF e MCMV, 2010-2011, adaptado pelo autor.

Para analisar os dados, esses municípios foram agregados por “agroambiente”. Definiu-se aqui como agroambientes municípios que apresentam proximidade e atributos semelhantes relacionados ao ambiente, à disponibilidade de recursos naturais, à produção e à cultura agrícola. Esclareça-se que esse é um conceito usado apenas para fins didáticos e afeito aos objetivos de agregação necessários nesta pesquisa. Os agroambientes aqui apresentados compreendem os trinta e cinco municípios localizados no norte de Minas Gerais que mais apareceram nos bancos de dados, agregados de acordo com os critérios acima.

Foram construídos, para as finalidades desta pesquisa, os seguintes agroambientes, contendo os respectivos municípios localizados na mesorregião do norte de Minas Gerais destacada na FIG. 2: agroambiente da Serra Geral 1 - SG1 (Botumirim: 67, Grão Mogol: 59 e Itacambira: 68); Serra Geral 2 - SG2 (Porteirinha: 31, Riacho dos Machados: 58, Salinas: 63, Monte Azul: 14 e Mato Verde: 16); Jequitaiá-JEQ (Bocaiuva : 72, Campo Azul: 81, Ubaí: 49 e Jequitai: 77); Mata do Rio Verde - MRV (Capitão Enéas: 56, Janaúba: 34 e Jaíba: 10); Coração de Jesus - CJ (Claro dos Poções: 76 e Coração de Jesus: 79); Rio Pardo - PAR (Espinosa: 12, Rio Pardo de Minas: 29 e Taiobeiras: 27); Alto Rio Verde - ARV (Francisco Sá: 57, Glaucilândia: 70, Guaraciama: 71 e Juramento: 69); São Francisco - SF (Januária: 41, Manga: 06, São Francisco: 47, Montalvânia: 02 e Itacarambi: 08); Gerais de São Felipe - GER (Patis: 54, São João da Ponte: 36, Varzelândia: 37, Brasília de Minas: 52, Mirabela: 53 e Lontra: 39). Essa aglomeração por agroambientes teve como objetivo cobrir todos os municípios do norte de Minas Gerais que aparecem nesses bancos de dados.

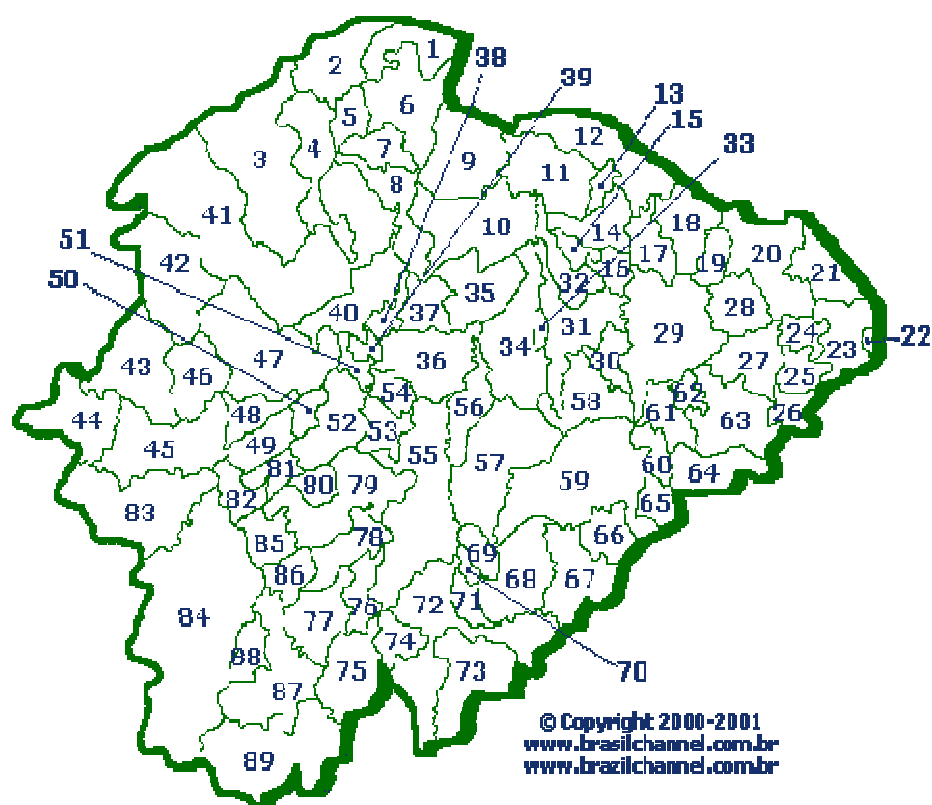


FIGURA 2 - Mapa da mesorregião norte de Minas Gerais, 1999, com localização dos agroambientes pesquisados na mesorregião
Fonte: www.brazilchannel.com.br

Constata-se, em ambos bancos de dados (TAB. 2), que o agroambiente Gerais de São Felipe - GER foi a que mais contribuiu com migrantes para Montes Claros. No banco de dados do BF, foram contabilizados 6.425 migrantes e no banco de dados do MCMV, 1.942 migrantes. Observou-se que Alto Rio Verde - ARV, Coração de Jesus - CJ, Mata do Rio Verde - MRV, Serra Geral 2 - SG2 e São Francisco - SF ocupam a segunda, terceira, quarta, quinta e sexta classificação, respectivamente, em número de migrantes.

Nota-se que o agroambiente Serra Geral foi dividido em: Serra Geral 1 (Botumirim, Grão Mogol e Itacambira) e 2 (Porteirinha, Riacho dos Machados, Salinas, Monte Azul e Mato Verde). O agroambiente Serra Geral 2 apresentou 1.450 migrantes, ficando na oitava posição em quantidade de migrantes.

TABELA 2
 Total e percentual de migrantes residentes em Montes Claros, discriminados por agroambiente de origem,
 de acordo com os bancos de dados dos Programas Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida

Agroambientes	Programa Bolsa Família		Minha Casa Minha Vida	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Alto Rio Verde – ARV	4701	17,44	1776	17,53
Coração de Jesus – CJ	3679	13,65	1545	15,25
Gerais de São Felipe – GER	6425	23,84	1942	19,20
Jequitaí – JEQ	1545	5,70	715	7,05
Mata do Rio Verde – MRV	3168	11,75	1123	11,08
Rio Pardo – PAR	841	3,12	385	3,80
São Francisco – SF	2610	9,70	929	9,17
Serra Geral 1 – SG1	1450	5,40	697	6,88
Serra Geral 2 – SG2	2529	9,40	1017	10,04
Total	26.948	100,00	10.129	100,00

Fonte: Bancos de dados dos Programas BF e MCMV, 2010-2011, adaptado pelo autor.

Na TAB. 3 os migrantes foram agrupados pelos diversos polos em que se organizam os bairros urbanos de Montes Claros, buscando compreender em quais deles se concentram os maiores fluxos de população de acordo com a origem.

Para a identificação da localização dos migrantes na área urbana de Montes Claros, usou-se como instrumento o Mapa de polos urbanos da Prefeitura Municipal de Montes Claros - 2006. Observou-se que os polos onze (com 4.107) e doze (com 1.281) ocupam a maior concentração de migrantes nos bancos de dados de BF e MCMV, respectivamente. Esses mesmos polos estão na terceira ordem de classificação geral da distribuição de migrantes, com 3.648 e 1.214, respectivamente nos bancos BF e MCMV, os quais destacam-se entre os polos como área de maior incidência de migrantes nas duas distribuições. Percebe-se que sete dos polos, quais sejam 2, 3, 4, 5, 6, 11 e 12, apresentam valores semelhantes nas duas distribuições.

TABELA 3
Distribuição de migrantes do norte de Minas Gerais, por polo urbano de
Montes Claros

Programa Bolsa Família			Programa Minha Casa Minha Vida	
Polo	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
1	4009	14,90	874	8,62
2	1507	5,60	670	6,60
3	1994	7,40	557	5,50
4	480	1,80	167	1,64
5	1946	7,22	857	8,50
6	1223	4,53	649	6,40
7	3024	11,20	703	6,94
8	1464	5,44	978	9,65
9	2374	8,80	1240	12,24
10	1172	4,34	939	9,27
11	4107	15,24	1214	12,00
12	3648	13,53	1281	12,64
TOTAL	26.948	100,00	10.129	100,00

Fonte: Bancos de dados dos Programas BF e MCMV, 2010-2011, adaptado pelo autor.

Posteriormente, os migrantes foram analisados por idade. Segmentar os migrantes com mais de 50 anos de idade por polo teve por objetivo levantar as áreas na cidade onde estão localizados os migrantes, que, possivelmente, são mais antigos. Acredita-se que esses, mais idosos, aposentados e com tempo para dedicar-se a outras ocupações, acredita-se que conservam mais solidamente aos seus laços com a prática agrícola. Essa relação entre maior idade e cultivo urbano, conforme será visto adiante, revelou-se muito consistente na fase de pesquisa de campo.

Na TAB. 4, percebe-se que a população de migrantes acima de 50 anos no banco de dados do BF totaliza 5.540 pessoas; já no banco do MCMV, o total é de 2.000. No programa BF, o total de migrantes acima de 50 anos representa 20,5% do total (26.948) de migrantes identificados no banco de dados desse programa. Em relação ao banco de dados do MCMV, a

porcentagem em relação ao total (10.129) é de 19,7%. Assim, pode-se inferir que há uma relevante população de migrantes nessa faixa etária na população urbana de Montes Claros.

TABELA 4
Distribuição dos migrantes com mais de 50 anos, por polo urbano de Montes Claros

Programa Bolsa Família			Minha Casa Minha Vida	
Polo	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
1	778	14,04	142	7,10
2	354	6,40	107	5,35
3	335	6,04	89	4,45
4	116	2,10	32	1,60
5	554	10,00	221	11,05
6	293	5,30	161	8,05
7	484	8,75	124	6,20
8	278	5,01	199	9,95
9	490	8,84	284	14,20
10	277	5,00	214	10,70
11	949	17,12	239	11,95
12	632	11,40	188	9,40
TOTAL	5540	100,00	2000	100,00

Fonte: Bancos de dados dos Programas BF e MCMV, 2010-2011, adaptado pelo autor.

Em seguida, foi feita a distribuição dos migrantes maiores de 50 anos por município de origem, conforme a TAB. 5, com o propósito de identificar possíveis discrepâncias de idade dos migrantes originários dos diversos municípios.

Percebe-se que os cinco municípios com maior parcela de emigrantes acima de 50 anos residindo em Montes Claros são: Francisco Sá (BF: 15,00%; MCMV: 13,65%), Coração de Jesus (BF: 11,20%; MCMV: 12,80%), São João da Ponte (BF: 9,13%; MCMV: 5,95%) e Brasília de Minas (BF:

6,60%; MCMV: 5,75%), respectivamente, em ordem de classificação nos dois bancos de dados.

Na TAB. 5 é apresentada a distribuição total de migrantes: Percebe-se que a população de migrantes com idade acima de 50 anos representa, nos bancos de dados do Bolsa Família e do Minha Casa Minha Vida, 20,55% e 19,75%, respectivamente. Uma semelhança em termos de porcentagem que também se repete quando da distribuição desses migrantes por municípios de origem.

TABELA 5
Migrantes para Montes Claros, com mais de 50 anos, discriminados por município de origem

(Continua)

Programa Bolsa Família			Minha Casa Minha Vida	
Município	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Bocaiuva	148	2,70	62	3,10
Botumirim	54	0,97	18	0,90
Brasília de Minas	366	6,60	115	5,75
Campo Azul	25	0,45	8	0,40
Capitão Enéas	239	4,31	66	3,30
Claro dos Poções	92	1,70	39	1,95
Coração de Jesus	619	11,20	256	12,80
Espinosa	73	1,30	30	1,50
Francisco Sá	829	15,00	273	13,65
Glaucilândia	100	1,80	30	1,50
Grão Mogol	200	3,60	83	4,15
Guaraciama	19	0,34	30	1,50
Itacambira	67	1,20	22	1,10
Itacarambi	17	0,30	8	0,40
Jaíba	3	0,05	2	0,10
Janaúba	170	3,06	74	3,70
Januária	107	1,93	55	2,75

TABELA 5
Migrantes para Montes Claros, com mais de 50 anos, discriminados por
município de origem

			(Conclusão)	
Programa Bolsa Família			Minha Casa Minha Vida	
Município	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Jequitaí	53	0,95	39	1,95
Juramento	271	4,89	96	4,80
Lontra	91	1,64	21	1,05
Manga	57	1,02	21	1,05
Mato Verde	57	1,02	26	1,30
Mirabela	339	6,11	71	3,55
Montalvânia	11	0,20	3	0,15
Monte Azul	112	2,02	49	2,45
Patis	84	1,51	27	1,35
Porteirinha	139	2,50	54	2,70
Riacho dos Machados	56	1,00	34	1,70
Rio Pardo de Minas	62	1,10	38	1,90
Salinas	149	2,70	70	3,5
São Francisco	203	3,70	67	3,35
São João da Ponte	506	9,13	119	5,95
Taiobeiras	54	1,00	24	1,20
Ubaí	79	1,40	30	1,50
Varzelândia	89	1,60	40	2,00
TOTAL	5.540	100,00	2.000	100,00

Fonte: Bancos de dados dos Programas BF e MCMV, 2010-2011, adaptado pelo autor.

Para identificar melhor essa semelhança em relação à distribuição por município de origem, bem como a distribuição dos migrantes com mais de 50 anos, o município de Francisco Sá pode ser usado como exemplo para ilustrar a argumentação anterior. Ele responde pelo maior número de migrantes cadastrados no BF: são 3.266, que representam 12,10% do total; sendo que, do total de 5.540 migrantes acima de 50 anos, 829 ou 15,00%

são provenientes desse município. Portanto, os migrantes originários desse município possivelmente tiveram uma entrada na cidade de Montes Claros anterior aos demais municípios ou esse município responde por número maior de migrantes de maior idade.

A distribuição geral dos migrantes, bem como a distribuição daqueles com mais de 50 anos apresentam semelhanças em termos de porcentagens. Isso indica que, certamente, esses foram os primeiros municípios que tiveram movimentação populacional em direção a Montes Claros. Como exemplo, tem-se: Francisco Sá, Coração de Jesus, São João da Ponte, Brasília de Minas, Capitão Enéas, Janaúba, São Francisco, Mirabela e Bocaiuva.

TABELA 6
Relação da migração geral, com migrantes acima de 50 anos

(Continua)

Total e percentual de migrantes por municípios					Migrantes com mais de 50 anos por município			
Programa Bolsa Família			Minha Casa Minha Vida		Programa Bolsa Família		Minha Casa Minha Vida	
Municípios	Migrantes	Percentual (%)	Migrantes	Percentual (%)	Migrantes	Percentual (%)	Migrantes	Percentual (%)
Bocaiuva	898	3,33	374	3,70	148	2,70	62	3,10
Botumirim	248	0,92	120	1,20	54	0,97	18	0,90
Brasília de Minas	1683	6,24	571	5,63	366	6,60	115	5,75
Campo Azul	169	0,62	86	0,84	25	0,45	8	0,40
Capitão Enéas	1682	6,24	601	5,93	239	4,31	66	3,30
Claro dos Poções	611	2,26	320	3,15	92	1,70	39	1,95
Coração de Jesus	3068	11,40	1225	12,10	619	11,2	256	12,80
Espinosa	374	1,38	154	1,52	73	1,30	30	1,50
Francisco Sá	3266	12,10	1156	11,40	829	15,00	273	13,65
Glaucilândia	521	1,93	181	1,80	100	1,80	30	1,50
Grão Mogol	868	3,22	361	3,60	200	3,60	83	4,15
Guaraciama	101	0,37	156	1,54	19	0,34	30	1,50
Itacambira	334	1,23	216	2,13	67	1,20	22	1,10
Itacarambi	136	0,50	47	0,50	17	0,30	8	0,40
Jaíba	164	0,60	48	0,50	3	0,05	2	0,10
Janaúba	1322	4,90	474	4,70	170	3,06	74	3,70
Januária	826	3,06	314	3,00	107	1,93	55	2,75
Jequitai	169	0,62	99	1,00	53	0,95	39	1,95
Juramento	813	3,00	283	2,80	271	4,89	96	4,80
Lontra	318	1,20	81	0,80	91	1,64	21	1,05
Manga	453	1,70	167	1,64	57	1,02	21	1,05
Mato Verde	322	1,19	138	1,40	57	1,02	26	1,30

TABELA 6
Relação da migração geral, com migrantes acima de 50 anos

(Conclusão)

Total e percentual de migrantes por municípios					Migrantes com mais de 50 anos por município			
Programa Bolsa Família			Minha Casa Minha Vida		Programa Bolsa Família		Minha Casa Minha Vida	
Municípios	Migrantes	Percentual (%)	Migrantes	Percentual (%)	Migrantes	Percentual (%)	Migrantes	Percentual (%)
Mirabela	1406	5,20	369	3,64	339	6,11	71	3,55
Montalvânia	151	0,60	64	0,63	11	0,20	3	0,15
Monte Azul	534	2,00	188	1,85	112	2,02	49	2,45
Patis	220	0,8	80	0,80	84	1,51	27	1,35
Porteirinha	820	3,04	338	3,33	139	2,50	54	2,70
Riacho dos Machados	258	0,95	116	1,14	56	1,00	34	1,70
Rio Pardo de Minas	260	1,00	134	1,32	62	1,10	38	1,90
Salinas	595	2,20	237	2,33	149	2,70	70	3,5
São Francisco	1045	3,90	337	3,30	203	3,70	67	3,35
São João da Ponte	2250	8,34	634	6,25	506	9,13	119	5,95
Taiobeiras	207	0,80	97	0,95	54	1,00	24	1,20
Ubaí	309	1,14	156	1,54	79	1,40	30	1,50
Varzelândia	547	2,02	207	2,04	89	1,60	40	2,00
Total	26.948	100,00	10.129	100,00	5.540	100,00	2.000	100,00

Fonte: Bancos de dados dos Programas BF e MCMV, 2010-2011, adaptado pelo autor.

Por fim, todos os migrantes foram organizados por faixa de idade: até 19 anos; 20-29; 30-39; 40-49; 50-59 e 60 anos ou mais. Essa distribuição teve o objetivo de organizar os possíveis perfis etários dos migrantes para Montes Claros. Assim, foram organizados gráficos, discriminando todos os municípios com o número de migrantes por cada faixa etária.

Os GRÁF. 1 e 2 revelam que a maioria dos migrantes, de acordo com os bancos de dados consultados, situa-se na faixa entre 20 e 49 anos, mostrando a constância do fluxo migratório mesmo em períodos recentes, depois dos anos 1980.

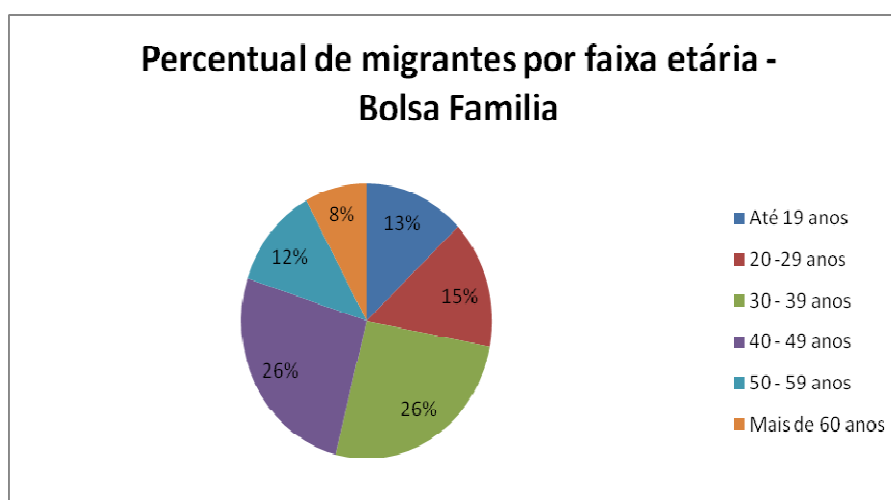


GRÁFICO 1 - Percentual de migrantes por faixa de idade, segundo o banco de dados do Programa Bolsa Família.

Fonte: Banco de dado do Programa BF, 2010-2011, adaptado pelo autor.

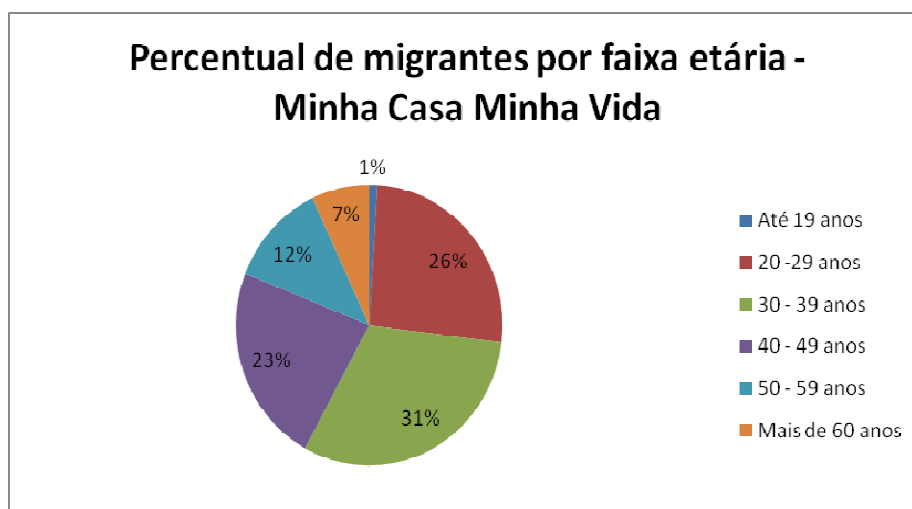


GRÁFICO 2 - Percentual de migrantes por faixa etária, segundo o banco de dados do Programa Minha Casa Minha Vida
Fonte: Banco de dados do Programa MCMV, 2010-2011, adaptado pelo autor.

Concluindo a primeira parte da pesquisa, foi realizada entrevista na Secretaria de Planejamento, com um técnico especializado em planejamento urbano, urbanização e cadastro de imóveis sobre os polos Santos Reis 01, Centro 05, Independência 07, Major Prates 08, São Judas 09, Cintra 10, Delfino 11, Maracanã 12. Essa escolha ocorreu em função das análises feitas sobre os resultados apresentados nas tabelas, que comprovaram o deslocamento de migrantes em maior número para essas áreas.

O técnico foi entrevistado sobre o assentamento da população urbana. Segundo ele, a busca por moradia pela população de baixa renda na área urbana ocorre na direção Noroeste: Distrito Industrial e entorno (Polo 01); Sul: Major Prates (Polo 08) e Alterosa (Polo 12) e Sudeste: Delfino e região no entorno (Polo 11). Os polos indicados pelo técnico como áreas de assentamento da população de baixa renda e migrante coincidem com as informações resultantes das análises feitas nos bancos de dados dos programas BF e MCMV. O polo 11 aparece em primeiro na ordem de classificação no banco do BF e em terceiro no banco do MCMV. O polo 12 é o segundo em quantidade de imigrantes no banco de dados do BF e primeiro

no MCMV. O polo 01 ocupa a segunda posição em contingente de imigrantes no banco de dados do BF e sexta no MCMV. E, por fim, o polo 08 ocupa a nona e a quarta posição nos bancos do BF e MCMV, respectivamente. Segundo o mesmo técnico, nesses bairros, há aglomerações antigas e recentes e ocupações não legalizadas. Adicionalmente, forneceu informações sobre a presença de infraestrutura e valores de lotes urbanos na cidade, conforme o quadro síntese abaixo.

QUADRO 3
Polos em destaque com aglomerações antigas e recentes

(Continua)

Polos	Aglomerações		Ocupações Ilegais	Urbanização em porcentagem	Preço médio de lotes em R\$
	Antigas	Recentes			
01 – Santos Reis	Bairros Santa Eugenia, Vila Áurea, Jardim Brasil e Vila Atlântida	Bairros; Nova Morada, Bela Paisagem, Amazonas e Vila São Francisco de Assis	Bairros Vila São Francisco de Assis e parte do Eldorado	Presença de escolas, rede de transporte, ruas asfaltadas e posto policial	10.000,00
05 - Centro	Todo antigo	_____	Não tem	Presença de escolas, rede de transporte, ruas asfaltadas e posto policial: 100%	50.000,00
07 – Independência	_____	Povoamento mais recente	Não tem quase nada de áreas irregulares	80% urbanizadas Presença de escolas, rede de transporte, ruas asfaltadas e posto policial	_____

QUADRO 3
Polos em destaque com aglomerações antigas e recentes

(Continua)

Polos	Aglomerações		Ocupações Ilegais	Urbanização em porcentagem	Preço médio de lotes em R\$
	Antigas	Recentes			
08 – Major Prates	Povoamento antigo	_____	Bairros Chiquinho Guimarães e Mangues	95 % urbanizadas Presença de escolas, redes de transporte, ruas asfaltadas e posto policial	10.000,00 a 15.000,00 nos bairros periféricos 50.000,00 na parte mais central
09 – São Judas	Povoamento antigo	_____	Área irregular: Bairro Morrinhos, com 20 %	Quase 90 % urbanizadas Presença de escolas, rede de transporte, ruas asfaltadas e posto policial	30.000,00 a 40.000,00

QUADRO 3
Polos em destaque com aglomerações antigas e recentes

(Conclusão)

Polos	Aglomerações		Ocupações Ilegais	Urbanização em porcentagem	Preço médio de lotes em R\$
	Antigas	Recentes			
10 - Cintra	Bairro Cintra	Bairro Santa Rita	Quase não há áreas irregulares	Área urbanizada Presença de escolas, rede de transporte, ruas asfaltadas e posto policial	30.000,00 – 40.000,00
11 – Delfino	_____	Mais recente Bairros; Vila Fênix, Veneza Parque e Colorado	Com muitas áreas irregulares	80 % urbanizadas Presença de escolas, rede de transporte, ruas asfaltadas e posto policial	30.000,00 – 40.000,00
12 - Maracanã	Parte povoamento antigo	Bairros: Joaquim Costa, José Correia Machado e Ciro dos Anjos	Bairro Itatiaia	Presença de escolas, rede de transporte, ruas asfaltadas e posto policial	30.000,00 – 40.000,00

Fonte: Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Montes Claros, 2010 – 2011.

Foram consultados ainda vereadores acerca da origem municipal dos seus eleitores. Dois deles informaram que é muito difícil saber a procedência das pessoas que votam neles. No entanto, um vereador apresentou informações acerca das origens do seu eleitorado dos bairros Major Prates e Maracanã. A sua indicação coincide com as informações reveladas pelos bancos de dados.

4 SELEÇÃO DA AMOSTRA DE PESQUISA

A seleção da amostra a ser pesquisada teve como ponto inicial o mapeamento dos migrantes por agroambientes. Foram selecionados aqueles agroambientes com maior presença de migrantes na área urbana de Montes Claros. Entre os agroambientes que contribuem com presença significativa de migrantes na área urbana de Montes Claros, destacaram-se:

1º: Gerais de São Felipe, compreendendo os municípios de Patis, São João da Ponte, Varzelândia, Brasília de Minas, Mirabela e Lontra.

2º: Alto Rio Verde, compreendendo os municípios de Francisco Sá, Glaucilândia, Guaraciama e Juramento.

3º: Coração de Jesus, compreendendo os municípios de Claro dos Poções e Coração de Jesus.

4º: Mata do Rio Verde, compreendendo os municípios de Capitão Enéas, Janaúba e Jaíba.

5º: Serra Geral II, compreendendo os municípios de Porteirinha, Riacho dos Machados, Salinas, Monte Azul e Mato Verde. Todos eles apresentam níveis relevantes de famílias migrantes cadastradas nas duas bases de dados, apresentados na TAB. 7.

TABELA 7
Migrantes residentes em Montes Claros, discriminados por agroambientes de origem

Agroambientes	Programa Bolsa Família		Minha Casa Minha Vida	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Alto Rio Verde – ARV	4701	17,44	1776	17,53
Coração de Jesus – CJ	3679	13,65	1545	15,25
Gerais de São Felipe – GER	6425	23,84	1942	19,20
Jequitaí – JEQ	1545	5,70	715	7,05
Mata do Rio Verde – MRV	3168	11,75	1123	11,08
Rio Pardo – PAR	841	3,12	385	3,80
São Francisco – SF	2610	9,70	929	9,17
Serra Geral 1 – SG1	1450	5,40	697	6,88
Serra Geral 2 – SG2	2529	9,40	1017	10,04

Fonte: Bancos de dados dos Programas BF e MCMV, 2010-2011, adaptado pelo autor.

Para selecionar a amostra a ser pesquisada, foi analisada a distribuição dos migrantes dessas origens por polos urbanos. Percebe-se, na TAB. 8 que, na distribuição dos agroambientes por polo, em alguns polos, há maior concentração da população originária de determinados agroambientes. São eles: Alto Rio Verde - ARV, localizado no polo 11; Coração de Jesus - CJ, localizado no polo 12; Gerais de São Felipe - GER, localizado no polo 01; Mata do Rio Verde - MRV, localizado no polo 11 e Serra Geral II - SGII, localizado no polo 11.

TABELA 8

Incidência de população originária de agroambientes, por polo urbano

Agroambientes	Base de dados: BF e MCMV – Polos (01 a 12)											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
ARV	214	417	552	56	372	515	986	180	528	461	1691	505
CJ	758	190	160	71	428	101	212	1068	522	138	236	1340
GER	2643	502	502	222	643	256	616	378	667	298	700	940
MRV	316	258	416	48	262	268	543	133	370	286	919	472
SGII	224	270	296	57	311	259	459	165	399	290	476	340

Fonte: Bancos de dados dos Programas BF e MCMV, 2010-2011, adaptado pelo autor.

Em seguida, foram escolhidos, aleatoriamente, 20 migrantes originários de cada um desses agroambientes por polo, ou seja, 20 indivíduos naturais do Alto Rio Verde, no polo 11; 20 naturais de Coração de Jesus, no polo 12; 20 naturais dos Gerais de São Felipe, no polo 01; 20 naturais da Mata do Rio Verde, no polo 11 e 20 naturais da Serra Geral II, no polo 11. Esses migrantes foram selecionados meio a meio: 10 da base de dados do Bolsa Família e 10 da base de dados do Minha Casa Minha Vida, sendo que a metade de todos os migrantes selecionados contaria com mais de 50 anos de idade.

Esses migrantes foram procurados em seu lugar de moradia. Quando encontrados, era feita uma identificação inicial do pesquisador, da sua universidade e do objetivo da pesquisa. Em seguida, perguntava-se ao migrante se ele(a) praticava alguma forma de agricultura, no quintal de seu

domicílio, em áreas eventualmente cedidas por terceiros, em áreas periurbanas ou rurais. Apareceram duas situações: 1^o) Caso em que a resposta era negativa. Então, era feito o agradecimento pela participação. O pesquisador se retirava e o entrevistado era eliminado da amostra da pesquisa. No entanto, o(a) migrante era perguntado(a) se conhecia algum vizinho(a) que praticava agricultura ou cultivo e que fosse de outro município que não Montes Claros. Se positivo, essa indicação era visitada e se comprovada a prática da agricultura ou plantio; se o município de origem estivesse compreendido nos agroambientes selecionados; se a pessoa manifestasse interesse em participar da pesquisa esse(a) migrante era incluído(a) na amostra. 2^o) Caso em que a resposta era positiva. Inquiria-se a ele(a) se interessava em participar da pesquisa, colaborando com uma entrevista. Se houvesse concordância, o migrante passava a fazer parte da amostra.

Entre todos os migrantes entrevistados, fizeram parte da amostra 44, sendo 26 mulheres e 18 homens, com média de idade de 53,42 e 53,38 anos de idade, respectivamente. Quando a soma das idades é feita individualmente por agroambiente, as médias de idades são: 53,20 GER; 56,00 SGII; 47,25 MRV; 52,50 CJ e 58,37 ARV. Evidencia-se, assim, a existência de médias de idades não muito discrepantes da totalidade dos migrantes. Os agroambientes com o número de migrantes por polo e por origem estão apresentados na TAB. 9.

A amostra apresentada na TAB. 9 se refere aos migrantes que aceitaram participar da pesquisa. Os 44 selecionados são aqueles que se enquadraram na amostra e se disponibilizaram a participar. Nessa etapa, alguns migrantes, mesmo que praticassem agricultura urbana, não aceitaram participar da pesquisa. A justificativa para a não participação era desde desconfiança por parte dos migrantes ou por eles estarem praticando agricultura em espaços públicos (proibidos) e ainda por criar animais em áreas urbanas, o que é proibido pela vigilância sanitária e pela prefeitura. Em um caso específico, um migrante que maneja caprinos, ovinos e cultiva cana se mostrou com muito receio em relação à pesquisa. Ele argumentou que

estava de muda para outra área, não iria criar mais ali. Essa argumentação reflete o temor dos agricultores/criadores urbanos frente à fiscalização.

Em outros casos, migrantes disseram que praticavam agricultura no urbano assim que chegaram em Montes Claros e que em 2010/2011 não mais plantavam, devido a uma série de fatores: falta de saúde, idade avançada, falta de espaços, devido ao fato de terem cimentado todo quintal e devido ao fato de a terra não mais produzir na mesma qualidade e quantidade de antes.

Por fim, excluindo todos os migrantes que não cabiam na temática da pesquisa, chegou-se ao total de 35 migrantes aptos a participar da pesquisa. De cada agroambiente, somam-se 7 migrantes que praticam agricultura na área urbana de Montes Claros.

TABELA 9

Agroambientes, polos e municípios de origem dos migrantes da amostra

Agroambiente	Polo	Número de migrantes por município de origem	Total da amostra
Alto Rio Verde – ARV	11	Juramento 4; Francisco Sá 2 e Glauclândia 2	8
Coração de Jesus – CJ	12	Coração de Jesus 3 e Claros dos Poções 2	10
Mata do Rio Verde – MRV	11	Janaúba 3 e Capitão Enéas 5	8
Serra Geral II – SGII	11	Salinas 2; Riacho dos Machados 2; Monte Azul 2 e Porteirinha 2	8
Gerais de São Felipe – GER	01	Brasília de Minas 4; São João da Ponte 3 e Mirabela 3	10

Fonte: Bancos de dados dos Programas BF e MCMV, 2010-2011, adaptado pelo autor.

Na formulação do questionário optou-se por um arranjo de questões pré-elaboradas organizadas em 7 blocos, a saber. O primeiro bloco buscou conhecer os migrantes por meio de questões sobre idade, ano da migração para Montes Claros, polo de residência, grau de escolaridade, ocupação principal e o tempo que reside em Montes Claros. O segundo bloco pautou-se por perguntas sobre a moradia dos migrantes no espaço urbano. O terceiro bloco objetivou conhecer a agricultura praticada em espaços urbanos de Montes Claros, bem como a praticada nos locais de origem. Assim, foi possível comparar modos de plantio e preparação de solo. O quarto segmento de questões focou em perguntas basicamente referentes a princípios agroecológicos, ou seja, práticas e modos de plantio com bases agroecológicas de produção de alimentos em espaços urbanos. O quinto bloco tinha como objetivo conhecer a existência de apoios a essas práticas agrícolas no urbano; seja por parte da prefeitura ou por órgão como EMATER e universidades. O sexto procurou identificar alguma relação existente entre migrantes alocados em espaço urbano de Montes Claros com parentes ou conhecidos ainda com residência nos locais de origem. O sétimo e último bloco quantificava a produção dos agricultores urbanos bem como o destino desses produtos para vizinhos ou parentes alocados também nos espaços urbanos de Montes Claros (consultar questionário no Anexo desta dissertação).

Ao longo das primeiras entrevistas de teste, algumas das questões presentes no questionário foram reformuladas ou retiradas, devido às circunstâncias encontradas em campo, como perguntas que constrangiam e outras com duplo sentido, o que dificultava o entendimento por parte do agricultor urbano. O público alvo da pesquisa, em sua maioria, escolheu o dia e a hora para a aplicação do questionário, que aconteceu nas casas e nos quintais. Após o término da aplicação do questionário, o agricultor urbano mostrava o quintal para os pesquisadores. Nesse momento, a diversidade de espécies existente no local foi fonte de inspiração para o agricultor urbano tecer comentários sobre a sua relação com as plantas.

5. REVISÃO DE LITERATURA

5.1. O rural norte-mineiro e as migrações

5.1.1 O homem e a natureza: agricultura e a reprodução social

O rural norte-mineiro antes de 1970 era uma região fundamentalmente rural, caracterizada pela interação direta entre natureza e ser humano. Essa interação permitia aos agricultores familiares a possibilidade de cultivo de múltiplos alimentos (feijão, arroz, mandioca, milho, fava, abóbora) e a caça nas matas (SAINT-HILAIRE, 1974). A reprodução familiar nessa interação era possível, devido à existência de terra livres em quantidade suficiente para o roçado e quintais para cultivos e criação de animais utilizados para a alimentação. Seus hábitos alimentares eram constituídos por alimentos que conferiam força e vitalidade para exercer o trabalho na roça.

Spix e Martius (1981), dois naturalistas que passaram pela região, em seus relatos, descreveram a relação que a população estabelecia com a natureza. Ser humano e natureza coexistiam em um mesmo espaço físico. Era uma relação de trocas. A carne para a alimentação era conseguida em ambientes diferentes: capões de catinga, pastos com árvores isoladas e locais de várzea pantanosa. Cada local tinha uma caça específica. Por exemplo, caititu, veado e anta eram encontrados nos capões de catinga. O aproveitamento da natureza acontecia também com a flora. O buriti se usava para cobertura das casas, gradeados e ripas, bebida, petisco com a polpa do fruto, além da extração do mel silvestre como atividade econômica.

O grande número de filhos nas famílias que Spix e Martius (1981) encontraram era um meio de prover força de trabalho para a reprodução da família. A reprodução da família estava diretamente associada à existência das matas e à facilidade de extrair da terra e das matas o alimento necessário. As terras já eram ocupadas há centenas de anos por diversas tribos indígenas que viviam da pesca, da caça e da coleta de frutos (COSTA, 1999; SANTOS, 2003). Segundo Santos (2003), a agricultura norte-mineira

remonta aos povos que há gerações viviam nela. Para o autor, a produção de autoconsumo:

É uma característica marcante da agricultura regional, salvo raras exceções como o algodão, responsável por alguns ciclos da agricultura local (...). O gado, no sertão foi se adaptando, forjando uma raça resistente às drásticas condições de sobrevivência oferecidas pela natureza. (SANTOS (2003, p. 12),

Em conformidade com Santos (2003), o norte de Minas Gerais teve de fato a ocupação mediante a expansão da pecuária nas margens de rios, principalmente no São Francisco. A grande incidência de pastagem e, principalmente, a existência de água para os animais contribuíram para o surgimento de diversos currais e fazendas nas margens dos rios.

As fazendas ou currais de gado foram responsáveis pela economia do norte de Minas Gerais. Dayrell (2000), analisando a região de Riacho dos Machados, argumenta que a prática de criação de gado acontecia de forma extensiva. O gado não ficava preso (confinado, recebendo ração no cocho). Era criado em terrenos “férteis e amorrados” na “caatinga, na vertente norte, noroeste e nordeste da serra do Espinhaço, quanto nas áreas de gerais localizadas nos planaltos e topo do Espinhaço” (DAYRELL, 2000, p. 216). Na região que compreende Januária, segundo Santos *et al.* (2010), o gado era solto no período das chuvas, época em que a natureza oferece capim e diversos brotos em fartura para o gado. Na época das secas, os gerais não dispunham de grandes quantidades de alimentos, assim prendia-se o gado, exceto os “solteiros” (novilha, os machos, exceto o reprodutor) e o alimentavam com o bagaço da cana, que era moída para o preparo da cachaça e da rapadura. O gado na solta não dava despesas, a não ser com o sal. Era solto nos gerais (campos comuns), junto com o gado de outros agricultores.

As terras comuns eram extensas áreas de gerais usadas para a solta do gado em períodos com oferta de alimentos. Nessas terras, o agricultor familiar, além de usar para soltar o gado, utilizava-o também para retirar

madeira, frutas, plantas medicinais e caça em épocas de seca. Segundo Ribeiro (2010), as áreas comuns eram terras das comunidades de agricultores, usadas no coletivo, sem divisão para a exploração dos múltiplos recursos que eram oferecidos pela natureza às famílias.

Santos *et al.* (2010) admitem que o trato do gado nas áreas comuns era coisa de “mês em mês, de dois meses”. Para facilitar para o dono do gado, usava-se um “polaco” pendurado em uma das vacas, o qual tinha a função de conduzir o restante do rebanho quando pouco acostumado com os gerais. Por meio do som do instrumento, o dono sabia a localização dos seus animais.

A rusticidade dos animais era condição para a sobrevivência nos gerais e na caatinga. As famílias tinham preferência pelos animais adaptados, ao invés do gado com raça definida. Santos *et al.* (2010) argumentam que o gado puro de origem necessita ficar preso e demandava mais atenção com tratos de alimentação e sanitários, algo que o gado criado à solta não precisava.

Nas duas regiões (Januária e Riacho dos Machados), grande parte do rural era ocupado por agricultores familiares, que retiravam a reprodução da agricultura. Além da prática da criação de gado, dedicavam-se à preparação do local de plantio, e à colheita. A destinação da produção era, na maioria das vezes, para a alimentação das famílias. Parte se usava para as trocas com os vizinhos e, quando houvesse produção em “sobra”, vendiam na cidade, contribuindo, assim, para o abastecimento microrregional.

Em relação à prática das “trocas”, Santos *et al.* (2010), relatam que:

... outra coisa que acontecia era a troca também, de produtos: quem levava a carne dificilmente voltava com a vasilha vazia. De lá para cá trazia alguma coisa de volta! Eles perguntavam para a gente o que não tinha lá em casa, que estava faltando. (SANTOS *et al.*, 2010, p. 174),

Quando se encontrava o local apropriado para o plantio, era hora de iniciar a preparação da terra: foice e machado eram usados para derrubar as

árvores, serviço que deveria ser feito antes de iniciar a queda das folhas. Com essa ação, já se dizia que “ali” já era a “roça”, mas, para Santos *et al.* (2010), era ainda somente “roçado”, necessitando ainda da queima da vegetação que foi cortada. O corte era uma técnica que precisava ser perfeita; cortava-se a 20 centímetros de altura para haver rebrota das árvores. O corte não era feito em todas as árvores, “o pereiro é uma madeira boa”, assim como a amoreira e o pequiheiro.

Dayrell (2000) e Santos *et al.* (2010) informam que a preparação da terra tinha o mês de junho como referência. Na região de Januária, a preparação se iniciava em abril e se estendia até junho. Na região que compreende Riacho dos Machados, junho era o mês em que se iniciava a preparação da roça. Em épocas das festas de São João e São Pedro, pelo conhecimento que os agricultores tinham, analisavam se o ano seria bom ou não de chuva. Após o corte das árvores em ambas as regiões, utilizava-se o fogo para limpar a área, queimando as folhas e garranchos das árvores cortadas. O fogo era quase que considerado algo “mágico” entre os agricultores familiares; era um momento especial e que requeria muito cuidado, pois, se colocar muito fogo, a força da terra não era oferecida à planta. Dayrell (2000) admite que esses agricultores consideravam que o fogo não podia durar muito na terra, devido ao fato de algumas culturas não se adaptarem à terra muito “sapecada”. A terra boa era aquela que o fogo não ficou muito nem pouco queimando. Esse meio termo dava uma terra mais “gordurosa” e era indicado para o plantio de diversas culturas.

Segundo Coelho (2005), a região Norte era vista pelas agências do governo como um estoque de recursos naturais que precisava ser usado para a promoção do desenvolvimento dela própria. O domínio sobre os recursos era essencial. Na região do rio São Francisco, dominar as águas seria ponto chave para “amansar” o rio, que destruía as áreas próximas às suas margens. Deus (2010) descreveu que, com o advento da mecanização e do crédito agrícola, iniciou-se, na região, o Provárzeas, projeto que tinha como objetivo a drenagem de áreas alagadas, como várzeas, pântanos,

lagoas e veredas para a produção de arroz e feijão. A mata e os buritis eram derrubados para o secamento dessas áreas.

Os resultados dessa ação governamental contribuíram para a escassez de madeiras utilizadas pelas populações, além de reduzir os espaços de criadouros de peixes que abasteciam o rio São Francisco. Deus (2010) relata a existência de uma diversidade de peixes: “surubim, piaui, curvina, matrinxã, curimatã, mandim”, no fundo da lagoa. Eram alimentos usados pela população local em períodos em que não estavam lidando com a agricultura.

Os peixes, a mata e, em especial, o buriti na microrregião de Januária eram pensados com múltiplos usos pelas populações. O buriti tinha usos diversos. E ainda era artigo do comércio (COELHO, 2005; SPIX; MARTIUS, 1981).

O relacionamento ser humano/natureza era estreito, havia uma interdependência nessa relação. Spix e Martius (1981) descrevem que, nesse território, a população estava ligada ao meio. A caça para alimentação das famílias estava em três áreas descritas anteriormente.

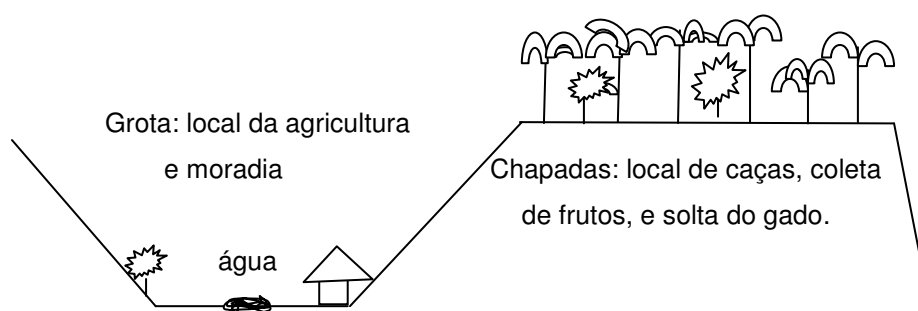


FIGURA 3 - Agroambiente das populações, área de estudo de Dayrell (2000)
Fonte: Ilustração adaptada pelo autor

Conforme Dayrell (2000), antes da chegada das “firmas” na região, no agroambiente de que a população dispunha (FIG. 1), produzia-se, nas grotas; soltava-se o gado; coletavam-se os frutos e caçava-se nas chapadas. Vivia-se nas grotas próximas das fontes de água, as quais deveriam ser correntes

(havia poucas fontes correntes), pois eram mais “finas”, “leves” e cristalinas (GALIZONI, 2005).

As formas de regulação eram familiares e comunitárias, com o uso prioritariamente doméstico. Nessas áreas de grota, produziam-se os alimentos nos roçados. Já nas chapadas, as terras serviam para a solta do gado e a coleta de frutos e caça.

Depois da década de 1960, essa dinâmica foi quebrada, devido às privatizações que ocorreram na região; os recursos correntes foram transformados em recursos privados. Coelho (2005) considera o rio São Francisco como um recurso em processo de se tornar privado, devido à quantidade de represas existentes até Penedo (BA); nos rios menores, as “firmas” cercaram e estabeleceram proibições à população para não usar as águas que passaram a ter “dono”, ou seja, a “firma”. Sampaio (2002) relata que as cidades nas margens do rio eram “miúdas, pequenas, médias e grandes”, que abrigavam a população que migrava em busca de melhores condições de vida ou estavam fugindo dos jagunços armados que assombravam a bacia do São Francisco.

As condições econômicas apresentadas no rural para os trabalhadores contribuíam para a expulsão desses para outras áreas. Em conformidade com Dayrell (2000), o processo modernizador da agricultura foi ponto relevante para a saída do rural da população e, consecutivamente, a sua entrada nas cidades.

Na parte mais ao norte de Minas Gerais, conforme Dayrell (2000), o processo de tomadas de terras iniciou nas décadas de 1930 e 1940, com a demarcação de terras antes utilizadas pelas famílias para a criação do gado na solta e da fauna e flora para alimentação. Um agricultor, ao ser entrevistado por Dayrell (2000) sobre o processo de tomada de terras, explicou:

Aconteceu assim, ò, no tempo do tal engenheiro, de primeiro chamava engenheiro, hoje é agrimensor. Quando chegava o engenheiro ele saía medindo as terras. Media um mundo de terra para os

fazendeiros. O fazendeiro media o que queria. Tinha um negocio de mil reis de terra de dois mil reis de terra... (DAYRELL, 2000, p.223)

Na região que compreende a microrregião de Januária, as “firmas” chegaram e “compraram” os direitos de muitos agricultores. Em seguida, fecharam com cercas. Segundo Santos *et al.* (2010, p.131), “Compro nada! Cercou ai...”; essa era a ação das muitas “firmas” que se instalaram no norte de Minas Gerais. Num primeiro momento, o processo de demarcação das áreas comuns, por parte dos fazendeiros, não ofereceu prejuízos aos agricultores. A reprodução social continuava no mesmo ritmo; limpava as “roças”, queimava, realizava o plantio, colhia e vendia o excedente da produção na cidade (DAYRELL, 2000).

A área do norte de Minas Gerais na década de 1960 passou a ser cercada pelos fazendeiros. O governo ofereceu a outra parte às empresas que tinham a pretensão de plantar eucaliptos e criar gado.

Na década de 1970, os estímulos do governo à modernização do campo convergiam em créditos subsidiados para a mecanização e o melhoramento dos rebanhos. Com a possibilidade de usar as suas terras para uma exploração mais eficaz, aconteceu no campo a retirada por parte dos fazendeiros dos agregados e posseiros que estavam dentro de “suas” terras.

Aqueles agricultores sitiados que tinham a posse também tiveram a sua reprodução abalada, uma vez que a criação de gado era feita nas terras que haviam sido demarcadas e cercadas pelo fazendeiro. O sitiado estava agora somente com a terra que utilizava para cultivar alimentos, mais o quintal de sua casa. Houve uma brusca redução da área de produção de alimentos, devido a essa área, antes destinada à produção de alimentos, passou a ser dividida para a criação de gado e plantio de capim pelos fazendeiros. Essa quebra das relações entre fazendeiros e posseiros/agregados é, segundo Costa (1996), um “rompimento da solidariedade vertical” que existia entre essas categorias.

Em pesquisas realizadas por Dayrell (2000) no norte de Minas Gerais, um agricultor familiar de Riacho dos Machados esclareceu o processo como se deu a relação entre fazendeiros e agregados e, consecutivamente, a sua expropriação das terras, antes liberadas pelos fazendeiros para a prática da “solta” e aberturas de áreas para a produção de alimentos nos “roçados”. Assim, ele explicou:

Tinha um morador num lugar, o pai já era meio fazendeiro. Então tinha uns moradorzinhos fracos ali que morava ao redor, quando veio a medição ele mediu e cercou tudo, os outros ficou morando de agregado. O filho já cresceu, achando recursos (de projeto subsidiado pelo governo), já achou escada para pisar. De pouco ele pôs eles pra fora. O que a gente está vendo hoje, evém deste tempo. Um só é dono de um alqueiramento esquisito. E hoje uns num tem nada...(DAYRELL, 2000, p. 224-225)

O fim dessas relações existentes no campo, segundo os autores, foi devido: primeiro, à inclusão do Norte de Minas Gerais na área de atuação da SUDENE, que fez com que fossem convergidos muitos recursos para a região e, segundo fato, o Estatuto da Terra, que, de acordo com Dayrell (2000), dava alguns direitos de permanência na terra aos agregados e posseiros que estavam dentro das fazendas.

Dayrell (2000) e Paranhos *et al.* (2008) destacam que o olhar que foi dado para a região era da necessidade de se criar possibilidades de desenvolvimento, mesmo que os técnicos dos órgãos formuladores das tais políticas não compreendessem e nem levassem em conta que, nessa região, viviam populações que tinham modos e práticas de reprodução próprias.

Órgãos federais organizaram a região para fazer parte do cenário nacional, com investimentos em projetos agropecuários, industrialização, reflorestamento e projetos de irrigação. Ações que, segundo o governo, iriam gerar dinamismo e, assim, oportunidade de trabalho para a população.

Assim, a incorporação da população local aos empreendimentos não aconteceu devido a esses projetos serem altamente mecanizados.

Consecutivamente, o trabalho humano não foi utilizado nas proporções previstas.

As políticas viriam atender exclusivamente aos setores oligárquicos da região, além de privilegiar a indústria, grandes produtores rurais ligados à agroindústria e incentivo aos grandes projetos de plantio de eucaliptos para as indústrias siderúrgicas. Além dessa destinação, serviriam também para ocupar a terra, garantindo, assim, a saída de famílias que ali residiam.

A mecanização das áreas rurais favoreceu uma enorme concentração de terras na região, em especial nas proximidades de áreas destinadas aos projetos agropecuários (fazendas de bois) e os reflorestamentos (eucaliptos). Nessas áreas, uma intensa expropriação de famílias rurais aconteceu; posseiros e agregados se deslocaram para os centros urbanos, em busca de moradia, trabalho, saúde e educação.

Ocorreu em boa parte, a privatização das terras usadas para a produção de alimentos pela agricultura da família. Entre as décadas de 1970 e 1980 a agricultura passou por sérias modificações de ordem estrutural, que iriam mudar o modo de lidar com a terra. Para isso:

[...] chegaram agrimensores, máquinas de esteira e tratores. E um novo manejo floresceu nos campos. O manejo teve efeitos transformadores semelhante à própria privatização, porque as técnicas aplicadas aos campos eram, até então, desconhecidas (RIBEIRO; GALIZONI, 2007, p. 115).

O sucesso de poucos empresários custou, conforme os autores, o sacrifício de muitas comunidades de agricultores familiares que viviam e se reproduziam nas terras, que sofreram desgaste, devido ao uso excessivo da mecanização e ao uso intensivo de insumos (adubos, inseticidas, fungicidas, bactericidas, entre outros produtos químicos usados para eliminar alguns “empecilhos” à produtividade). Assim, a agricultura e as terras, antes familiares, foram incorporadas à indústria e a uma dinâmica de produtividades, aliada à mecanização agrícola.

Portanto, as técnicas de cultivo utilizadas pelos agricultores familiares para a obtenção de alimento não tinham mais espaço para serem aplicadas. As terras para a prática da “agricultura na meia”, do cultivo nos “roçados” e da criação de animais “na solta” eram técnicas “ultrapassadas”, em relação ao que passou a existir no pós-década de 1970.

A falta de espaços para a reprodução familiar no campo, aliada a dificuldades de continuação das práticas tradicionais de cultivo, foram motivações relevantes para o início dos movimentos migratórios da região Norte de Minas Gerais.

Com a privatização das áreas usadas para a produção de alimentos pelos agricultores familiares, segundo Ribeiro e Galizoni (2007, p. 123),

Os usos da terra e as pautas de produção se transformaram quando o manejo campo/cultura ficou limitado. Os campos comuns de soltas e coletas quase acabaram; a produção se concentrou nas culturas; os sítios passaram a usar menos a diversidade de recursos; os sistemas de lavoura e criação foram readaptados; foram mudando as relações com a natureza, a terra, a dieta, o trabalho; foram transformadas as fontes de renda, a lógica da herança e da reprodução cultural e produtiva. RIBEIRO; GALIZONI, 2007, p. 123),

Essas famílias expropriadas ou não de suas terras tiveram, de acordo com esses autores, em um primeiro momento, oportunidades de trabalho nessas áreas, que depois passaram a ser usadas para o cultivo de monoculturas ou extração de recursos naturais (principalmente, carvão).

Esse processo de limitação e proibição do uso dos recursos pela população teve sérias consequências sociais. Primeiro, houve uma desruralização da população, o que gerou intensos processos migratórios para as cidades. A população que ficou enfrentou empobrecimento da economia local e, diante das privações, foi obrigada a produzir “excedentes”, que, segundo Garcia Jr. (1983), não são mais vistos como sobra, e sim uma necessidade para continuar naquela condição de agricultor familiar,

reproduzindo a família. Além de se alimentar, as famílias passaram a precisar de alguns produtos da alimentação que não produziam. Para produzir além do alimento, é preciso também produzir para comercializar.

Com o uso limitado das áreas de cultivo e criação de gado, não era mais possível prover o consumo doméstico e o “mais que o gasto”, retirando dessas áreas limitadas. Tem-se a necessidade de membros da família vender a força de trabalho nas “firmas” ou para outro agricultor. Outra solução era migrar para áreas urbanas como meio de ajudar na reprodução da família, por meio do mando de recursos mensais para a família que ficava.

Os investimentos que foram feitos pela SUDENE, segundo Costa (1996), contribuíram para o deslocamento do centro econômico, antes rural, para as cidades, algo que contribuiu para a saída de população que tomou como direção as cidades, no caso do norte-mineiro, principalmente para Montes Claros. Na microrregião de Riacho dos Machados, houve negociação para a saída das fazendas de parte dos agregados e posseiros. Os fazendeiros “convidavam” os agricultores familiares a se retirar da terra e, em troca, recebiam lotes no perímetro urbano da cidade mais próxima. As famílias aceitavam a “troca”, em função de não terem alternativas e viam a ida à cidade como oportunidade para ter educação para os filhos e porque surgia, na época, a oportunidade de trabalho nas empresas que estavam plantando eucalipto na região.

A cidade de Montes Claros teve o seu crescimento demográfico acelerado nas décadas de 1960 e 1970. Na área urbana do município, estavam concentrados, em 1960, 46.505 habitantes. Na década de 1970, a área urbana já respondia por 85.154 habitantes. Em dez anos, a quantidade de habitantes quase que dobra. De acordo com o Censo Demográfico de 1980, a área urbana passou a ter 155.313 habitantes.

Em 1990, eram 227.295 habitantes residentes no meio urbano e o rural, com 22.270 habitantes. Esse crescimento teve as décadas de 1960 e 1970 como divisores de águas. Em 1960, Montes Claros era considerada rural, devido ao fato de a sua população estar concentrada no rural, uma característica de todo o Brasil nessa década. Na década de 1970, o rural

passou por profundas modificações já descritas anteriormente, que contribuíram para o deslocamento de populações para áreas urbanas.

A cidade vinha recebendo investimentos em infraestrutura desde a sua inclusão na área de atuação da SUDENE, criando a regularidade no fornecimento de energia para a instalação de novas indústrias e aumento da produtividade das já existentes, bem como uma rede de transporte que interligava a cidade às demais microrregiões do norte de Minas Gerais. Essas ações contribuíram para o deslocamento de populações para a cidade, vindas das áreas rurais das microrregiões vizinhas.

5.2 A terra e a prática agrícola: a modernização e os fluxos migratórios

Os motivos dominantes que influenciam o ato migratório são principalmente de natureza econômica. Essa afirmação por muito tempo foi defendida por estudiosos do assunto e é defendida por governos que investem em políticas públicas de permanência da população.

Assim, os sujeitos têm motivações alicerçadas em uma condição de escassez econômica em seu local de origem ou aparecimento de condições econômicas mais atraentes em outros espaços geográficos. A natureza econômica como motivadora do ato migratório foi inicialmente um argumento abordado por Ravenstein, em 1885 (SOARES, 2002). Nos começos do século XXI, as motivações para o ato migratório são entendidas por diversos autores como sendo de diversas naturezas (MATOS, 1997; RIBEIRO *et al.* 2004).

Assim, fatores de expulsão ou de atração são usados para abarcar as circunstâncias que influenciam o ato migratório (MATOS; BRAGA, 2004; SILVA; MENEZES, 2007).

Segundo Santos (1997), em um determinado espaço geográfico, sempre há alguém que não é natural daquele local, ou seja, quem está fora do seu município de nascimento é considerado um migrante. A movimentação da população sobre o espaço seria a definição mais simples de migração (SANTOS, 1997). Baseando-se em Santos (1997), Augusto

(2007, p. 24) analisa o migrante como sendo “o indivíduo que mudou de local de residência, estabelecendo-se em outra unidade geográfica.”

Como salientam Martine e Camargo (1984), o deslocamento das pessoas dentro ou fora de uma mesma região significa um reordenamento de oportunidades econômicas e sociais. Esse reordenamento é constante, sempre há outras áreas mais dinâmicas. Isso dá consistência ao conceito de Lee (1980), que concebe migração como uma mudança permanente ou semipermanente de residência.

Essas áreas com grau de desenvolvimentos (econômico e social) mais acentuado são caracterizadas por Ravenstein (1980) como centros de absorção. Menezes e Alfredo (1986) se referem a esses centros como áreas de atração, o que remete ao local de origem como algo negativo para o desenvolvimento da população, ou seja, com a mesma conotação do autor anterior.

Lee (1980) vai mais além que Ravenstein (1980). Enquanto para esse, o deslocamento dos migrantes estava condicionado a fatores de dispersão nos locais de origem ou de absorção dos locais de destinos, aquele levanta alguns fatores que, possivelmente, podem interferir no processo migratório de indivíduos ou até mesmo de grupos de forma mais planejada. Primeiro, “fatores associados ao local de origem”, que podem ser desde um clima insalubre até questões relacionadas a brigas entre vizinhos; segundo, “fatores associados ao local de destino”; escolas de melhor qualidade, condições de trabalho e emprego mais satisfatórias e também infraestrutura presente; por fim, “fatores ligados a obstáculos intervenientes”, grandes distâncias entre local de origem e de destino, obstáculos naturais ou construídos pelo homem e, por último, mas não menos importantes, os “fatores pessoais”.

Em conformidade com Martine (1994), a distribuição da população brasileira antes de 1930 ocorria de forma irregular sobre o espaço geográfico. A concentração populacional estava direcionada para poucos centros urbanos, principalmente na região sudeste, os quais, segundo esse autor, atraíam populações, em função de determinado ciclo econômico (cana-de-

açúcar, café, fronteiras econômicas). Esses ciclos econômicos eram responsáveis pela movimentação populacional, destinados a produzir bens para o exterior. Portanto, os ciclos econômicos não promoviam articulação entre eles e, consecutivamente, conforme o autor, não havia trocas populacionais entre essas regiões.

Os migrantes, como agentes sociais desse processo, fugiam da concentração de capital instalada no rural, a partir da década de 1930. Com o processo de industrialização no Brasil, o campo se modernizou (indústria química, biológica e mecânica), em função da necessidade de aumentar a produtividade. Já a cidade se estruturou, também, devido ao processo de industrialização.

Diferentemente do urbano, que precisava de força de trabalho, o rural liberava trabalhadores para outros setores, em especial para a indústria urbana. Até a década de 1970, esse deslocamento populacional era considerado benéfico para o desenvolvimento industrial do país. O trabalhador rural que agora era urbano, seria útil à nação.

No entanto, as consequências positivas da migração teriam a década de 1970 como limite. A periferização foi uma das consequências negativas da migração. A demanda por mais infraestrutura, saneamento básico, postos de saúde, escolas, policiamento gerou gastos para o poder público, além do aumento das despesas com políticas compensatórias, para redistribuir o mínimo de renda para a manutenção das famílias que não tinham trabalho.

O processo migratório no Brasil não é novo. Pode-se afirmar que a migração no Brasil se iniciou com a saída dos índios, antes vivendo nas regiões litorâneas para o interior ou para locais onde não poderia chegar o colonizador. Também com o comércio de escravos vindos da África (migração internacional), no Brasil, os compradores os espalhavam pelos engenhos para o cultivo da cana-de-açúcar (migração forçada) no nordeste ou ainda a fuga para quilombos (também um tipo de migração).

Além do ciclo da cana-de-açúcar, outros ciclos econômicos contribuíram para a mobilidade dos escravos no Brasil: o ouro, em Minas Gerais; café, em São Paulo e, mais tarde, o ciclo da borracha (responsável

pela mobilidade de mais de 500 mil pessoas), esse último não mais tinha escravos, e sim nordestinos, que se lançavam à própria sorte e seguiam para a Amazônia, em busca de melhores oportunidades na extração da borracha.

Em 1930, iniciou-se no Brasil, um ciclo econômico que iria modificar a distribuição populacional, que antes era marcada pela migração rural-rural, ou seja, as migrações ocorriam em grande escala de locais rurais estagnados para locais rurais em prosperidade.

A industrialização iria tornar as cidades mais atrativas. Oportunidade de trabalho, saúde em melhor qualidade, educação, itens essenciais para o ser humano, os quais no meio rural eram precários ou limitados. Com a industrialização nos grandes centros urbanos, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, surgiu a demanda por mais força de trabalho para dar prosseguimento a esse ciclo. Portanto, o urbano demandava que o meio rural liberasse trabalhadores rurais para as indústrias.

Também, na década de 1970, surgiram os complexos agroindustriais no meio rural, que se caracterizaram por pouca dependência de força de trabalho. Antes dos complexos agroindustriais (CAIs), no rural, havia os complexos rurais, os quais eram estruturados em latifúndios e sítiantes ligados à agricultura familiar. Como o complexo rural era baseado em técnicas naturais de cultivo (sem uso de um aparato mais tecnificado), ao longo do tempo não mais compensava produzir milho, arroz ou feijão, uma vez que o complexo agroindustrial altamente mecanizado produzia de cinco ou até sete vezes o que os latifúndios dentro dos complexos rurais produziam.

A saída encontrada pelos latifúndios foi transformar áreas de cultura em áreas de pastagens. Isso contribuiu para que milhares de famílias (agregados, arrendatários, meeiros) fossem expulsas dessas áreas para os centros urbanos ou para outras áreas rurais. Quanto aos sítiantes, a solução encontrada foi não mais produzir para a comercialização, apenas para o consumo. Os filhos tiveram que se deslocar para os centros urbanos à procura de trabalho.

Durhan (1973, p. 112) analisa as motivações que levam o trabalhador rural a sair do seu local de origem rumo à cidade. Segundo estudos da autora, as pessoas migram “para melhorar de vida” e “porque a roça era muito difícil”. Outros autores indicam que, também, a roça ou o roçado não dava mais condições para a reprodução social das famílias, devido aos processos de cercamento de terras e, consecutivamente, privação por parte dos fazendeiros, da condição de reprodução social das famílias (DAYRELL, 2000; SANTOS *et al.*, 2010).

Woortmann (1990) sustenta que o ato de migrar para outro espaço geográfico tem distinções entre modalidades. Assim, são categorizadas três modalidades de migração: a migração pré-matrimonial do filho; aquela do chefe de família, de tipo circular e a emigração definitiva. São movimentos considerados como “viagem” ou de “saída”.

A migração pré-matrimonial do filho é apresentada como uma alternativa para se evitar o fracionamento da pequena unidade de produção. Essa decisão de não mais ser camponês é útil para a parte da família que fica e se mantém nessa condição (GARCIA JR, 1983). Para Galizoni (2002), a terra é apresentada para os agricultores familiares como meio principal de reprodução e patrimônios das famílias. Portanto, o não fracionamento garante a permanência desse patrimônio na família.

A migração do pai de família pode ser entendida como “migração sazonal”. O deslocamento acontece na estação seca ou devido à falta de terras para o cultivo de alimentos. Galizoni (2002), argumenta que a migração sazonal pode ter objetivos múltiplos, destacando-se a acumulação de recursos para a compra de terras nos locais de origem e de animais. Woortmann (1987) considera que as comunidades camponesas têm categorias comuns que se apresentam relacionadas; assim, “terra, família e trabalho” são pensados no coletivo, um complementando o outro. Portanto, o ato de migrar para trabalhar de modo sazonal em outros espaços é um mecanismo para garantir a continuidade dessa tríade na família.

A migração definitiva analisada por Woortmann (1990) cria, segundo análises de Marandola Jr e Gallo (2009), processo de desterritorialização, ou seja, o migrante rompe com atributos antes executados e vividos no rural.

O divisor de águas desse processo são as décadas de 1960 e 1970. Isso porque, na década de 1960, o urbano respondia por 45% do total da população brasileira; na década de 1970, o urbano era 56 % da população total. Assim, na década de 1970, conforme TAB. 10, o urbano passou a ter mais população que o rural (MARTINE; CAMARGO, 1984). Entraram em ação ao mesmo tempo fatores de atração e expulsão: a industrialização do rural expulsava para o urbano e o urbano atraía, uma vez que disponibilizava trabalho para os migrantes vindos do rural.

TABELA 10

População, de acordo com a definição oficial de urbanos. 1940-1980

Ano base	População urbana (em 1000 habitantes)	População rural (em 1000 habitantes)	População urbana (%)
1940	12.880	28.356	31.2
1950	18.783	33.162	36.2
1960	32.005	38.988	45.1
1970	52.905	41.604	55.9
1980	80.436	38.566	67.6

Fonte: IBGE – Censos Demográficos, citados por Menezes e Alfredo, 1986

Na década de 1950, havia dois fluxos: o primeiro constituía-se no deslocamento de população para a região Centro-Oeste e Paraná, locais de fronteiras agrícolas. O segundo tinha origem na região Sul (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), em direção para o Paraná e Mato Grosso do Sul e o fluxo intrarregional (deslocamento de populações dentro da mesma região) de Minas para São Paulo.

A FIG. 2 correspondente à década de 1960, apresentando uma continuidade dos fluxos migratórios da década de 1950. Surgiu, nessa

década, a movimentação para o Distrito Federal, mais precisamente para Brasília e do Rio Grande do Sul para Mato Grosso. Por fim, o Maranhão, que ganhou população (área de atração) na década de 1950, perdeu população (área de expulsão) para o Norte, na década de 1960.



FIGURA 4 - Migração interna no Brasil, nas décadas de 1960 – 1970
Fonte: Menezes e Alfredo (1986), adaptado pelo autor.

Sobre aquele destino dos fluxos migratórios, nota-se que a região Nordeste foi a que mais perdeu população. A região Sudeste foi a que mais ganhou migrantes provenientes do Nordeste. O Nordeste perdeu população, devido à estagnação econômica. Na TAB. 11, a migração inter-regional (deslocamento de uma região para outra) foi mais acentuada em regiões menos dinâmicas economicamente. A sua população era rural.

TABELA 11
Emigração inter-regional no Brasil, em 1980

Região	Porcentagem %
Nordeste	76,20
Sudeste	43,50
Sul	54,20
Centro-Oeste	62,90
Norte	51,70

Fonte: IBGE – Censo Demográfico – 1980, citado por Santos, 1997.

Aquele deslocamento em demasia no Nordeste foi motivado por diversos fatores de expulsão, que agiram pressionando o nordestino a migrar para outras regiões. Também agiram fatores de atração exercidos por outras regiões. Para Menezes e Alfredo (1986), fatores de atração foram predominantes na decisão de migrar. A reordenação econômica seria a responsável pela atração nas grandes cidades em processo de industrialização, o que também foi corroborado por Martine e Camargo (1984), quanto à motivação no momento de migrar.

Na FIG. 3, pode-se observar que migrantes estabelecidos na década de 1960, buscaram novas áreas com maior desenvolvimento econômico, Assim, áreas que atraíam população na década de 1960 passaram a expulsar em 1970. Como exemplo, tem-se o estado do Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul, que perderam importância para estados da região Norte.

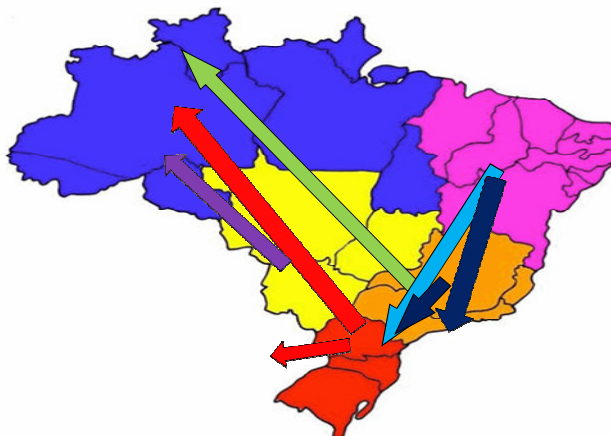


FIGURA 5 - Migração interna no Brasil, na década de 1970
Fonte: Menezes e Alfredo (1986), adaptado pelo autor.

Na década de 1970, segundo Menezes e Alfredo (1986, p. 24), três fluxos migratórios agiram no espaço geográfico brasileiro: houve uma ocupação da fronteira agrícola: da região Sul, Centro-Oeste e Sudeste, em direção à região Norte e ao estado de Mato Grosso; um segundo deslocamento para os núcleos industriais: continuou o fluxo tradicional proveniente de Minas Gerais e do Nordeste, acrescido da migração do estado do Paraná, sobretudo para São Paulo; terceiro movimento migratório para as fronteiras: fluxo que partiu do Paraná e se dirigiu ao Paraguai; eram, contudo migrantes originários do Nordeste, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esses fluxos eram conduzidos pela movimentação constante dos ciclos econômicos e variação de importância econômica das regiões.

O processo migratório é, portanto, um acontecimento que deve ser analisado não apenas do ponto de vista numérico, quantidade de pessoas que se deslocaram de uma região para outra. A análise deve ser feita, levando-se em consideração os diversos fatores que contribuem para a expulsão ou para a atração de população. As pessoas não se deslocam de uma área de nascimento pelo simples fato de não mais gostarem daquele

local. Elas saem pelo motivo de não haver, no local de nascimento, condições e atrativos necessários ao seu desenvolvimento, como educação, saúde, lazer e oportunidade de trabalho para a família. A migração não é um fato isolado, de ordem individual, em que a decisão de ficar ou de sair de um determinado espaço geográfico é exclusiva do sujeito, mas sim de um processo estrutural do local de origem.

5.3. Formação de redes sociais no rural e no urbano

Na história brasileira, a mobilidade populacional sempre foi uma característica presente na vida das populações, fenômeno marcante entre comunidades urbanas e rurais, sendo que a movimentação é sempre mais acentuada entre populações rurais (GALIZONI, 2000). Assim como essa autora, Fazito (2005) considera a migração um acontecimento sempre presente entre as populações. Segundo o autor, é uma estratégia utilizada pelos indivíduos antes mesmos da compreensão desse processo pelos mesmos. No entanto, segundo Fazito (2005)

Há um momento em que este evento demográfico particular, o deslocamento, atinge significação completa no campo das relações propriamente sociais, e deixa de seguir linearmente os ditames populacionais puramente biológicos — fato comum, ainda hoje, às sociedades de insetos e cães selvagens das estepes africanas.(FAZITO, 2005, p. 26)

Marandola Jr e Gallo (2009) admitem que a migração envolva processos de desterritorialização e reterritorialização, em que novas identidades são formadas ou integradas às já existentes. De acordo com esses autores, há, no ato migratório, abalos na identidade de quem migra; no urbano (o novo), a construção de identidade e do “eu” se processa sobre o rompimento do “ser-lugar-natal”. Os autores concebem a desterritorialização como um processo gerado pela migração, que compreende deixar locais de

vivências consolidadas, “lugares de infância, juventude ou idade adulta, responsáveis pela nossa formação enquanto pessoa e sob os quais está edificada nossa identidade” (MARANDOLA JR; GALLO, 2009, p. 03).

A identidade rural se movimenta no espaço e no tempo. Famílias rurais alocadas em áreas urbanas conservam a identidade rural e, assim, conservam também alguns modos de plantios, alimentação e práticas, como a manutenção de quintais com espécies antes cultivadas no rural, como frutíferas, feijão catador, andu (guandu), milho, abóbora, quiabo, além de diversas plantas medicinais. Essa população rural estabelece redes de trocas, solidariedade e de compadrio no urbano, como um meio de estar mais perto do ambiente rural.

Com o ato migratório, o migrante incorpora fragmentos desse lugar de destino. São fragmentos de uma nova cultura que é somada à sua identidade do lugar de origem, portanto, a sua cultura ou a sua identidade está em constante movimento.

A identidade em movimento está em mutação, influenciada pelos acontecimentos existentes no cotidiano do migrante. A absorção da cultura do local de destino acontece em distintas fases (chegada e urbanização do imigrante), ou ainda somam-se novas experiências de vida às suas. Portanto, segundo Brito (2008), a identidade não é única, e sim o resultado da junção de várias identidades com momentos distintos de se manifestarem; assim, é possível ter a sua identidade e redescobrir novas identidades nos locais de destino, devido ao contato com outras realidades.

Marandola Jr e Gallo (2009), em análise sobre as migrações no Brasil, relatam a existência de diferenças entre origem e destino. Esses autores analisam a inexistência de conhecimento dos migrantes em relação ao local de destino. Há muitas diferenças entre local de origem e local de destino. Fatores relacionados ao local de origem são rapidamente analisados e julgados.

No entanto, os relacionados ao local de destino não são conhecidos, somente serão quando se chega ao local, ou se o local de destino tiver algum conhecido, será mais fácil a análise sobre o local.

Marandola Jr e Gallo (2009) sustentam que a identificação dos migrantes com o local de destino é relevante para a sua permanência; características sociais e culturais são buscadas entre os migrantes alocados nos centros urbanos. Assim, segundo os autores, espaços urbanos ocupados por migrantes com identidade social e local semelhante estabelecem atração de migrantes e promovem integração dos mesmos nos espaços sociais, econômicos e culturais.

Costa (2007), analisando a sobrevivência da cultura caipira nordestina em São Paulo, identificou migrantes mineiros na região nordeste paulista, os quais iniciaram o povoamento dessa área no início do século XX. O autor relata que “o jeito de se viver”, antes organizado e vivido nas áreas de origem, é transportada para a região nordeste paulista.

Segundo Marandola Jr e Gallo (2009), Soares (2002), Maia (2002) e Fazito (2002), redes sociais são meios em que se processam informações que se configuram em contribuições para a migração. O primeiro descreve essas redes como meio para se ter sentimento de pertencimento em relação às áreas de origem; assim, são consideradas como relevantes para a diminuição dos impactos que se seguem à saída de lares de origem para outros espaços geográficos. Na concepção de Marandola Jr e Gallo (2009, p. 5), “a reconstituição do espaço social do migrante remete à presença das redes sociais cujos lugares constituintes possibilitam o indivíduo ter a sensação de identificação e pertencimento”.

Cândido (1982), analisando as populações tradicionais paulistas, destaca as transformações que elas sofrem ao migrar para áreas urbanas. Assim, o autor relata que o caipira, em áreas urbanas paulistas, diante das facilidades apresentadas, pode negar seu modo de vida tradicional vinda do rural. No urbano, hábitos rurais perdem importância para itens disponibilizados para as sociedades urbanizadas. Portanto, segundo o autor, o caipira tende a aceitar os novos traços da cultura urbana como forma de prestígio em um novo espaço geográfico.

No entanto, segundo Marandola Jr e Gallo (2009),

O indivíduo não pode ou não é capaz de ignorar toda sua história e formação sendo indiferente às características de sua nova realidade para estabelecer prontamente relações com o local de destino. Sendo assim, o migrante é impulsionado a construir lugares com que se identifique. Ele recria seus lugares para poder preservar a sua forma de ser, bem como, para reafirmar a sua identidade territorial. (MARONDOLA JR; GALLO, 2009, p. 4)

A preservação das características vindas dos locais de origem é configurada na busca e na construção de “lugares próprios”, em que os migrantes tenham condições de preservar modos de vidas rurais, como alimentação, cultura e relações sociais. O migrante, estando envolvido por esses modos, segundo esses autores, se sente mais territorializado.

Em conformidade com Soares (2002, p. 19), redes sociais têm relevância nos estudos migratórios, devido à necessidade de “[...] considerar processos sociais concretos que lançassem luz sobre o caráter seletivo da dinâmica migratória”. Esse autor questiona a presença, em um mesmo espaço geográfico, com efeitos sociais, econômicas e culturais parecidos à migração, de parcelas populacionais, em detrimento de outras que permanecem nos locais de origem.

Outro aspecto analisado pelo autor é “por que se torna migrante?”. O autor considera redes institucionais e de pessoas como operadoras, de forma positiva, para a migração. Assim, Soares (2002, p. 19) admite que a migração não é efetivada por pessoas ou por famílias, mas por “conjuntos de pessoas”, com laços de amizade, de conhecimento, de parentesco e de trabalho. Migração, na concepção desse autor, não se pauta exclusivamente por vontades individuais. Portanto, conforme Soares (2002), a migração possui por base a existência de redes sociais, as quais organizam e controlam processos migratórios dentro de estruturas comunitárias, devendo ser compreendidas e pensadas como estruturas comunitárias, devido ao fato de ser o coletivo, e não o individual, que age nos processos migratórios.

Maia (2002) argumenta que, quanto maior for o relacionamento entre pessoas provenientes de uma mesma área, maior será a importância dessa

rede, devido ao fato de haver grande movimentação de informação entre os membros.

De modo que a adaptação e a resolução das necessidades iniciais serão amparadas por essas redes, formadas por pessoas provenientes de um mesmo município, o qual tem um papel importante para os migrantes que chegam e para os que lá residem. É um ambiente propício para a preservação do sentimento de pertencimento referente ao local de origem, à cultura, ao modo de cultivar os quintais, à alimentação regional. A existência das redes sociais contribui para evitar que a identidade fique em movimento. Essa rede hospitaleira aos que chegam é fator relevante para a integração desse novo migrante ao meio social.

As redes sociais construídas entre os migrantes fundamentam-se, segundo Bueno e Khoury (2008), na “dádiva”, ou seja, existência de uma aliança entre migrantes de um mesmo local de origem. Esses autores argumentam sobre o dar, o receber, além do retribuir, que se apresentam como fundamentos de hospitalidade e sociabilidade nos locais de destinos, o que contribui para o sentimento de pertencimento em relação ao local de origem.

Assim, a unidade que efetiva a migração é, portanto, o conjunto de pessoas organizadas em torno de mecanismos organizadores dessa movimentação de determinado espaço geográfico para outro, que possa atender às necessidades dos que estão em movimento. Na análise de redes, Soares (2004) argumenta:

A teia de relações sociais interligadas, mantida por um conjunto de expectativas mútuas e de comportamentos determinados, que apóia o movimento de pessoas, bens e informações que une migrantes e não-migrantes, que liga comunidades de origem a lugares específicos das sociedades de destino, constitui a rede migratória. Essa rede tende a se tornar auto-suficiente com o tempo, por causa do capital social, que faculta, aos migrantes em potencial, contatos pessoais com parentes, amigos e conterrâneos; oferecem aos migrantes oportunidades de emprego, hospedagem

e assistência financeira no destino. (SOARES, 2004, p. 106)

Em linha complementar, Fazito (2005, p. 62) concebe redes sociais como “mecanismos difusores de informações e bens materiais e simbólicos, em vez de se constituírem efetivamente como mecanismos de intermediação de pessoas (embora possam sê-lo, eventualmente)”; é mecanismo utilizado pelos que chegam e também por aqueles já instalados como estratégia para a sobrevivência no novo espaço.

Para Bueno e Khoury (2008), o acolhimento dos migrantes que chegam contribui para que surjam ou desenvolvam redes de migrantes de um mesmo espaço de origem. O ato de migrar para novas áreas pressupõe desligamento do local de origem, que inclui perda cultural, além de perda de laços sociais, algo que não aconteceria com o inserimento desse migrante em uma rede social de migrantes proveniente do seu local de origem.

Fazito (2005), analisando migrações internacionais, relata a existência de possibilidades de haver uma comunidade de migrantes. Como exemplo, o autor cita a comunidade japonesa no Brasil, que, devido à existência de uma profunda diferença cultural e barreiras linguísticas, possui as suas tradições preservadas. Assim, essa comunidade, constituída em rede, estabelece organização coletiva, a qual solidifica e preserva tradições vindas do Japão.

Silva (2006, p. 35) considera que “são as redes sociais, recomendações de parentesco e amigos, que fazem pessoas migrarem”. Assim, ao resolver deslocar para outras áreas, grande parte dos migrantes já tem para aonde ir, local para ficar e amigos ou parentes já estabelecidos nesses locais.

O conceito de rede social, de acordo com Silva (2006), é importante para se entender que o migrante não migra sozinho ou de forma isolada, mas, segundo a autora, são processos sociais que agem na motivação para se migrar. Conforme Bott (1976 citado por SILVA, 2006, p. 42), redes sociais são “conjuntos de relacionamentos sociais para os quais não há uma fronteira ou um limite comum”.

Para a autora, não é por acaso que fluxos migratórios de pessoas de um mesmo espaço geográfico procuram se estabelecer próximos aos locais de destino. Apesar de não se conhecer no local de origem, a rede se constitui e tende a aumentar, devido ao sentimento de pertencimento que elas oferecem aos migrantes, além do contato preestabelecido em muitos casos antes de se chegar ao destino. Os migrantes procuram se estabelecer mais próximos de seus locais de origem ou das pessoas que são desse local.

As redes surgem como apoio local a quem migra e, como suporte para as necessidades dos migrantes, fazem com que eles se sentam mais próximos dos locais de origem. Maia (2002), analisando processos de migração, relata que as redes são importantes meios para as frequentes trocas de correspondências entre local de origem e de destino. O autor retrata as redes como sendo espaços relevantes que constituem elos entre os dois espaços geográficos.

Matos e Braga (2004, p. 5) concebem redes sociais “como o conjunto de pessoas, organizações ou instituições sociais que estão conectadas por algum tipo de relação, podendo inclusive se sobrepor inúmeras vezes dentro de um sistema de relações”.

Essas redes estreitam ligações entre áreas de origem, devido à permanência de parentes ainda residindo nesses locais e um sentimento de pertencimento existente naqueles que deslocaram. Assim, os integrantes de uma rede urbana podem, por meio dos quintais e das redes, lembrar os espaços rurais, a cultura, os modos de vida, aliados ao cultivo de espécies tradicionais na alimentação no rural.

No entanto, em relação à alimentação da população, Carmo (1996) relata que os hábitos de alimentação da população brasileira urbana têm modificado. Segundo a autora, o consumo de alimentos, que antes ocorria em grande escala, como, por exemplo, o feijão, tem desaparecido em grande parte da alimentação urbana.

Maia (2002) ressalta que a relação de migrantes com seus locais de origem se mantém especificamente na alimentação. Segundo o autor, os

migrantes sempre trazem ou mandam buscar itens da alimentação tradicional.

A mudança de hábitos alimentares, segundo Carmo (1996), aconteceu no Brasil após a industrialização da agricultura, ou seja, devido ao processo de “caificação”, que promove a industrialização dos produtos antes cultivados e consumidos na ausência de industrialização. Com a “caificação” da produção, hábitos alimentares tradicionais passaram por modificações no urbano e no rural, devido ao forte apelo pelo consumo apresentado pela mídia.

A evolução do padrão alimentar atua com fortes interferências no consumo nas últimas décadas. Assim, são apresentadas aos consumidores propostas de diversificação de cesta básica para os variados níveis econômicos e sociais existentes no Brasil. Segundo essa autora, isso ocorre, por exemplo, quando a mulher de classe média emerge no urbano incorporada ao mercado de trabalho e com exigências por produtos mais diferenciados, com facilidades no preparo e no armazenamento. Devido ao intenso processo de urbanização, a sociedade demanda mudança de antigos hábitos em relação à preparação dos alimentos.

Carmo (1996) constata, para o período de 1934 e 1962, mudanças significativas nos hábitos alimentares: cereais e legumes (- 27,5%); hortaliças (-20,9%); panificados (-16,8%); ovos e aves (+31,0%); laticínios (+37,0%); sais e condimentos (+6,0%); óleos gorduras (+3,3%) e, por fim, bebidas e infusões, com aumento de (+50,0%) no consumo.

Segundo essa autora, no grupo dos cereais, a maior redução é no consumo de feijão, devido ao fato de ser um produto que exige mais tempo no preparo e devido à escassez de recursos econômicos dos grupos urbanos. Percebe-se aumento no consumo de óleos, de margarinas e de refrigerantes e menor participação de açúcar e feijão, além da eliminação, quase que por inteiro, da utilização da banha de porco e do toucinho na alimentação urbana. Os mesmos produtos, antes consumidos ao natural, ganham agregação de valor: embalagem, pré-cozimento, incorporação de

vitaminas ou alimentos prontos para o consumo, como iogurtes, bebidas e comidas.

Brandão (1981), analisando populações rurais que se estabeleceram em áreas urbanas, relata que esses migrantes vindos do rural têm a sua pauta alimentar complementada ou substituída por novos produtos. A batata complementa a mandioca verifica-se aumento do consumo de macarrão, de legumes e de verduras.

Os motivos para a ocorrência dessa conversão da pauta alimentar são, segundo Santos e Batalha (2005): a globalização, em que a diversidade de alimentos ficou mais acessível a todas as classes sociais, além de diminuição do tempo de dedicação da mulher às atividades domésticas, domicílios de uma única pessoa e distância entre local de residência e trabalho, que dificulta a alimentação constante em casa.

No estudo sobre deslocamento populacional de migrantes rurais para áreas urbanas, Brandão (1981) retrata alimento como sendo uma expressão usada no urbano. Já no rural, usa-se a expressão “mantimento”. Assim, a comida é dividida entre: animal e planta. A comida, derivada de animal e planta, é parte do cardápio alimentar do lavrador, o qual precisa de uma boa alimentação para a realização dos mais variados e difíceis trabalhos na roça. Assim, a “banha” era indispensável à alimentação, pois disponibilizava força no trabalho; outros alimentos eram menos indispensáveis, como a mistura e os legumes. O QUADRO 4 ilustra a classificação de alimentos, segundo Brandão (1981).

QUADRO 4
Classificação de alimentos, segundo Brandão (1981)

Alimento		
Massa “a comida”	Mistura “que acompanha a comida”	Molho “o que se põe na comida”
Arroz, feijão, mandioca, carne, batatinha, macarrão.	Legumes, verduras, saladas, “iguarias.”	Condimento de preparo Condimento de molho

Fonte: Brandão (1981).

Esse esquema é apresentado por Brandão (1981) como forma de listar os alimentos que passam a fazer parte da alimentação dos migrantes rurais em espaço urbano; como, por exemplo, a batatinha, macarrão e as misturas.

O deslocamento para o espaço urbano, aliado ao modo de vida urbano atuam na reconstrução de parte da pauta alimentar dos migrantes, os quais inserem novos alimentos e excluem alguns, que, no urbano, não são aceitos; como, por exemplo, a “banha” de porco, convertida para o uso de óleos vegetais, devido ao fato de serem, no entendimento da população, menos agressivos ao corpo do migrante urbanizado.

5.4. Agricultura urbana/periurbana e princípios agroecológicos

O reordenamento de populações em espaços geográficos diferentes rural/urbano traz associado a esse fenômeno o transporte de práticas e modos de lidar com a agricultura desenvolvida no espaço rural. Na cidade, essas populações, por meio das atividades agrícolas em quintais e lotes no entorno da cidade (agricultura periurbana), estabelecem reprodução desses modos e práticas. Sentimentos de pertencimento são estabelecidos com essas práticas agrícolas, que podem ser configuradas como uma insistência dessas famílias em manter o modo de vida no rural. Essas atividades e modos contribuem para estabelecer, no urbano, a reprodução da força de trabalho e contribuem para o desenvolvimento de uma agricultura urbana relevante para a segurança alimentar de populações urbanas pobres.

Nos espaços urbanos, muitos migrantes, por meio de sentimento de pertencimento em relação ao local de origem, tentam reproduzir o rural, seja nas redes sociais ou na prática da agricultura urbana. Em estudo realizado com agricultores urbanos da cidade de Rio de Janeiro, os quais usam áreas cedidas para o cultivo, Machado (2008) concluiu que 68% dos agricultores urbanos pesquisados são naturais de estados do Norte e

Nordeste do Brasil (TAB. 12). Segundo esse autor, desses atores sociais provenientes dessas regiões 80% tinham como atividade econômica a prática da agricultura no rural e eram agricultores nos locais de origem.

TABELA 12
Origem dos agricultores urbanos – cidade de Rio de Janeiro – 2008

Regiões	Percentual
Nordeste (Bra)	63%
Norte (Bra)	5%
Sudeste (Bra)	27%
São Paulo	9%
Rio de Janeiro	18%
Portugal	5%

Fonte: Pesquisa de campo, Machado (2008) adaptada

A imigração, vinda das áreas rurais tem grande contribuição para os centros urbanos, por meio da cultura, da culinária e das práticas agrícolas. Essa população migrante se insere nesse contexto urbano; no entanto, como afirmam Fortunato Portela e Vilhena Júnior (2008), até os anos 1990, não era dada tanta atenção à agricultura familiar em espaços urbanos, atividade que pode ser um meio para gerar trabalho e renda para uma grande parte de imigrantes com experiências em trabalhos rurais. Estabelecem-se, assim, processos de retirada de populações pobres da situação de fome nas cidades.

Em 1990, o sociólogo Hebert de Souza, “Betinho”, publicou o “Mapa da fome”, o qual mostrava que na década de 1990, mais de 42 milhões de pessoas eram vítimas da fome no Brasil. No ano de 2005, segundo dados do IPEA, havia 53,9 milhões de brasileiros em situação de pobreza extrema, o que significava exposição à insegurança alimentar e nutricional (COUTINHO, 2007).

Ribeiro e Magalhães (2010) associam a agricultura urbana do município de Contagem, em Minas Gerais, à Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, ao promover alimentação saudável à população em

situação de insegurança alimentar. Em matéria no jornal “O Globo”, de 2 de março de 1981, o criador de uma cooperativa de produtores e consumidores de alimentos (COONATURA) no Rio de Janeiro, admitia que:

Se em todos os quintais de todas as casas das cidades brasileiras crescessem legumes e verduras haveria menos problemas de nutrição e saúde e menos lixo orgânico, os alimentos à venda seriam mais baratos, e menos produtos químicos, caros e tóxicos, precisariam ser gastos na agricultura. Disponível em: www.agriculturaurbana.org.br

Joaquim Moura, criador da COONATURA, propunha a utilização dos espaços vazios na cidade para o cultivo de alimentos e a criação de pequenos animais, que teriam como destino a alimentação das populações pobres e seriam uma oportunidade para a geração de trabalho e renda para essas populações.

Aquino e Assis (2007) sustentam que o processo de urbanização que não passou pelo planejamento tem se apresentado como um dos principais problemas da humanidade, na atualidade. Essa crescente urbanização da população acarreta a necessidade de aumento do fornecimento de alimentos para essas áreas; além de gerar problemas ambientais (esgoto, queima de combustível fóssil e desmate para a construção de habitações) e a necessidade de geração de emprego. Assim, os argumentos de Aquino e Assis (2007), dão materialidade à sugestão de Joaquim de Moura, quanto à utilização de áreas urbanas para a produção de alimentos, por meio da Agricultura Urbana – (AU). Machado e Machado (2002) concluem que:

A urbanização influencia todos os aspectos da produção e consumo de alimentos. Aspectos específicos relacionados com a urbanização tais como: rápido crescimento populacional, recessão econômica e políticas de ajustamento estrutural que têm reduzido as despesas do governo e diminuído as oportunidades de emprego, têm contribuído para aumentar o número de pessoas na faixa da miséria

absoluta. Nesse ponto, as atividades de agricultura urbana são importantes ferramentas estratégicas para prover às populações urbanas pobres seu auto-sustento, tornando-se instrumentos para suprir as carências alimentares. (MACHADO; MACHADO, 2002, p. 18)

A agricultura urbana, proposta por Joaquim Moura, em 1980, era pensada e sistematizada desde 1976, com diversas matérias de propostas ecológicas que eram enviadas para a publicação nos jornais. Segundo Boulianne (2000), a AU, desde 1970, é difundida e empregada nos países do hemisfério Sul por organizações não governamentais e agências públicas, como meio de intervenção de projetos sociais, visando à inclusão de populações pobres no desenvolvimento da agricultura urbana, como forma de vencer a exclusão dessa população.

No Brasil, a promoção da agricultura urbana e periurbana (AUP) se inseriu na estratégia do governo Lula, chamado “Fome Zero”, que, segundo o então Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Crispim Moreira, seria a articulação de programas e políticas de acesso das “famílias aos alimentos; a produção da agricultura familiar e camponesa para o abastecimento alimentar interno; a geração de trabalho (independente e solidário); e a participação e controle social das políticas”⁸.

Segundo Moreira, em 11 regiões metropolitanas, em 2006, estimou-se a existência de mais de 600 iniciativas de AUP. Moreira relata que a AUP “foi aprovada na III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional como uma ação estratégica da Política Nacional de SAN elaborada pelo Governo Federal e pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)”. A AUP tem, segundo Moreira, o apoio da sociedade civil e governamental, no âmbito federal.

Como afirmam Aquino e Assis (2007), a AU pode ser uma estratégia relevante, frente às atuais configurações por que passam as áreas urbanas (produção de lixo, inchaço populacional e inexistência de condições econômicas das populações pobres para a compra de alimentos). No

⁸ Entrevista Crispim Moreira 2010, Revista de Agricultura Urbana.

entanto, a conceituação desse termo se torna essencial para dinamizar a sua continuidade. Segundo Coutinho (2007), é uma prática que não tem um conceito único que a define e está difundida em diversas cidades e com crescimento acentuado nos países em desenvolvimento que passam por uma remodelagem da alocação das populações, antes rurais.

Arruda (2006) e Drescher *et al.* (2001) admitem que a agricultura urbana praticada por residentes nos centros das cidades, além da agricultura periurbana, desenvolvida no entorno das cidades, vem tendo crescimento nos países em desenvolvimento.

Drescher *et al.* (2001), Pessôa (2005), Lovo *et al.* (2005), Arruda (2006), Coutinho (2007); Aquino e Assis (2007) levantam o debate acerca da conceituação da agricultura urbana. Segundo esses autores, o conceito da AU é necessário, para ser melhor compreendido, uma vez que o mesmo apresenta uma enorme complexidade.

Segundo Mougeot (2001), o termo “agricultura urbana” ou “agricultura intra e periurbana” é citado nos meios acadêmicos e em raras ocasiões pelos meios de comunicação e, na atualidade, o termo vem sendo usado por instituições internacionais, como, por exemplo, a FAO e entidades do terceiro setor que prestam serviços sociais a populações pobres urbanas. Mougeot (2001) admite que o uso do termo é essencial para que se possa trabalhar melhor na definição do conceito. É útil que haja entendimento, por parte dos que lidam com a AU e, já para os que não lidam, é relevante que a AU tenha funcionalidade e responda aos anseios dos que com ela lidam. Esse autor conclui que “somente com maior coerência interna e funcionalidade externa ele poderá tornar-se uma ferramenta útil e específica que poderemos compreender e utilizar” (MOUGEOT, 2001, p. 2).

Assim, “coerência interna” e “funcionalidade externa” são parâmetros utilizáveis para a construção do conceito de AU. O primeiro está relacionado ao entendimento inicial sobre a agricultura urbana. O segundo se refere a processos de articulação da AU com outras práticas ligadas à agricultura e que sejam sustentáveis. Para Mougeot (2001), o conceito deve ser de fácil compreensão e que, consecutivamente, ajude os usuários na percepção das

potencialidades de complementaridade da AU. O autor apresenta itens determinantes que simplificam a conceituação.

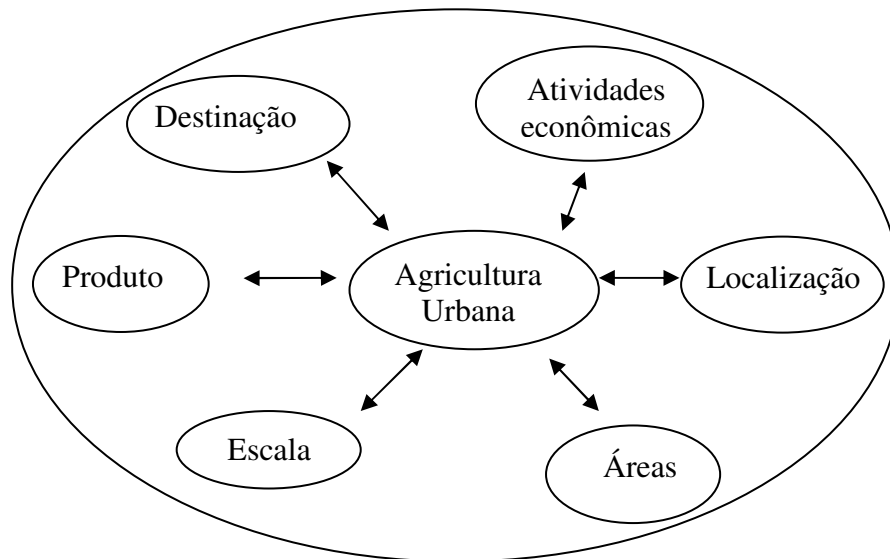


FIGURA 6 - Determinantes do conceito de agricultura urbana
Fonte: Mougeot (2001).

Em relação à interação de elementos com a AU, esse autor relata que o manejo de solos urbanos, estratégias de sobrevivência urbana, segurança alimentar urbana, desenvolvimento urbano sustentável, sistemas urbanos de abastecimento de alimentos e a agricultura rural são elementos com estreita relação com a agricultura urbana.

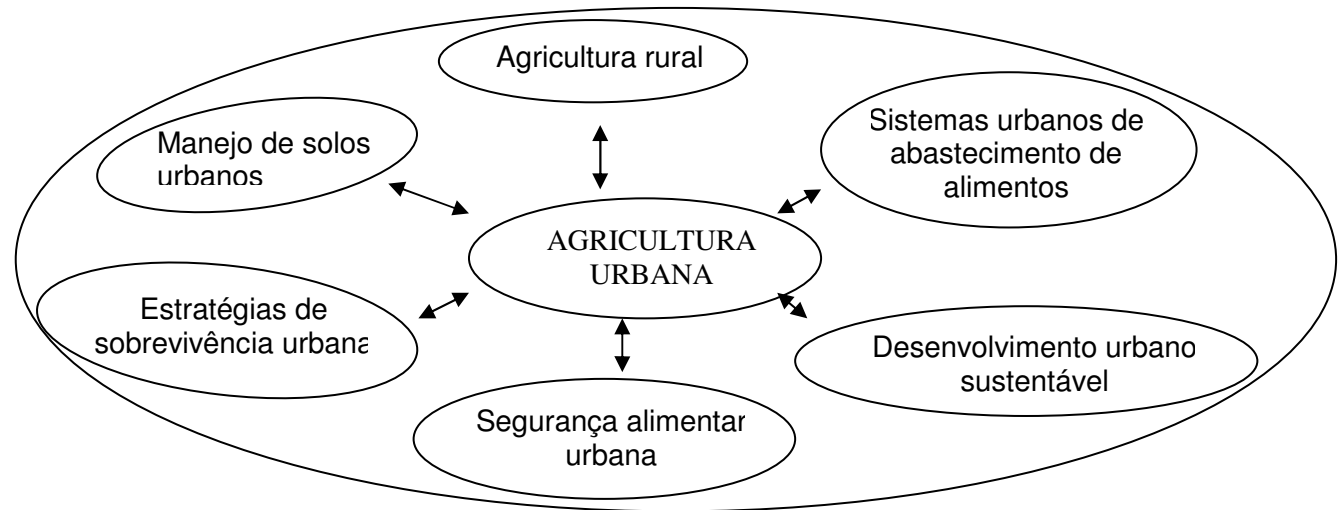


FIGURA 7- Elementos de interação na agricultura urbana
Fonte: Mougeot (2001).

Segundo Pessoa (2005), as atividades agropecuárias que se desenvolvem em áreas urbanas e no entorno têm como ação final a produção de itens ligados à agricultura, à criação de animais e florestais. A AU é um termo com muita amplitude, por abarcar atividades diversas. Arruda (2006) chama a atenção para não resumir a conceituação da agricultura urbana ou ainda periurbana somente levando em consideração a localização da atividade agrícola. Mas a agricultura urbana e a rural têm as suas características atuais ligadas ao urbano; o sistema produtivo rural está diretamente relacionado à produção de bens produzidos no urbano; além de ser o urbano o consumidor final da produção de ambas as agriculturas.

Mougeot (2001) usa alguns determinantes que têm forte influência na criação e na formulação de conceito empregado à agricultura urbana e periurbana. São eles: destinação, atividade econômica, localização, áreas, escala e produtos que são produzidos. No entanto, mesmo tendo esses determinantes, os quais podem ser empregados também para definir a agricultura rural, continua sendo a “localização” o mais forte e que exerce o poder de conduzir à formulação de conceitos que têm como principal condutor a localização, apesar de que ainda haja incoerências em relação ao que é rural.

Machado e Machado (2002) deixam bem explícito que o conceito de AUP está relacionado à localização da atividade de cultivo ou de criação de pequenos animais, os quais podem ser destinados à alimentação direta dos que produzem ou à venda de parte da produção para outros.

Segundo a FAO (2001), a agricultura urbana é a produção de alimentos em territórios urbanos; tem como áreas de produção os quintais, telhados e áreas não utilizadas pelo poder público. Tal atividade tem uma grande diversidade de produção, semelhante à da agricultura rural. Brandão (1981) analisa pessoas de origem rural e que desenvolvem atividades rurais no urbano, como o cultivo de alimentos. Segundo o autor, essa prática é transportada para o urbano, devido ao fato de permanecerem ativos os laços de pertencimento em relação ao rural nessa população, além de uma necessidade frente à dificuldade vivida no urbano. Segundo Halder *et al.*

(2010), as cidades são construídas sobre áreas que antigamente eram rurais e que têm, na sua constituição, a presença da cultura rural trazida pelos migrantes que se deslocaram para o urbano. A cultura rural e o modo de cultivar a terra são transportados para o urbano, transformam-se em uma relevante contribuição para o desenvolvimento da agricultura urbana.

Machado e Machado (2002) admitem que a atividade de cultivar alimentos e criar pequenos animais envolve uma população mundial de 800 milhões de pessoas entre consumidores e produtores de alimentos, fato que pode ser comprovado no QUADRO 5 que apresenta estimativa global do nível da atividade agrícola urbana. Portanto, analisando o QUADRO 5, a agricultura urbana e periurbana é uma oportunidade relevante para a geração de emprego e renda no urbano, além de ser uma alternativa para a ocupação de famílias pobres e marginalizadas dos processos econômicos e sociais que vivem nas periferias urbanas.

QUADRO 5
Estimativa global do nível da atividade agrícola urbana

População mundial engajada na atividade	800 milhões	
Fazendeiros urbanos produzindo e comercializando no mundo	200 milhões	
Empregos* mundiais gerados na produção e no processamento	150 milhões	
	Dados	Significância global
Participantes:	15% a 70% de famílias (famílias urbanas)	Cerca de um terço de famílias urbanas
Produção:	10% a 90% do consumo (vegetais, ovos, peixe)	Cerca de um terço do consumo
Terra utilizada:	20% a 60% de área urbana (terra com uso agrícola)	Acima de um terço das regiões urbanas

* Atual emprego ou atividades não equivalentes

Fonte: ARRUDA (2006).

Em conformidade com Peduto e Satdinova (2010), cidades como Londres têm como principal motivação no desenvolvimento da agricultura urbana o ambiente, pois a alimentação convencional tem acarretado severos danos ambientais. Assim, consumir alimentos produzidos de maneira ambientalmente correta é uma das motivações da agricultura urbana de Londres. Segundo esses autores, a agricultura urbana é um importante meio para que as cidades tenham um ambiente agradável para os que habitam nesse meio. Assim, a construção desse espaço deve sintetizar traços de um ambiente sem poluição e que seja melhor para que as populações urbanas se reproduzam.

Argumentando acerca das cidades resilientes de Beijing e Xangai, Yan *et al.* (2010) relatam que:

A resiliência de uma cidade é um processo dinâmico relacionado com a sua capacidade para se adaptar ou se ajustar a mudanças bruscas e severas em suas condições, ou para se recuperar depois de perturbações econômicas, sociais ou ecológicas. A alta taxa de urbanização atual da China cria muitas dessas perturbações. A agricultura urbana desempenha um papel no aumento da resiliência das cidades chinesas em crescimento. (YAN *et al.*, 2010, p. 1)

Em relação aos aspectos de uma cidade resiliente, Peduto e Satdinova (2010) listam quatro aspectos que são imprescindíveis a uma cidade resiliente:

- agricultura urbana integrada na gestão urbana (reconhecimento governamental);
- autossuficiência, por meio de sistemas locais de alimentos (mercados locais e segurança alimentar graças à cooperação de produtores locais);
- disponibilidade de áreas verdes que proporcionam benefícios ecológicos e sociais tanto a ricos quanto a pobres; e uma adequada

recuperação de recursos, onde os resíduos são reutilizados como biocomposto. (PEDUTO E SATDINOVA, 2010, p. 01)

Esses autores admitem que nenhuma cidade alcançou esses quatro aspectos na totalidade. Arruda (2006) relata que a produção, os participantes e a terra usada para a prática da agricultura urbana não são os mesmos nos diversos locais que praticam essa agricultura. Há uma diversidade de experiências que envolvem os 200 milhões de pessoas (produtores) que estão supostamente nessa atividade.

Cabannes e Dubbeling (2001) destacam que, na América Latina, as políticas desenvolvidas para a agricultura urbana garantem a promoção de sustentabilidade nos municípios. Isso se deve, em grande parte, ao fato de a agricultura urbana ser responsável pela segurança alimentar urbana de parte significativa da população. Reduz a pobreza ao fornecer trabalho às populações pobres e contribui para melhorar o meio ambiente das cidades.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa foram surpreendentes, mas ao mesmo tempo compreensíveis e esperados, levando em consideração as especificidades históricas e econômicas do norte de Minas Gerais. Assim, apresenta-se a seguir o resultado referente ao trabalho de campo, que resultou na aplicação de 35 questionários aos migrantes originários de cinco agroambientes do norte de Minas Gerais, a saber: Alto Rio Verde, Coração de Jesus, Gerais de São Felipe, Mata do Rio Verde e Serra Geral II. A população originada desses agroambientes se concentra com mais expressividade nos polos um, onze e doze (Santos Reis, Delfino Magalhães e Maracanã, respectivamente) na área urbana de Montes Claros. Esses foram os locais procurados pelos primeiros migrantes desses agroambientes. Portanto, são nesses espaços que as histórias rurais, laços de parentescos e amizade são encontrados.

Na TAB. 13, estão expostas informações sobre escolaridade e faixa de idade dos entrevistados. Há uma incidência maior de migrantes com idade igual ou acima de 60 anos. Nessa faixa de idade, encontram-se 8 pessoas sem nenhum estudo. A faixa de idade igual ou superior a 60 anos tem, no total, 17 agricultores, quase 50% do total. Assim, os agricultores sem estudos representam 34,30% do total, pouco mais de um terço. Aqueles que estudaram até 4 anos são 37,10% e da 5ª à 8ª série são 20,00%. Portanto, tem-se, na TAB. 13 acima mais de 90,00% dos migrantes com escolaridade até a 8ª série e que prevalecem as faixas de idade “60+” e “50 a 59”, com 28 agricultores/as.

TABELA 13
Escolaridade dos imigrantes, por faixas de idade

Escolaridade	Faixas de idade					Total	%
	20-29	30-39	40-49	50-59	60 +		
Nenhum estudo				4	8	12	34,30
Ate a 4ª serie		1	2	4	6	13	37,14
Da 5ª a 8ª serie		1	1	3	2	7	20,00
Ensino médio incompleto	1					1	2,85
Ensino médio completo		1			1	2	5,71
TOTAL	1	3	3	11	17	35	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

A TAB. 14 foi organizada, levando-se em consideração a ocupação principal do migrante na cidade de Montes Claros pela década de migração para a cidade. Assim, destaca-se 1970 como a principal década de transferência de migrantes para Montes Claros, com 18 migrantes, pouco mais de 50,00% dos pesquisados; a segunda década em que mais apareceram pessoas transferidas para Montes Claros foi 1990. Entre as ocupações desses entrevistados, destaca-se “aposentado”, com 39,90% do total, em segundo, tem-se “do lar”, com 25,90%; posteriormente, tem-se uma presença relevante de autônomos, com 20,01 %; 5,70% não trabalham e as demais aparecem com 2,85%.

TABELA 14

Ocupação dos imigrantes, por década de migração

Ocupação em Montes Claros	Década de migração para Montes Claros						Nº absoluto	Percentual
	1950	1960	1970	1980	1990	2000		
Aposentada			7	2	3	2	14	40
Do lar	1		6	1		1	9	25,73
Autônomo (costureira, comércio, artesanato e pedreiro)		1	3		2	1	7	20,01
Não trabalha			1		1		2	5,71
Motorista/trabalhador rural			1				1	2,85
Auxiliar de cozinha					1		1	2,85
Supervisor de produção					1		1	2,85
TOTAL	1	1	18	3	8	4	35	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Os 35 migrantes pesquisados não apresentam diferenças muito relevantes por faixas de idade (até 19; 20-29; 30-39; 40-49; 50-59 e mais de 60 anos). Na faixa de até 19 anos, não foram pesquisados migrantes. Destacam-se as faixas de idade 60 ou mais e a faixa 50-59 anos com 48,60% dos migrantes e 31,41% de migrantes, respectivamente. Pode-se perceber que, na TAB. 15, há uma grande quantidade de migrantes com idade acima de 50 anos. São 80,00% dos migrantes com idade acima de 50 anos, sendo que, nos agroambientes Alto Rio Verde, Coração de Jesus e Serra Geral II, prevalecem migrantes com idade acima de 60 anos.

TABELA 15
Idade dos imigrantes, por agroambiente

Faixas de idade	Agroambiente*					Número absoluto	Percentual (%)
	ARV	CJ	GER	MRV	SRII		
20 – 29	0	1	0	0	0	1	2,85
30 – 39	0	1	1	1	0	3	8,57
40 – 49	0	0	1	2	0	3	8,57
50 - 59	3	1	2	2	3	11	31,41
60 +	4	4	3	2	4	17	48,60
TOTAL	7	7	7	7	7	35	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Notas:* ARV: Alto Rio Verde; CJ: Coração de Jesus; GER: Gerais de São Felipe; MRV: Mata do Rio Verde; SGII: Serra Geral II

A década de início da chegada dos migrantes na área urbana de Montes Claros foi a partir de 1950. No entanto, destaca-se a década de 1970 pela quantidade, somando 42,85% do total. Ainda analisando a década de 1970, percebe-se a faixa de migrantes com idade acima de 60 anos, com 9 migrantes. Essa faixa, na totalidade, soma 17 migrantes e a faixa de 50 a 59 anos, com 11 migrantes.

O GRÁF. 3 apresenta informações referentes à permanência ou não dos migrantes nos bairros em que se instalaram ao chegar à cidade de Montes Claros. Assim, pode-se analisar que há quase um equilíbrio entre os

que ficaram no mesmo bairro e os que decidiram procurar outro bairro para moradia na cidade de Montes Claros. Os que estão atualmente em outros endereços somam 51,00%, já os que permanecem no mesmo totalizam 49,00%. A busca por outros locais de moradia pode estar associada a moradias inicialmente com parentes, ou seja, com o tempo, esses migrantes adquirem condições econômicas para comprar ou ainda têm a oportunidade de ocupar, por meio que não seja a compra, um lote nas áreas periféricas da cidade. A busca por novas áreas para o cultivo também é uma justificativa para a saída. No entanto, esse deslocamento acontece dentro do mesmo polo.

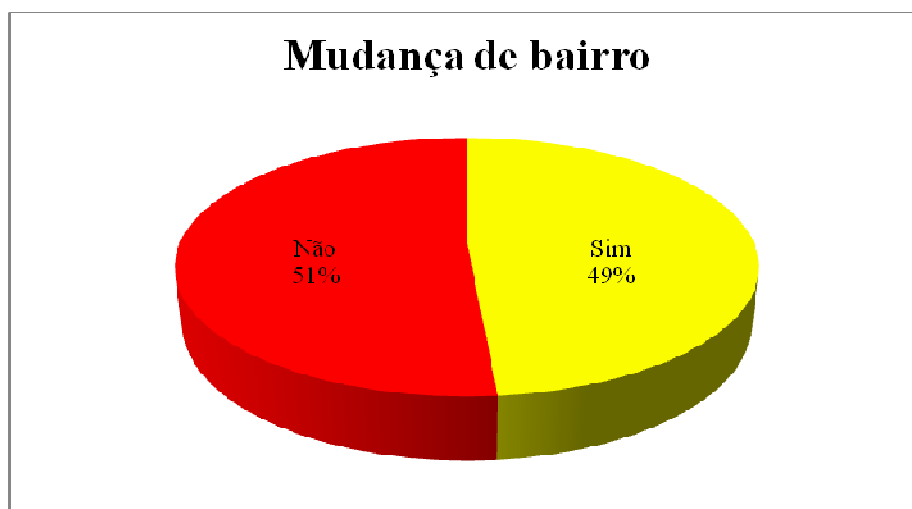


GRÁFICO 3 - Mudança/permanência no bairro de residência
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

No GRÁF. 4, observa-se o acesso a terra no lugar de origem dos migrantes pesquisados. Assim, tem-se um percentual de 48,00% de migrantes que dispunham de terra própria, enquanto 46,00% deles no lugar de origem trabalhavam em lavouras de terras que eram de outras pessoas, como meeiros. O plantio era feito em terras de fazendeiros e a totalidade da produção era partida ao meio. Há também 3,00% de migrantes que tinham o acesso à terra cedida no local de origem, e, por fim, para 3,00%, o acesso

tanto era em terra própria quanto em terra na meia; tinham a sua propriedade para morar e cultivar e usavam outra terra para fazer lavouras maiores.

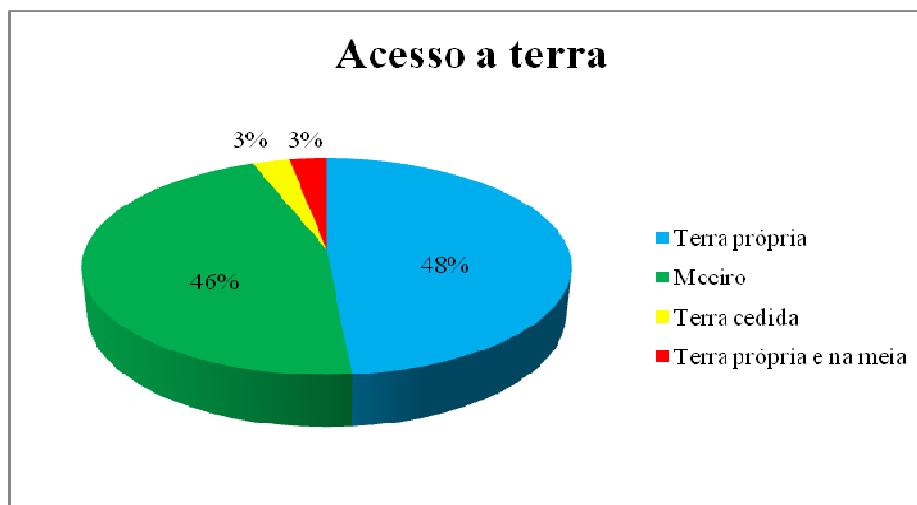


GRÁFICO 4 - Condições de acesso a terra no local de origem
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Os migrantes saíram dos seus locais de origem por diversos motivos, entre eles: procura de trabalho, em seguida, por ordem de frequência: por conta de casamento, saúde e dissolução de família, derivado à perda dos pais. Alguns se mudaram para o urbano, à procura de estudos para os filhos ou porque os filhos já estavam com residência fixada em Montes Claros. Dentre as motivações, destaca-se a procura de trabalho como a mais expressiva, como sendo a razão do deslocamento de 42,80% dos migrantes. Em segundo lugar, destacam-se “casamento”, “procura por assistência médica” e “estava (m) sozinha (os) numa propriedade pequena”, com 11,40% dos migrantes cada. Em terceiro, vêm a busca por “procura de estudo para os filhos” e “perda dos pais ainda criança (morte)”, com o percentual de 8,60% dos migrantes. Tem-se como destaque a década de 1970 como o período de maior saída de migrantes do rural para o urbano em busca de trabalho, coincidindo com o período de maior expansão urbana de Montes Claros.

TABELA 16
Motivos da migração por década

Motivos da migração	Década de migração						Número absoluto	Percentual (%)
	1950	1960	1970	1980	1990	2000		
Procura de trabalho			9	2	2	2	15	42,80
Casamento			3			1	4	11,40
Procura de assistência médica	1			1	1	1	4	11,40
Estava (m) sozinha (os)		1		1	2		4	11,40
Procura de estudo para os filhos			1		2		3	8,60
Perda dos pais ainda criança (morte)		1	1		1		3	8,60
Propriedade pequena			1				1	2,90
Separação conjugal					1		1	2,90
TOTAL por década	1	2	15	4	9	4	35	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

No GRÁF. 5 tem-se o percentual de migrantes que obtiveram ajuda ao chegarem à área urbana de Montes Claros. Assim, percebe-se que 20,00% obtiveram ajuda de moradia; 8,60%, ajuda financeira e, por fim, 14,30% dos migrantes pesquisados tiveram ajuda à alimentação. Portanto, 42,90% dos migrantes foram ajudados, ao chegarem à área urbana de Montes Claros. No entanto, 57,10% relatam não terem recebido ajuda de nenhuma das formas descritas acima. Os vários tipos de ajudas conseguidas no urbano foram ofertadas pela rede de migrantes de um determinado município. Os migrantes que chegam antes ofertam estrutura, alimentação e orientações para quem chega depois.

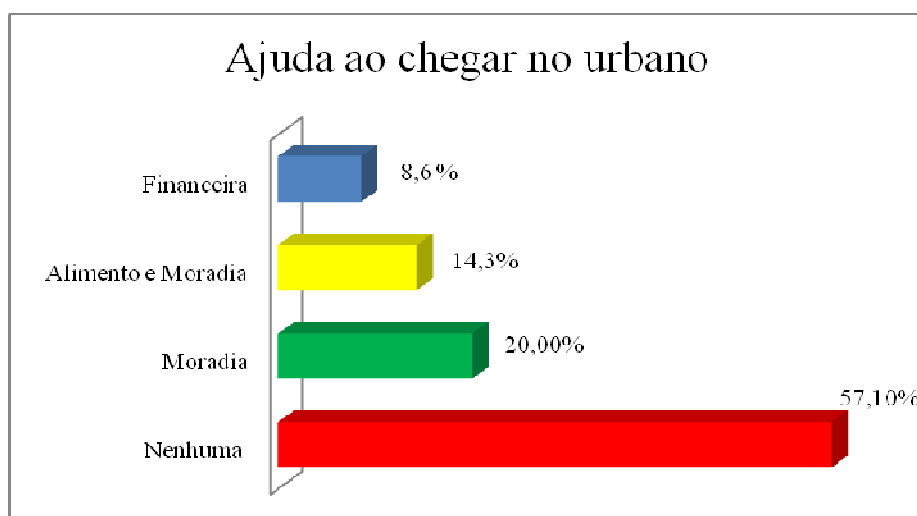


GRÁFICO 5 - Obtenção de ajuda de conhecidos ou parentes, ao chegar em Montes Claros

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Dentre os migrantes pesquisados, tem-se que 54,30% deles no local de origem tinham a propriedade em que plantavam. Já a condição de não proprietário totaliza o percentual de 45,70%. O percentual dos que são proprietários chega a mais de 50,00%. Essa mudança do rural para o urbano é explicada devido ao tamanho da propriedade, à velhice e à necessidade de trabalho, em função do casamento e da morte de parentes.

TABELA 17
Acesso à terra no rural, por década de migração

Condição de acesso à terra	Década de migração						Número absoluto	Percentual (%)
	1950	1960	1970	1980	1990	2000		
Terra própria		1	8	2	5	3	19	54,30
Meeiro	1		8	3	3	1	16	45,70
TOTAL	1	1	16	5	8	4	35	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Pode-se perceber, no GRÁF. 6 que entre os migrantes pesquisados, há mais de 90% deles com parentes já residindo na cidade de Montes Claros. Isso é destaque, devido à existência de uma forte rede social entre destino e origem, onde parentes garantem a vinda e a manutenção de outros parentes para a cidade. Essa porcentagem é bem superior aos migrantes que não tinham parentes na cidade e indica a existência de redes ativas, ligando com o município de origem. Esses parentes são importantes para que, na ausência de condições para deslocamento de um para outro local, possam levar notícias, bens e intercambiar informações, mudas, sementes e alimentos para o urbano de Montes Claros.

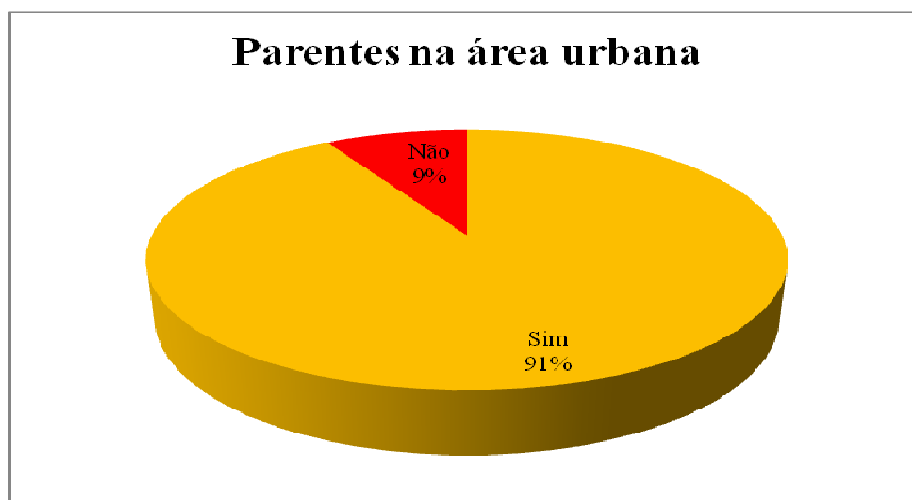


GRÁFICO 6 - Existência de parentes no urbano de Montes Claros
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Entre os migrantes analisados, a ocorrência de parentes no urbano de Montes Claros foi um apoio para a mudança. A existência de parentes era uma garantia e uma alternativa para a saída do rural. A TAB. 18 ilustra que a ocorrência de parentes abrange 28 migrantes, sendo que, entre os migrantes pesquisados, 68,60% são mulheres. A existência de parentes na cidade é de muita relevância para a manutenção de redes sociais entre migrantes de um mesmo município. As trocas de alimentos e a prática da doação são comuns entre esses parentes, devido à forte relação de solidariedade entre eles.

TABELA 18

Migrantes com parentes em Montes Claros

Sexo do migrante	Com parentes	Sem parentes	Número absoluto	Percentual (%)
Masculino	9	2	11	31,40
Feminino	19	5	24	68,60
TOTAL	28	7	35	100,00

Fonte: Pesquisa de campo 2011.

No GRÁF. 7 são apresentadas as pessoas que, segundo os migrantes pesquisados, são as referências para a obtenção de conhecimento sobre modos e práticas de plantio. Assim, pode-se concluir que mais de 50,00% dos migrantes aprenderam com os pais (mãe e pai) a fazer agricultura. Apenas com o pai são 17,15% e com a mãe, são 14,30% do total de migrantes.

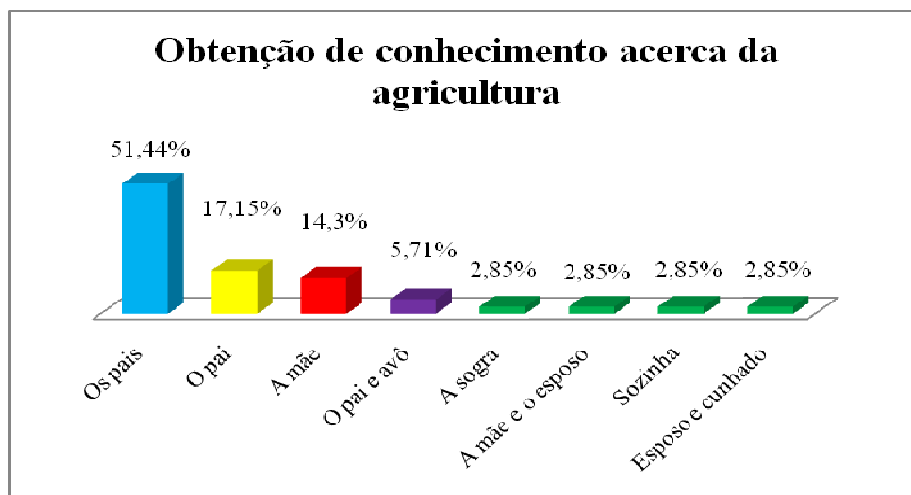


GRÁFICO 7 - Aprendizagem sobre agricultura
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Para verificar o tempo de dedicação à agricultura urbana, determinaram-se faixas que vão de 0 a 5 anos; de 6 a 9 anos; de 10 a 14 anos; de 15 a 19 anos e mais de 20 anos. Destacaram-se o primeiro e o último grupo, com o elevado percentual de 28,60% cada. Na faixa que vai de 10 a 14 anos, tem-se 22,80%. Portanto, a maioria dos migrantes dedica-se há mais de 10 anos ao cultivo no urbano. Nas entrevistas, alguns migrantes relataram que não se dedicavam há mais tempo devido ao fato de residirem em outro bairro ou domicílio e, nesses, o quintal era cimentado, o que dificultava o plantio.

TABELA 19
Tempo de plantio em anos na cidade de Montes Claros

Tempo que planta na cidade	Número absoluto	Percentual (%)
De 0 a cinco anos	10	28,60
De 10 a 14 anos	8	22,80
De 6 a 9 anos	4	11,40
De 15 a 19 anos	3	8,60
Mais de 20 anos	10	28,60
TOTAL	35	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

As áreas que os entrevistados utilizam para fazer lavouras são espaços do fundo, das laterais e da frente da residência ou cantos dos muros. Mais de 60,00% do total de migrantes cultivam a sua produção em áreas que vão até 100 m², conseguindo cultivar uma vasta diversidade de plantas para alimentação, ornamentação, saúde e criação de animais. Esses espaços (quintais) urbanos, cuja utilização tem servido para a produção de alimentos, são preparados pelos agricultores urbanos (migrantes) para receber o plantio de várias espécies de plantas. Essa agricultura urbana em Montes Claros se caracteriza por ter semelhanças com os quintais rurais, além de ser espaço para lembranças e contos de casos rurais.

No GRÁF. 8, percebe-se que 22,90% dos migrantes plantam em espaços que compreendem de 51 a 100m²; 22,90% em espaços que vão de 101 a 1000 m². Os que cultivam em grandes áreas são 8,60%. Destacam-se ainda 2,90% que cultivam apenas em vasilhas. Esse cultivo também é realizado por outros pesquisados para ornamentação e conservar mudas de plantas medicinais. Espaços físicos para a manutenção da prática agrícola em espaços urbanos é essencial para a manutenção de uma pauta alimentar rural em espaços urbanos. Para isso, os agricultores urbanos migrantes usam espaços ociosos nos quintais, para cultivar uma grande diversidade de plantas com destinação tanto para a alimentação quanto para a prática da medicina natural.

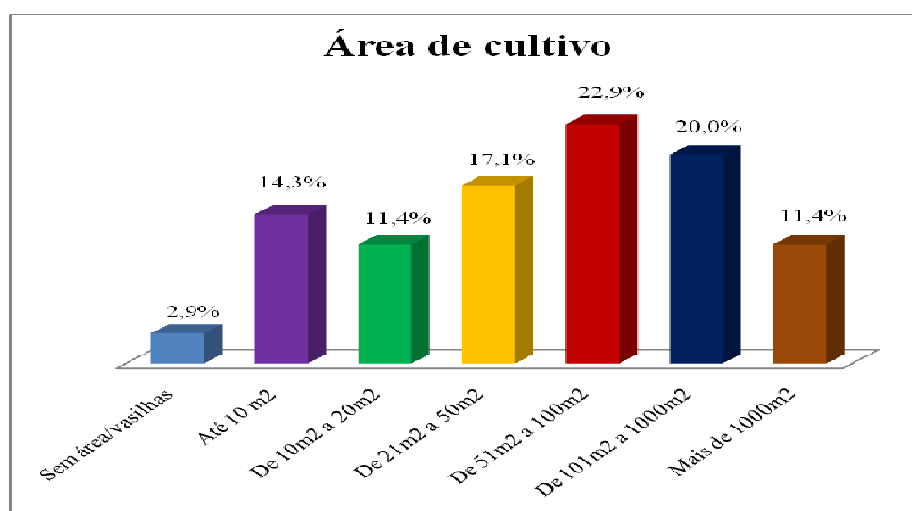


GRÁFICO 8 - Área de plantio no urbano
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Dentre os motivos para fazer agricultura elencados no GRÁF.9, pode-se destacar, em primeiro lugar, o costume como principal motivação para a prática, com 28,60%. Esses migrantes tiveram a infância e a juventude no rural, conviviam nesse espaço. Em segundo lugar, destaca-se o lazer, com 25,71% de frequência,



FIGURA 8 - Pesquisa de campo



FIGURA 9 - Pesquisa de campo

O fazer agricultura em espaço urbano está ligado, em alguns casos, à ociosidade no urbano, devido ao fato de o migrante estar na condição de aposentado. Em terceiro lugar, com 22,85% de frequência, se encontra o sustento, ou seja, a complementação da alimentação é feita com a agricultura urbana. Produtos como temperos, condimentos, frutas, verduras e legumes possuem forte contribuição para baratear o custo da alimentação.

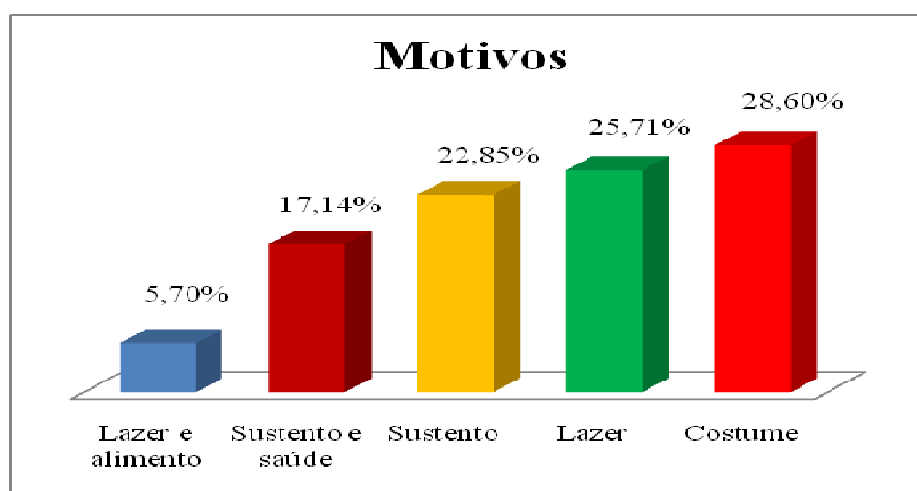


GRÁFICO 9 - Motivos para fazer agricultura na cidade
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

A dedicação aos tratos culturais é de grande relevância para a obtenção de produtos de qualidade na agricultura urbana (AU). Aliada a essa necessidade, os migrantes estabelecem um forte sentimento de pertencimento em relação ao rural quando estão realizando os tratos na sua lavoura urbana. Assim, pode-se perceber que 57,15% deles dedicam tempo à AU todos os dias; 28,57% deles dedicam alguns dias da semana à atividade, algo que pode ser justificado pela ocorrência de outras atividades para serem realizadas ou ainda pela falta de condições físicas, que, segundo os pesquisados, é um grande entrave. Trata-se aqui principalmente de problemas de saúde, associados geralmente a problemas de coluna e coração. A agricultura urbana é de fato muito importante para quem a pratica.

A sua manutenção nos espaços urbanos adquire relevância social, cultural e econômica.

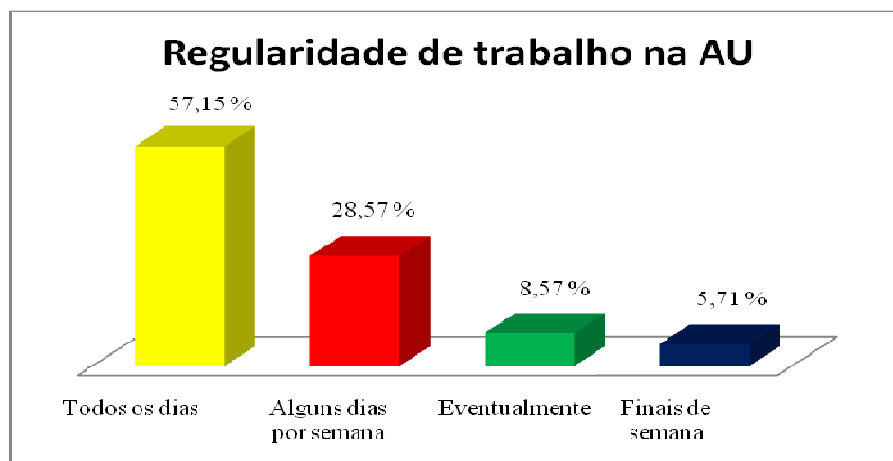


GRÁFICO 10 - Tempo de dedicação à agricultura urbana
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Em relação à utilização de recursos naturais disponíveis para a prática da agricultura urbana, pode-se destacar que o esterco de gado, cinza, moinha de carvão e esterco de cavalo são os mais importantes. Alguns são fáceis de encontrar, outros menos fáceis. Por exemplo: o esterco de gado, para alguns agricultores, tem que ser comprado. Outros migrantes conseguem-no em propriedades rurais próximas a Montes Claros.

No GRÁF. 11, apresenta-se a utilização desses adubos orgânicos, dando, assim, à produção agrícola urbana um caráter agroecológico e conservacionista. A utilização de esterco de gado é feita por 91,40% deles, enquanto que o esterco de cavalo, mais raro, é utilizado por apenas 5,70% deles. A cinza na agricultura urbana, segundo os entrevistados, tem grande utilidade, sendo usada por 42,85% do total. Já a moinha de carvão é utilizada por 25,70% deles, também com grande auxílio na produção agrícola. O conhecimento popular em relação à fertilidade da terra dá aos agricultores urbanos de Montes Claros a oportunidade de preservar costumes agroecológicos.

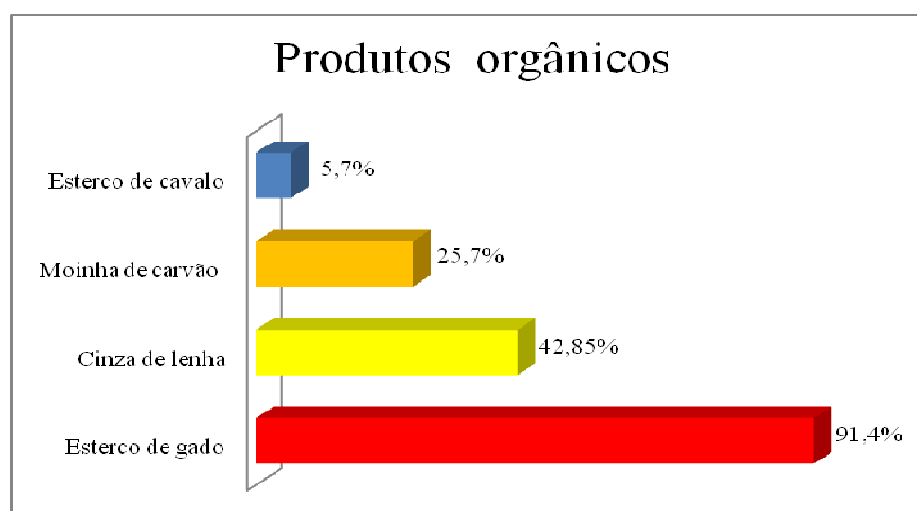


GRÁFICO 11 - Utilização de adubos orgânicos
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

As folhas e galhos secos na agricultura urbana têm os seguintes manejos: “põem fora no lixo ou queima”, “queima e usa as cinza”, “deixa na terra para apodrecer”, “põem no lixo”, “queima, põem fora ou no pé da planta”, “faz adubo”, “queima ou deixa virar adubo”.



FIGURA 10 - Pesquisa de campo

Os agricultores urbanos que deixam na terra as folhas e galhos secos somam 48,60% do total de migrantes. Esses migrantes usam essas folhas e galhos para repor na terra os nutrientes retirados pela utilização do terreno. Na próxima utilização do espaço, as folhas e galhos já estarão incorporados ao solo. A utilização das cinzas das folhas e galhos é feita por 17,00% deles, os quais queimam essa matéria seca e usam as cinzas para distribuir na área de plantio. No GRÁF. 12, pode-se verificar que um percentual reduzido deles não utiliza essas fontes de nutrientes, sendo representado por 25,70%, aqueles que “queimam e põem no lixo” ou que simplesmente “põem no lixo”.

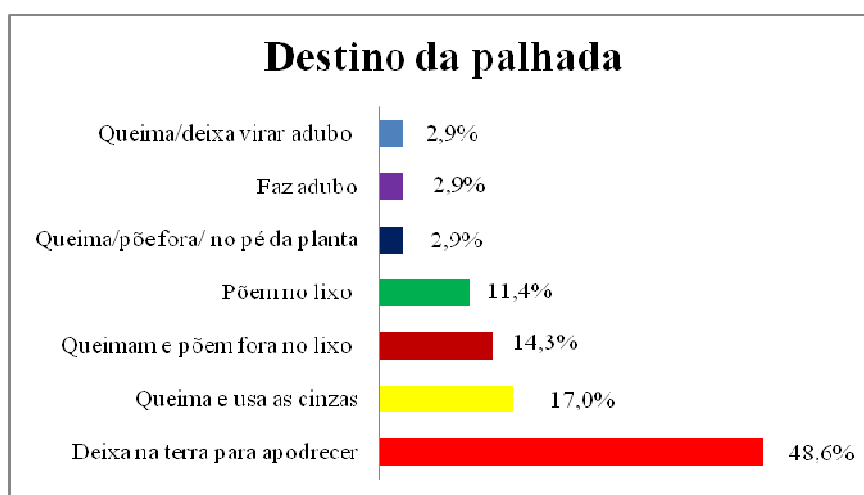


GRÁFICO 12 - Manejo de palhada na agricultura urbana
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

No GRÁF. 13 são apresentados os manejos em relação ao aparecimento de pragas e doenças na produção. A utilização de preparos naturais (controle orgânico) é realizada por 60,00% de todos os pesquisados, enquanto que a utilização de produtos químicos é feita por 25,70%. A utilização do controle de pragas e de doenças, por meio de métodos manuais (corte de parte infestada, retirada de inseto com a mão ou poda) totaliza 17,10% dos casos. Ainda, há os que não usam produtos orgânicos, químicos, nem utilizam métodos manuais para controlar pragas e doenças; eles somam 8,60% da amostra.

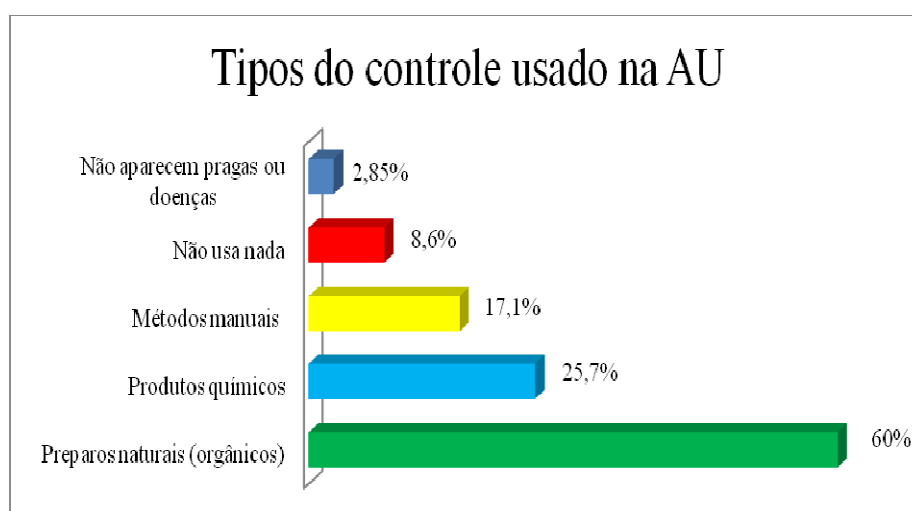


GRÁFICO 13 - Manejo de pragas e de doenças
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos agricultores urbanos é em relação ao uso de água para irrigar os plantios. No GRÁF. 14, a fonte de água COPASA, empresa pública de fornecimento de água, é utilizada por 80,00% dos pesquisados. Essa fonte torna a agricultura urbana produtora de alimentos uma ação bem onerosa; os agricultores reduzem a produção, devido ao custo dessa fonte. Alguns deles, 8,60%, usam a fonte COPASA apenas para a ingestão humana e, para irrigar a produção, usam água de cisterna.

O GRÁF. 14 mostra, também, que 9,00% dos migrantes utilizam a fonte cisterna para irrigar a produção e para a ingestão humana. Por fim, ilustra que 2,80% utilizam 4 fontes de água: COPASA, cisterna, captação de água de chuvas e do rio. A fonte de água utilizada pelos agricultores urbanos é um grande empecilho para o aumento da produção de alimentos. Devido ao uso da fonte COPASA em grande volume, o custo da conta de água tende a onerar, economicamente, os agricultores urbanos. Há necessidade, assim, de espaços coletivos, com disponibilidade de água e terra com fertilidade adequada para que agricultores urbanos com vasta experiência em cultivos tanto no rural quanto no urbano possam estabelecer centros de cultivos nos espaços urbanos.

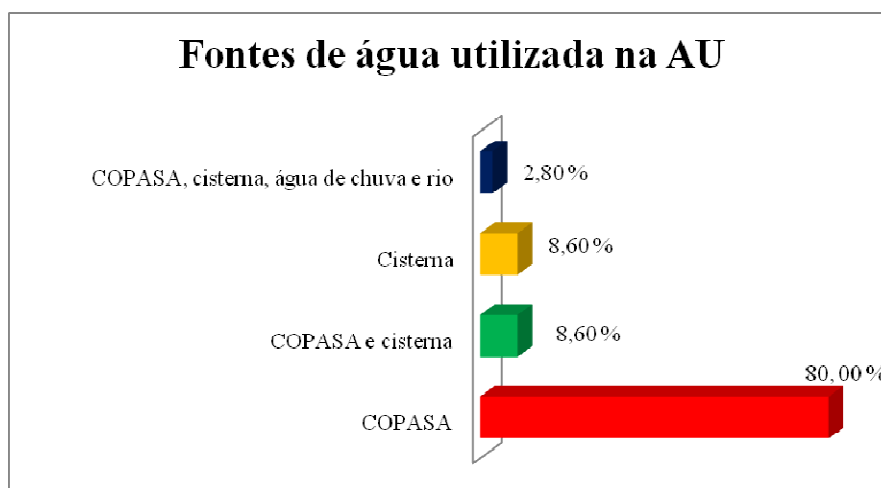


GRÁFICO 14 - Fontes de água usada na agricultura urbana
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Na TAB. 20, apresenta-se o percentual daqueles que realizaram cursos referentes à agricultura. Observa-se que apenas 5,70% deles realizaram cursos na área da agricultura. Assim, quase 95,00% do total jamais realizaram cursos referentes à agricultura. Portanto, a agricultura urbana praticada na área urbana de Montes Claros sofreu pouca influência de agências de assistência técnica e extensão. As técnicas e modos de cultivos são repassados de pais para filhos, caracterizando uma agricultura tradicional. A participação em cursos de capacitação não é uma condição para que os agricultores urbanos saibam lidar com práticas agrícolas. O saber agrícola não vem de capacitações, e sim do saber repassado pelos pais, parentes e conhecidos no rural.

TABELA 20
Participação em cursos de capacitação

Participou em cursos de Capacitação	Número absoluto	Percentual (%)
Não	33	94,30
Sim	2	5,70
TOTAL	35	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Procurou-se, no GRÁF. 15, identificar programas de rádio e TV que têm conteúdos referentes à agricultura, assistidos ou ouvidos pelos agricultores urbanos. Destaca-se o programa Globo Rural da TV Globo, assistido por 65,70% dos entrevistados. Não foi relatado nenhum outro programa. Entre os pesquisados, 11,40% assistem, mas não lembram o nome do programa; 17,10% não acompanham programas; 2,90% acompanham jornal e, por fim, 2,90% não responderam se acompanham ou não programa sobre agricultura.

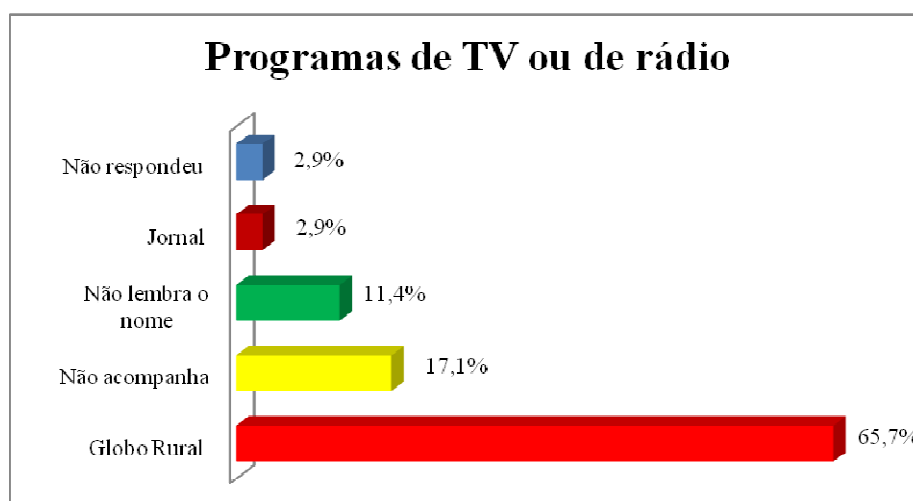


GRÁFICO 15- Acompanhamento de programas de informação sobre agricultura

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

No GRÁF. 16 verifica-se uma relação das dificuldades que os migrantes enfrentam para realizar a agricultura urbana. Entre eles, 17,00% relataram que não há dificuldades para praticar a agricultura urbana. A porcentagem restante subdivide-se em dificuldades referentes desde a saúde até a existência de pragas na lavoura. A água é, segundo 14,00% dos agricultores, uma dificuldade para a prática de AU, ou seja, muitos usam para a irrigação do plantio a água fornecida pela COPASA. Destaca-se também como dificuldade o “preparo da terra e adubação”, “dificuldades físicas” e “espaço pouco”, todas com 11,00% do total de pesquisados.

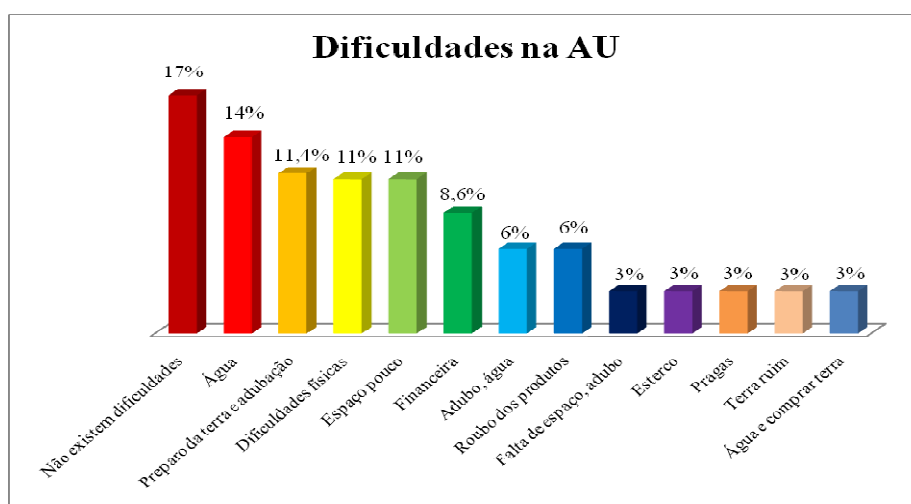


GRÁFICO 16 - Dificuldades enfrentadas na prática da agricultura urbana
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Em relação ao repasse de conhecimento sobre plantio, tem-se uma quase equiparação. A TAB. 21 mostra que 51,40% dos migrantes não ensinam o que sabem, em geral, porque não são demandados; informam que ninguém pede informações. Enquanto 48,60% afirmaram que têm ensinado vizinhos e parentes na cidade a plantar e a cultivar. Em relação aos 51,40%, muitos deles argumentaram que a população urbana não tem interesse em cultivar.

Alguns relataram que os vizinhos pedem plantas, seja para saúde ou para alimentação, mas não pedem a muda; outros alegaram que os quintais

dos vizinhos são quase que totalmente cimentados, o que inviabiliza o cultivo de plantas.

TABELA 21
Transmissão de conhecimentos sobre plantio para vizinhos e parentes no urbano de Montes Claros

Repassa	Número absoluto	Percentual (%)
Não	18	51,40
Sim	17	48,60
TOTAL	35	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Muitas das vezes a relação entre migrantes urbanizados é compreendida como um retorno aos fatos ocorridos no rural; o ato de ofertar mudas e sementes, normal no rural, se transfere para o urbano como forma de se prender à cultura rural. Assim, a TAB. 22 permite visualizar esse ato da troca. Os 62,90% de migrantes que trocam, ganham sementes e mudas.

TABELA 22
Sementes ou mudas ganhas ou trocadas

Resposta	Número absoluto	Percentual (%)
Sim	22	62,90
Não	13	37,10
TOTAL	35	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

No GRÁF. 17, tem-se discriminado dois produtos e suas respectivas variedades. Acredita-se que esses podem representar um importante argumento para a existência de relacionamento entre vizinhos e entre os locais de origem. Assim, os migrantes pesquisados têm, em seu poder, duas variedades de cana, a saber: java e caiana. A variedade java aparece em 11,40% das lavouras no urbano de Montes Claros, já a variedade caiana, em 25,71%. A banana, com as variedades prata, caturra e maçã; a primeira

aparece em 31,42%; a segunda, em 17,14% e a maçã aparece em 8,57% dos quintais pesquisados.

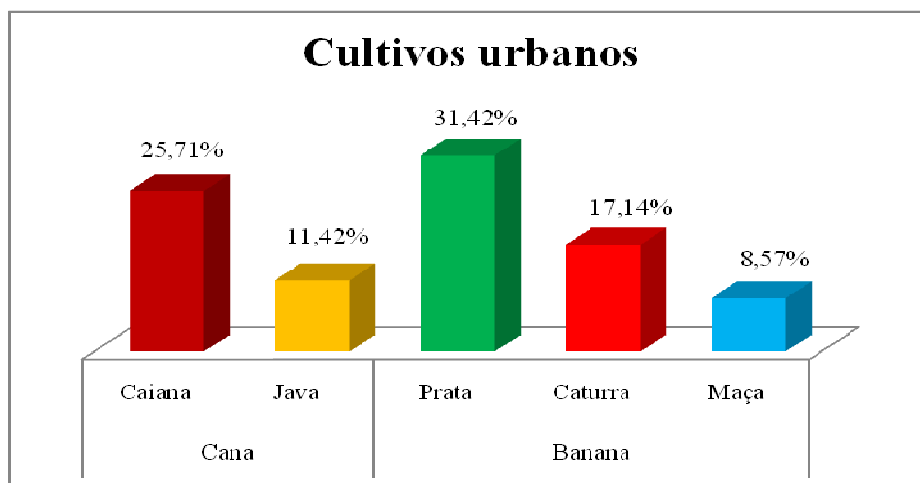


GRÁFICO 17 - Variedades de banana e de cana presentes nos cultivos urbanos

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

A existência de contato com os locais de origem é relevante para garantir a sobrevivência dos laços de parentescos e de amizade com conhecidos e parentes que permaneceram nos locais de origem. Assim, a possibilidade de conseguir produtos (sementes, mudas e alimentos) produzidos no rural e transferidos para o urbano é garantida pela existência de parentes e de conhecidos no rural. O GRÁF. 18 retrata bem essa ligação com áreas de origem dos migrantes. Assim, 88,60% de migrantes mantêm ligação com seus locais de origem, caracterizando, portanto, um forte contato entre urbano e rural.

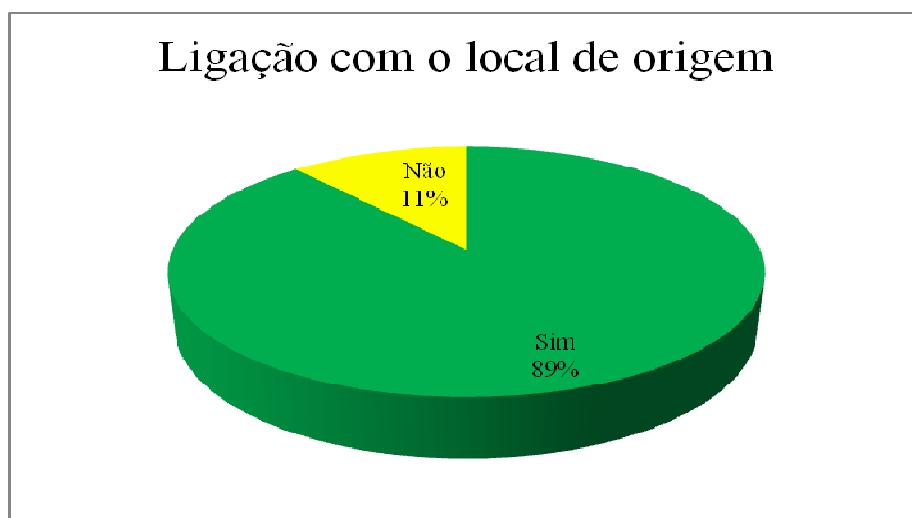


GRÁFICO 18 - Existência de ligação com o município de origem
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

No GRÁF. 19, procura-se apresentar a frequência que os migrantes se deslocam para os seus municípios de origem, algo que pode ser um indicador da existência de rede solidária entre migrantes para Montes Claros com seus locais de origem. Essa rede pode ser caminho para a busca de sementes, de mudas, de alimentos prontos e também pode ser uma saída para os migrantes manterem vivos sentimentos de pertencimento em relação aos locais de origem.

O GRÁF 19 mostra que mais de 50,00% dos migrantes mantêm laços com seus locais de origem. As frequências das visitas são: “toda semana”, 6,00%; “uma vez por mês”, 14,00%; “semestralmente”, 17,00%; “três vezes por ano”, 8,60%; “anualmente”, 6,00% e “cinco vezes por ano”, com 2,80% de migrantes.

Pode-se perceber a existência de 8,60% de migrantes que não têm ligação com o município de origem; isso é devido ao fato do deslocamento de toda a família para o urbano, seja para Montes Claros ou para outras áreas urbanas. Os 37,00% de migrantes que passam mais de dois anos sem ir ao município de origem justificam isso pela falta de recursos para o deslocamento. Nesses deslocamentos, os agricultores urbanos adquirem

alimentos, sementes e plantas para serem cultivadas na cidade. Esses laços existentes entre origem e destino mantêm certos costumes originados do rural.

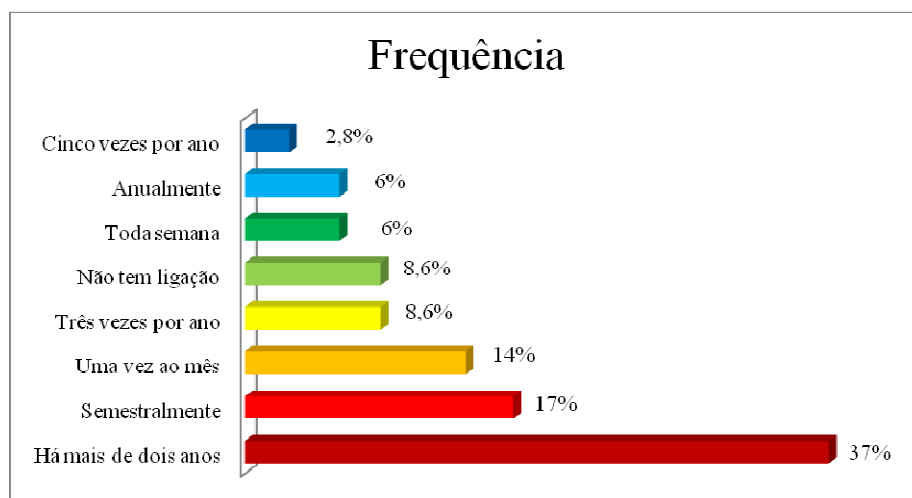


GRÁFICO 19 - Frequência de idas ao município de origem

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Em relação aos produtos adquiridos nos municípios de origem dos migrantes, pode-se perceber que a ocorrência é maior para produtos de época, como, por exemplo, abóbora, feijão e milho verde, frutas e fava. Produtos como abóbora, milho verde e fava respondem por 17,14% do total de migrantes, cada. Já o feijão verde responde por 28,57% de ocorrência entre os migrantes. Assim, pode-se analisar, em relação a esses migrantes, que o retorno aos locais de origem pode se dar em épocas de maior produção de certo produto, como o feijão verde. Também são adquiridos nos locais de origem produtos de origem animal e derivados do leite; ambos são trazidos para o urbano de Montes Claros e são frequentes para 11,42% dos migrantes. Migrar para espaços urbanos não é uma ruptura para os agricultores urbanos. As idas nos locais de origem contribuem para que laços de solidariedade entre destino e origens sejam mantidos.

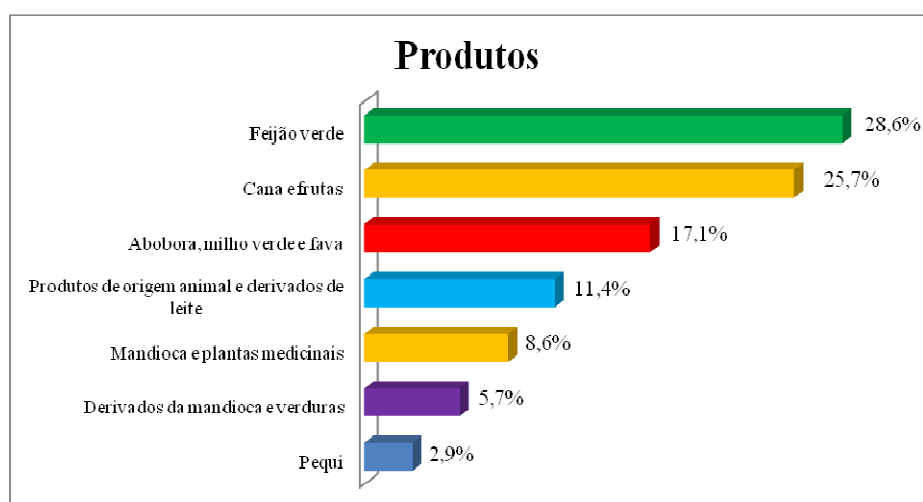


GRÁFICO 20 - Produtos adquiridos no município de origem
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

As sementes e mudas cultivadas pelos agricultores urbanos têm a seguinte procedência: próprias, compradas, doadas e encontradas. Pode-se perceber, na TAB. 23, que a maioria das sementes e das mudas é comprada, cerca de 77,14% do total.

Os agricultores que usam sementes e mudas próprias são 54,28%; doadas são 48,57% e entre os migrantes, 2,85% usam sementes e mudas encontradas nas ruas e nos lotes vagos em que eles coletam. Um mesmo agricultor urbano pode usar sementes próprias, compradas, doadas e até encontrar sementes e mudas em lotes baldios.

TABELA 23
Procedência das sementes e das mudas

Sementes e mudas	Número absoluto	Percentual (%)
Próprias	19	54,28
Compradas	27	77,14
Doadas	17	48,57
Encontradas	1	2,85
Total	35	-----

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

No GRÁF 21, foram distribuídos os migrantes por grupos de produtos: hortaliças, legumes, medicinal, frutas, ornamental, entre outros apresentados no gráfico.

Da totalidade de migrantes, percebe-se que a produção de produtos pertencentes ao grupo das plantas medicinais, com 97,14% dos migrantes, é a mais importante. Em seguida, vem a produção de hortaliças, feita por 91,42% deles, demonstrando o número elevado dos que produzem hortaliças. Assim, também é importante a produção de legumes, feita por 85,71% deles; e de frutas, por 94,28%. Verificam-se como principais grupos, portanto, produtos dos grupos de medicinais, frutas e hortaliças; primeiro, segundo e terceiro lugar, respectivamente.

A produção de legumes é feita por 85,71% e a produção de ornamentais, por 82,85% da totalidade. Portanto, os grupos postos até a quarta posição descrita acima são cultivados de forma consorciado nos quintais dos migrantes na área urbana de Montes Claros.

Observa-se, entre os migrantes, o percentual de 17,14% que cultivam árvores originárias de áreas de mata.

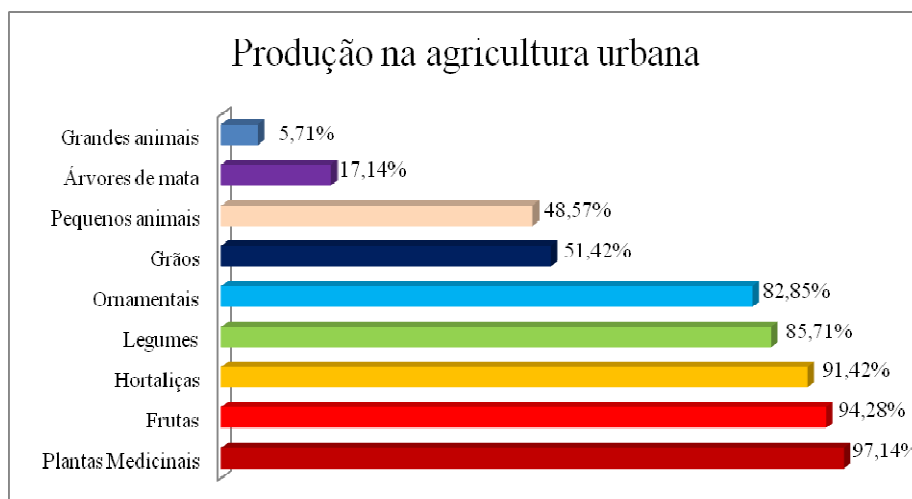


GRÁFICO 21 - Produção na agricultura urbana

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

A pesquisa revelou que os agricultores urbanos tentam, nos espaços urbanos de Montes Claros, reproduzir, mesmo que minimamente, as características de origem nos espaços rurais. Essas características são desde a alimentação trazida dos espaços rurais até o cultivo de diversidades de plantas para a alimentação. O cultivo dessas plantas contribui para a segurança alimentar de diversas famílias, vivendo em espaços urbanos, sejam elas agricultoras urbanas ou não, uma vez que quem planta, realiza doações para os vizinhos e parentes na cidade.

A diversidade de cultivos presente nos quintais reflete a relevância alimentar, social e econômica que tem a agricultura em espaços urbanos. Os cultivos vão desde o cultivo de plantas ornamentais utilizadas para embelezar o ambiente urbano, até o cultivo de milho, de feijão, de fava e de andu. Essa diversidade dá a esses espaços urbanos características existentes nas áreas de origem dessa população.

O montante de variedades presentes nos cultivos urbanos soma 1.054, distribuídos em uma área de 29.939 m², destinada ao cultivo. Nesse espaço, as famílias utilizam cada canto da sua pequena área para cultivar alimentos para a sua manutenção e criação de animais, também utilizada para compor a pauta alimentar. A roça, em espaços urbanos é um pedaço do rural na cidade. Na fala do agricultor: “Eu vou embora de Brasília de Minas. Mas, pra cidade, não vou. Vou pra roça.”

Mesmo saindo da sua roça, no município de Brasília de Minas, esse agricultor tenta reconstruir, na cidade de Montes Claros, o mesmo espaço do município de origem.

Na TAB. 24, são apresentadas áreas de cultivo, que medem 2,5 m² até áreas com 10.500m²; na primeira, com duas famílias, os cultivos totalizam 13 e 9 variedades. No cultivo com maior área, o número de variedades é de 26. Em termos de médias, os cultivos urbanos respondem com 30 variedades cada, quantidade bem significativa, compreendendo que esses cultivos são em espaços reduzidos. Nesses quintais, a produção de alimentos garante soberania em relação ao cultivo de espécies de plantas cultivadas nos espaços rurais. Essa soberania no espaço urbano tem garantido a segurança

alimentar e nutricional de muitas famílias que usam os quintais para produzir alimentos. O montante dos alimentos retirados dos quintais tem destinos múltiplos, ou seja, a troca, a doação, a venda e o consumo na própria residência familiar. A diversidade de cultivos é praticada nos quintais urbanos, assim como nos quintais rurais. Essa diversidade dá sustentação e manutenção a uma pauta alimentar bem variada de proteínas, de sais e de vitaminas.

TABELA 24
Frequência de cultivos por metro quadrado

(Continua)

Agricultor(a) urbano(a)	Área M ²	Diversidade de plantas	Variedade por M ²
1	150	73	2,05
2	30	34	0,88
3	36	40	0,90
4	1500	40	37,5
5	10	31	0,32
6	1000	70	14,28
7	150	37	4,05
8	70	42	1,66
9	60	22	2,72
10	70	33	2,12
11	400	69	5,79
12	10	26	0,38
13	40	23	1,73
14	3500	38	92,10
15	240	30	8,00

TABELA 24
 Frequência de cultivos por metro quadrado

Agricultor(a) urbano(a)	Área M ²	Diversidade de plantas	(Conclusão)
			Variedade por M ²
16	24	18	1,33
17	2,5	13	0,19
18	500	16	31,25
19	10000	23	43,47
20	400	18	22,22
21	250	22	11,36
22	20	30	0,66
23	10500	26	403,84
24	70	48	1,45
25	90	9	10,00
26	2,5	9	0,27
27	15	53	0,28
28	20	18	1,11
29	8,5	33	0,26
30	30	23	1,30
31	20	15	1,33
32	160	3	53,33
33	25	37	0,67
34	500	15	3,33
35	36	17	2,11
TOTAL de área, de plantas e de variedade por m ²	29939,5	1054	28,40

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Os agricultores pesquisados, além do cultivo, criam animais nos locais de moradia. Esses animais são criados para a alimentação humana e para o trabalho. Na TAB. 25, tem-se que 45,71% deles criam pequenos animais e 5,71% criam grandes animais. Portanto, 51,42% do total criam animais no perímetro urbano. Isso é importante para diversificar a alimentação, associando, assim, produtos vegetais a produtos animais: ovos, carne de aves, leite. Além da alimentação, animais como equinos e muares garantem trabalho para alguns que trabalham de forma autônoma.

TABELA 25
Criação de pequenos e de grandes animais

Tipo	Número absoluto de criadores	Percentual (%)
Pequenos animais	16	45,71
Grandes animais	2	5,71
Migrantes pesquisados	35	---

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Percebe-se, no GRÁF. 22, a totalidade de criações dos animais: galinhas, porcos, vacas, cavalos, codornas, abelha jataí, pombos, coelhos, pássaros, carneiro, gansos. A criação de galinhas é feita por 40,00% dos entrevistados; a criação de porcos é feita por 11,42%; vacas e coelhos são criados por 5,71% deles; o restante tem percentual de 2,85%, cada.

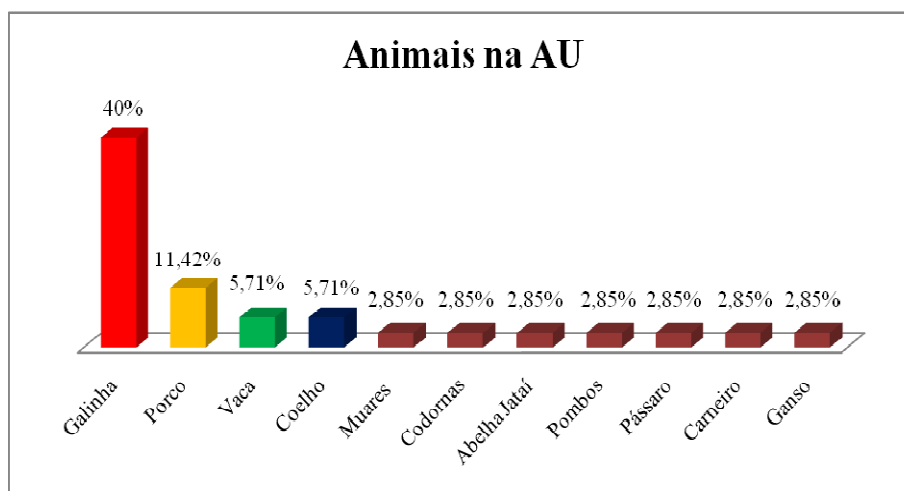


GRÁFICO 22 - Animais criados no urbano de Montes Claros
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

A agricultura urbana é a garantia de segurança alimentar para muitas famílias, seja produzindo apenas para o consumo ou para doações, venda e trocas. Na produção de alimentos no urbano de Montes Claros, o destino de “consumo e doação” é dominante ou seja, os agricultores urbanos produzem uma diversidade de produtos, como: hortaliças, legumes, medicinal, frutas e criação de animais para o consumo da sua família e também realizam doações para vizinhos e parentes que moram nas proximidades da residência. Assim, 74,30% destinam a sua produção para o consumo doméstico e doação; outros 5,70%, apenas consumo; 14,30%, para consumo, doação e trocas; 2,85%, consumo, venda e doação e 2,85% direcionam a sua produção para o consumo, a venda, a doação e as trocas.

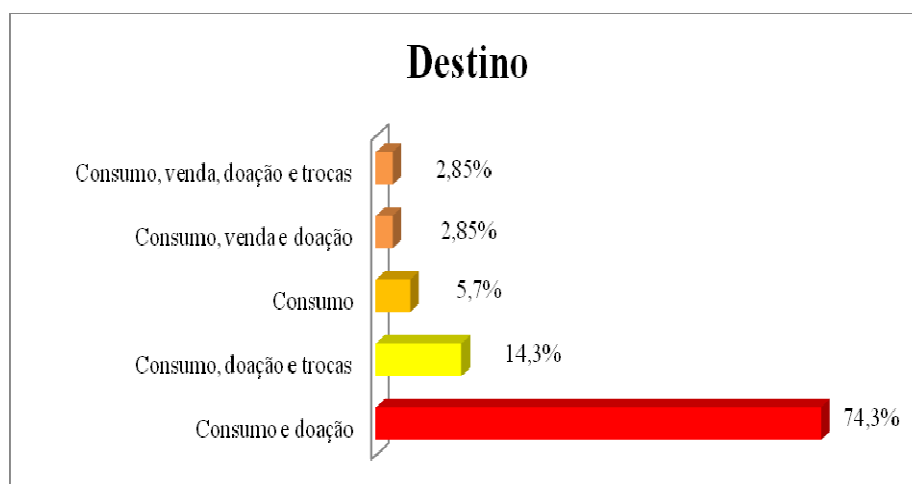


GRÁFICO 23 - Destino da produção da agricultura urbana
 Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Os agricultores urbanos mantêm, no urbano, alguns hábitos do rural; a doação de alimentos produzidos na roça é feita para vizinhos e parentes próximos, algo não diferente entre os pesquisados no urbano de Montes Claros. A produção de alimentos no urbano é fundamental para reviver laços solidários entre vizinhos e parentes.

No urbano, os agricultores criam estratégias agrícolas: doam os seus produtos, com o objetivo de manutenção de redes sociais entre parentes ou conterrâneos. São estratégias rurais mantidas e conservadas no urbano. Há, portanto, dois circuitos dessa rede: uma, urbana, entre indivíduos de um mesmo município e outra, rural, entre indivíduos do urbano com parentes e conhecidos que ficaram no local de origem.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rural norte-mineiro passou por sérias modificações sociais e econômicas. As terras, antes comuns, passaram a ser demarcadas e cercadas. Assim, muitos agricultores familiares foram retirados desses espaços. Como destino essas famílias foram forçadas a procurar os espaços urbanos para morar e criar a família. Entre eles, Montes Claros, onde

destacam-se como área de origem de agricultores os municípios de Francisco Sá, Coração de Jesus e São João da Ponte como aqueles que mais contribuíram com transferência de população para Montes Claros. Esses deslocamentos podem ser caracterizados como migração de curta distância, ou seja, dentro da mesma região (Norte de Minas Gerais). A metodologia usada nesta pesquisa permitiu mapear migrantes na cidade de Montes Claros.

Os migrantes estabelecem estreita relação com as práticas agrícolas no espaço urbano de Montes Claros. São técnicas e modos de plantios trazidos dos locais de origem aprendidos ainda crianças que dão materialidade a essas técnicas antigas agora presentes em espaço urbano.

Observou-se que o quintal das casas é o principal local de plantio pelos migrantes. Portanto, esse espaço utilizado no rural para produzir alimentos e plantas medicinais é também usado no urbano. Há uma estreita relação com esse espaço. É um pedaço do rural transplantado para a área urbana, utilizado para produzir alimentos e tema de assunto para conversas com os vizinhos.

Essa população possui nos quintais a possibilidade de complementar a alimentação das famílias. Isso devido ao fato de utilizarem esses espaços para produzir em alimentos. Também, esses alimentos da agricultura urbana têm outros destinos, como doação e venda para vizinhos e parentes.

A agricultura urbana produz alimentos saudáveis, uma vez que a utilização de produtos químicos é reduzida nos cultivos, destaca-se nos cultivos a utilização de preparos naturais utilizados nos locais de origem. No entanto, seria difícil definir como orgânica essa produção, pois alguns desses produtores usam adubos químicos e venenos agrícolas. Apesar disso, pode-se estabelecer que a maioria absoluta deles usa práticas agroecológicas e conservacionistas, muito mais vinculada à origem da agricultura tradicional que propriamente a um aprendizado urbano dessas práticas.

Para estabelecer o cultivo nos espaços urbanos, essa população enfrenta diversos problemas, como a falta de água, a falta de espaços suficientes para o cultivo; além de problemas referentes à condição da terra,

ou seja, a melhoria nutritiva da terra. A baixa fertilidade do solo é outro problema para os agricultores urbanos. Para tentar corrigir essa deficiência, usam esterco bovino, folhas secas ou o esterco de cavalo.

Nos quintais, há uma preferência por cultivos de plantas medicinais, frutas e hortaliças, melhorando, assim, a saúde e a alimentação das famílias. Os quintais dessa população trazem características e formas senão idênticas, mas parecidas com o rural. Cada palmo de terra é aproveitado para plantar uma determinada espécie de planta e ainda para a criação de pequenos animais utilizados para a alimentação. Observou-se até mesmo a presença de vaca para a obtenção do leite e a criação de animais de carga, como o cavalo.

O costume de lidar com a terra e com animais é o grande motivador da agricultura urbana na cidade de Montes Claros. Assim, essa população tem uma dedicação diária a esses espaços. Com base na pesquisa, é possível afirmar que o rural de muitos agroambientes se faz presente no urbano de Montes Claros. Conforme a hipótese inicial de pesquisa, esses migrantes no ato da migração trazem consigo os seus modos e as práticas de lidar com a agricultura.

Constantemente, esse rural do norte de Minas Gerais se transfere para a cidade de Montes Claros, uma vez que o contato com outros municípios é realizado pelos migrantes estabelecidos na cidade. Assim, produtos como feijão verde, cana, frutas, abóbora, milho verde e fava são trazidos dos locais de origem para a cidade. Portanto, nessas idas e vindas, sempre há o estabelecimento de contato e consecutivamente, a transferência de mais produtos para a cidade, devido à existência de uma rede de contatos.

Os migrantes tendem a se localizar em áreas da cidade com saídas estratégicas para os seus municípios, como, por exemplo, tem-se a localização de população nas vias de acesso para Juramento, nos bairros com acesso para Pirapora ou nos bairros na entrada da cidade pela via de Januária. Portanto, a relação com as áreas de origens são tentadas ao máximo serem mantidas. Localizar nas saídas para a cidade natal é uma primeira tentativa.

A produção de alimentos pelas famílias de agricultores urbanos é um aspecto extremamente rico: garante a soberania alimentar das famílias, mantém vínculos culturais sólidos entre regiões e grupos sociais, compõe um acervo dinâmico de técnicas e aprendizagem agroecológicas, e principalmente, pode dar pistas ricas aos programas de desenvolvimento urbano.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. 10, n. 1, p. 137-150, 2007.

ARRUDA, Juliana. **Agricultura urbana e periurbana em Campinas/SP: análise do programa de hortas comunitárias como subsídio para políticas públicas**. 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006

AUGUSTO, Helder dos Anjos. **Migração recente nas mesorregiões de Minas Gerais segundo os Censos Demográficos de 1991 e 2000**. 2007. 286 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

BOTT, Elizabeth. **Família e rede social**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976 *apud* SILVA, Virgínia Ferreira da. **Migração e redes sociais: trajetórias, pertencimentos e relações sociais de migrantes no interior de São Paulo**. 2006. 260 f. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural) - Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

BOULIANNE, Manon. **Agricultura urbana e desenvolvimento: a experiência mexicana**. 2000. Disponível em: <<http://agriculturaurbana.org.br/sitio/textos/aumexico.htm>> Acesso em: 25 de jul. de 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Graal, 1981. 181 p.

BRITO, Débora da Silva Chaves Moreno de. Identidade em movimento: o sujeito diaspórico em João Ubaldo e Dorival Caymmi. In: V CONGRESSO DE LETRAS DA UERJ, 5., 2008, São Gonçalo. **Anais**. Rio De Janeiro: Botelho, 2008. 1. v.

BUENO, Marielys Siqueira; KHOURY, Dolly. **Redes de acolhimento para a imigração libanesa em São Paulo**. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG –Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

CABANNES, Yves; DUBBELING, Marielle. A agricultura urbana como estratégia para o desenvolvimento municipal sustentável. **Revista Agricultura Urbana**, Quito, n. 1, p. 21-22, 2001.

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1982. 284p.

CARMO, Maristela Simões do. **(Re)estruturação do sistema agroalimentar no Brasil**: a diversificação da demanda e a flexibilidade da oferta. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, 1996. 255 p. (Estudos Agrícolas ; 5)

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

COELHO, Marco Antonio. **Os descaminhos do São Francisco**. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 272 p.

COSTA, Danilo Roberto. A sobrevivência da cultura caipira no nordeste paulista. In: ENCONTRO SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 7., 2007, Rio de Janeiro. **Encontro Sudeste de História Oral**: memória e política. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2007. v. 1.

COSTA, João Batista de Almeida. **Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos**: a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos (MG). 1999. 209 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

COSTA, João Batista de Almeida. Trabalho entre camponeses de Monte Alto: comunidade rural do município de Montes Claros (MG). **Caderno de Ciências Sociais**, Montes Claros, v. 2, p. 26-42, 1996.

COUTINHO, Maura Neves. **Agricultura urbana**: análise e reflexão sobre os marcos legais e normativos do município de Belo Horizonte. 2007. 113 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

DAYRELL, Carlos. Os geraizeiros descem a serra ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios dos agrobusiness. In: LUZ, C. e DAYRELL, C. (Orgs.). **Cerrado e desenvolvimento**: tradição e atualidade. Montes Claros: Max Gráfica e Editora, 2000. p. 189-272.

DEUS, Genélisio Marques de. Genélisio Marques de Deus, Gene. In; MAGALHÃES, Eduardo Ribeiro (org.). **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. p. 209-217.

DEMO, Pedro. **Pesquisa participante**: saber pensar e intervir juntos. Brasília: Liber Livro, 2004. 139 p.

DRESCHER, Axel W.; JACOBI, Petra; AMEND, Joerg. Segurança alimentar urbana. agricultura urbana, uma resposta à crise? **Revista Agricultura Urbana**, Quito, n. 1, p. 8-10, 2001.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade:** a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo, Perspectiva, 1973. 249 p.

FAO . Food and Agriculture Organization. La agricultura urbana y periurbana. Roma: FAO, 2001. 14p. Disponível em: < <http://www.fao.org>>. Acesso em: 06 out. 2010.

FAZITO, Dimitri. A Análise de Redes Sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto, MG. **Anais**. Belo Horizonte: ABEP, 2002. 25 p.

FAZITO, Dimitri. **Reflexões sobre os sistemas de migração internacional:** proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários. 2005, 204 f. Tese (Doutorado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

FORTUNATO PORTELA, Valdinei; VILHENA JÚNIOR, Waldemar M. Agricultura familiar no centro urbano: a experiência do Bairro Operário em Boa Vista - Roraima. **Examãpaku**, Boa Vista, v. 1, p. 1, 2008.

GALIZONI, Flávia Maria. Migrações, família e terra no alto Jequitinhonha. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 9., 2000, Diamantina, MG. **Anais**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2000. v. 2. p. 905-924.

GALIZONI, Flávia Maria. Terra, ambiente e herança no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 40, n. 03, p. 77-96, 2002.

GALIZONI, Flávia Maria. **Águas da vida:** população rural, cultura e água em Minas Gerais. 2005. 198 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

GARCIA JR., Afrânio Raul. **Terra de trabalho:** trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 236 p.

HALDER, Severin Johannes Baptist; MENDONÇA, Marcio Mattos de; MONTEIRO, Denis. **Agricultura urbana:** natural aqui do Rio de Janeiro. 16 p. Disponível em: <http://www.ipes.org/index.php?option=com_content&view=article&id=351&Itemid=140> Acesso em: 28 de jul. de 2010.

HEGENBERG, L. **Explicação científica:** introdução a filosofia da ciência: São Paulo. Editora Universidade de São Paulo. 1973.

IBGE. **Estimativa populacional para o ano de 2009**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao> Acesso em: 17 de maio de 2010.

IBGE. **Censo demográfico** 1940, 1950, 1960, 1970, 1980. Rio de Janeiro: IBGE. *apud* MENEZES, Maria Aparecida; ALFREDO, José Gonçalves. . **Migrações no Brasil: o peregrinar de um povo sem terra**. São Paulo: Paulinas, 1986. 86 p.

IBGE. **Censo demográfico** 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1983 *apud* SANTOS, Regina Beca. **Migração no Brasil**. São Paulo: Scipione. 1997. 69 p. (Coleção Ponto de Apoio)

LEE, Everett S. **Uma teoria sobre a migração**. In: MOURA, H. A. de (Coord). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. T.I, p. 89-114.

LOVO, Ivana Cristina; COSTA, Zilá Raquel Pereira; MARTINELLI, J. C. M. **Experiência de governador Valadares/Minas Gerais/Brasil com a implantação do programa de agricultura urbana (AU)**. 2005. 20 p. Disponível em: <http://www.ipes.org/index.php?option=com_content&view=article&id=216&Itemid=140> Acesso em: 28 de jul. de 2010.

MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo. **Agricultura urbana**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2002. (Documentos; 48)

MACHADO, Felipe da Silva. **Agricultura urbana, mercado de trabalho, renda e família**. 2008. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008_1457.pdf> Acesso em: 31 de jul. de 2010.

MAIA, Rui Leandro. Migrações e redes de relações sociais em meio urbano: um exemplo a partir do Porto. **Revista de Demografia Histórica**, v. 20, n.1 segunda época, 2002, p. 53-80.

MARANDOLA JR., Eduardo; DAL GALLO, Priscila M. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 4., 2009, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte: ABEP, 2009. p. 1-15.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 289p.

MARTINE, George. O lugar do espaço na equação população/meio ambiente. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, v. 24, n. 2, p. 181-190, jul./dez. 2007

MARTINE, George. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 11, n. 1, p. 41-60, 1994.

MARTINE, George; CAMARGO, Liscio. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 1, n. 1, p. 99-144, 1984.

MATOS, Ralfo. Crescimento populacional e migração interna nos principais municípios de Minas Gerais.. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1., 1997, Curitiba. **Anais**. 1997. v. 1. p. 329-348.

MATOS, Ralfo; BRAGA, Fernando. Redes sociais, redes territoriais e migração. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu, MG. **Anais**. Campinas: ABEP, 2004. 21 p.

MENEZES, Maria Aparecida; ALFREDO, José Gonçalves . **Migrações no Brasil: o peregrinar de um povo sem terra**. São Paulo: Paulinas, 1986. 86 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 80 p.

MOUGEOT, Luc J. A.. A agricultura urbana como estratégia para o desenvolvimento municipal sustentável. **Revista de Agricultura Urbana**, Quito, v. 1, n. 1, 2001. p. 5-7.

PARANHOS, Lucíola da Silva; COSTA, João Batista de Almeida; MARTINS, Herbert Toledo. Redes sociais, reciprocidade e desenvolvimento regional no norte de Minas Gerais. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 1, p. 99-114, 2008. Disponível em: <http://www.ccsa.unimontes.br/ppgds/images/stories/revista_1/artigo_08.pdf> Acesso em: 06 de abr. de 2010

PEDUTO, Elisa; SATDINOVA, Dilyara. O papel da agricultura urbana na construção de cidades resilientes: exemplos de bairros de Londres. **Revista de Agricultura Urbana**, Quito, n. 22, 2010.

PERDOMO, Rosa Pérez. **Os efeitos da migração**. 2006. Disponível em: <http://www.pahef.org/success_stories/ethos_iv/portuguese/6OsEfeitosDaMigrao.pdf> Acessado em: 24 de julho 2010.

PESSÔA, Cristiane Cardoso. **Agricultura urbana e pobreza: em estudo no município de Santa Maria - RS**. 2005. 87 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2005

RAVENSTEIN, Ernest George. As leis da migração. In: MOURA, H. A. de (Coord). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. T.1, p. 19-88.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flavia Maria. Quatro historias de terras perdidas: modernização agrária e privatização de campos comuns em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Recife, v. 9, n. 2; p. 115-129, nov. 2007.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. (Org). **Historias dos Gerais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. 329 p.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria; ASSIS, Thiago de Paula. Os caminhos de São Paulo: migrações e trabalho urbano de agricultores mineiros. **Revista Brasileira Estudos Populacionais**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 241-258, jul./dez. 2004.

RIBEIRO, José Antônio; MAGALHÃES, Marilda Quintino. **A promoção do direito humano à alimentação adequada através da agricultura urbana: Uma experiência em Contagem-MG**. **Revista de Agricultura Urbana**, Quito, n. 22, 2010.

SAINT-HILAIRE, Augustin François César Prouvençal de. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo**, 1822, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974. 125 p.

SAMPAIO, Teodoro. **O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 352 p.

SANTOS, Antonio Justiniano dos; SOUZA, Jacy Borges de; MATOS, Jose Geraldo Ribeiro de; PACHECO, Jose Martinho dos Santos; VIANA, Adailton Lopes. Terra, lavoura e criação no Rio dos Cochos. In: MAGALHÃES, Eduardo Ribeiro. **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. p. 157-188.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. **Da produção de subsistência à agricultura moderna**: socialização e preparação para o trabalho no Projeto Jaíba. 2003. 201 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

SANTOS, Regina Beca. **Migração no Brasil**. São Paulo: Scipione. 1997. 69 p. (Coleção Ponto de Apoio)

SANTOS, Silvana Lopes dos Santos; BATALHA, Mario Otávio. Mudanças nos padrões de consumo alimentar da população das regiões metropolitanas do Brasil 1995/2003. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto, SP. **Anais**. Brasília, DF.: SOBER, 2005. 1 CD-ROM..

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MENEZES, Marilda Aparecida. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. **Revista Eletrônica do Nead**, Brasília/DF, v. 1, p. 1-14, 2007.

SILVA, Virgínia Ferreira da. **Migração e redes sociais**: trajetórias, pertencimentos e relações sociais de migrantes no interior de São Paulo. 2006. 260 f. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural) - Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

SOARES, Weber. Análise de redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional. **Revista Brasileira Estudos Populacionais**, Campinas, v. 21.n. 1.p. 101-116, jan-jun. 2004.

SOARES, Weber. **Da metáfora à substância**: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. 2002. 360 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

SOARES, Weber. **Emigrantes e investidores**: redefinindo a dinâmica imobiliária na economia valadarense. 1995. 178 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

SPIX, Johann Baptist von; MATIUS, Karl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil**: 1817-1820. 4. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. 3 v.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v.7, n. 1, p.. 35-53, 1990.

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se negocea: o campesinato como ordem moral**. In: Anuário Antropológico. Brasília, Editora UNB/ Tempo Brasileiro, 1987.

YAN, Wang; JIANMING, Cai; LIOU, Xie; JUNPING, Liu. **Cidades resilientes: os exemplos de Beijing e Xangai**. Revista de Agricultura Urbana, Quito, nº 22. 2010.

ANEXO 1 – Roteiro de Pesquisa**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA**

Projeto: MIGRAÇÕES RURAIS E FLUXOS DE CONHECIMENTO
AGROECOLÓGICO: O CASO DE MONTES CLAROS MG

BLOCO1: DADOS DO ENTREVISTADO

1. Informações pessoais

1-Nome: _____ 2:

Origem _____

2-Endereço: _____ 3-Pólo: ____ 4-Idade: _____ 5- @Sr@
estudou ate que serie? _____6. Qual sua ocupação principal? ____ 7- Há quanto tempo @ Sr@ mora em
Montes Claros? _____**BLOCO 2: CARACTERÍSTICAS DA MORADIA**

2.1. Residência

01 () própria 02 () emprestada 03 () alugada 04 () outros
(especificar) _____

2.2. Informações sobre pessoas que vivem na residência

Membro / parentesco	Município de origem	Sex o	Ida de	Anos de estudo	Ocupaç ão	Trabalha na agric. urbana
1						
2						
3						

2.3 A residência é compartilhada com outras famílias

() sim () não () em parte (detalhar):

2.4. Qual é a origem da água utilizada? 01 () rede geral (COPASA) 02

() cisternas 03 () outro

2.5. Qual a origem da energia elétrica?

BLOCO 3: CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA URBANA

3.1. @ Sr@ era agricultor@ na sua cidade de origem?

3.2. Plantava em terra própria ou terra cedida/alugada/meeiro/outro?

3.3. Por quais motivos Sr@ se mudou para Montes Claros?

3.4. Antes de mudar para Montes Claros @ Sr@ tinha algum conhecido ou
parente já morando na cidade de MOC?

Quem/onde?

Veio com a família?

3.5. Mudar para a cidade mudou para melhor a vida do Sr@ e dos membros de sua família? Por quê?

3.6. Há quanto tempo @ senhor@/ e sua família planta em área urbana?

3.7. Quantas pessoas plantam na área em que @ senhor@ cultiva? São seus parentes?

3.8. Qual o local de produção: 01 () quintal de casa 02 () terrenos baldios 03 () terrenos privados 04 () outros (especificar) 05 () terrenos públicos

3.9. Qual a condição do lote onde cultiva: próprio, alugado, cedido, emprestado?

3.10. Qual é a área média destinada à produção?

3.11. Instrumentos de trabalho usados para produção.

Item	Quantidade	Uso individual ou comunitário
Enxada		
Pá		
Machado		
Facão		
Carriola		
Outros - especificar		

3.12. Por quê @ Sr@ ou a sua família resolveu fazer agricultura na cidade?

3.13. Em que época do ano o Sr@ usa o espaço para produzir?

3.14. De quanto em quanto tempo @ senhor@ lida com a lavoura (plantio)?
01 () todos os dias 02 () alguns dias da semana 03 () finais de semana 04 () feriado

3.15. Quanto tempo @ senhor@ dedica por dia com a lavoura (AU)?

BLOCO 4: PRINCÍPIOS AGROECOLÓGICOS NO UBANO

4.1. O que @ senhor@ usa na produção?

01 () sementes próprias 02 () sementes compradas 03 () esterco de animal 04 () adubo químico 05 () cinza 06 () carvão 07 () outros (especificar)_____

Caso use adubo químico ou esterco animal. Por que usa?

4.2. O que @Sr@ faz com as folhas e os galhos secos das plantas?

4.3. Como é feita a adubação e a melhoria da terra para plantar?

- 4.4. Como @ Sr@ maneja as plantas indesejadas/daninhas/invasoras que aparecem na sua lavoura/horta?
- 4.5. Como é feito o controle de pragas e doenças?
01 () insumos químicos 02 () tratamento orgânico; qual? 03 () métodos manuais
04 () outros (especificar)
- 4.6. @ Sr@ usa veneno/insumos químicos na lavouras?
- 4.7. Caso use tratamento orgânico, como é o preparo?
Quem prepara esse produto?
Com quem aprendeu?
- 4.8. De onde vem a água usada na produção?
- 4.9. Qual é o consumo médio da água por mês na produção?
- 4.10. @ senhor@ gasta energia elétrica na produção?

BLOCO 5: APOIO À AGRICULTURA URBANA

- 5.1. Alguma vez @ senhor@ já participou de cursos ou treinamentos sobre agricultura? Qual?
- 5.2. @ senhor@ acompanha programas de treinamento por rádio ou TV? Qual?
- 5.3. Alguma vez já participou de projetos relacionados à agricultura urbana?
01 () Sim 02 () não
- 5.4. Caso já tenha participado, o projeto foi de iniciativa:
01 () da comunidade 02 () da prefeitura 03 () de órgão de apoio técnico (Universidade, Emater, etc) 04 () outros (especificar)
- 5.5. Quais as maiores dificuldades encontradas para a prática da agricultura urbana?
- 5.6. O que @ senhor@ precisa para melhorar a produção?
- 5.7. Caso exista algum programa de integração de agricultores urbanos @ senhor@ tem interesse em participar?

BLOCO 6: RELAÇÃO COM CIDADE DE ORIGEM

6.1. @ Sr@ sempre morou neste bairro em Montes Claros? Caso não, qual bairro?

6.2. Com quem o Sr@ aprendeu a fazer lavouras?

6.3. Como era feita o preparo de terra no seu local de origem (rural)?

E o plantio?

6.4. O modo como a @Sr@ planta (sistema de plantio) aqui na cidade é igual ao que aprendeu na roça?

Quais são as semelhanças?

Quais são as diferenças?

6.5. Como é feito o preparo da terra no seu local de agricultura atualmente (quintal, etc)?

E o plantio?

6.6. @ Sr@ já ensinou algum vizinho ou parente na cidade a plantar?

Para quem?

Em que bairro?

Plantar o que?

6.7. Onde são conseguidas as mudas que o Sr@ utiliza para o plantio?

Produto	Variedades	Como/com quem conseguiu?/ relação de parentesco?
Banana	* _____ * _____ * _____	_____ _____ _____
Cana	* _____ * _____ * _____	_____ _____ _____
Mandioca	* _____ * _____ * _____	_____ _____ _____

6.8. Onde são conseguidas as sementes que o Sr@ utiliza para o plantio?

Produto	Variedades	Como/com quem conseguiu?/ relação de parentesco?
Feijão	* _____ * _____ * _____	_____ _____ _____
	* _____ * _____ * _____	_____ _____ _____

6.9. Os alimentos que @ Sr@ cultiva atualmente já eram consumidos na cidade de origem? Quais são?

6.10. O modo de preparo deste alimento é o mesmo?

6.11. Teve ajuda de alguém quando chegou à cidade de Montes Claros?

() financeira () moradia () alimento () outra

De

quem? _____ Parentesco _____

6.12. @ senhor@ ainda tem ligação com o seu município de origem?

Com parentes? Quais?

Com conhecido?

6.13. Com qual frequência @ Sr@ vai até a sua cidade de origem?

6.14. O Sr@ recebe algum produto da sua cidade de origem?

Produto	Qual	Enviado por	Parentesco
Muda			
Semente			
Alimento			

6.15. O Sr@ recebe ou troca mudas ou sementes com:

Pessoas de outras cidades? Quais?

Outras pessoas aqui do bairro? Quais?

Pessoas de outros bairros de Montes Claros? Quais?

6.16. Tem mais pessoas na sua vizinhança que plantam como o senhor@?

6.17. @ Sr@ tem parentes na cidade de Montes Claros que são da sua cidade de origem?

Se sim, em qual bairro de Montes Claros eles moram?

De quanto em quanto tempo vocês se encontram?

6.18. @ Sr@ tem conhecidos da sua cidade de origem em Montes Claros?

Se sim, em qual bairro de Montes Claros eles moram?

De quanto em quanto tempo vocês se encontram?

BLOCO 7: PRODUÇÃO E DESTINO

7.1. Quais produtos são plantados?

01 () hortaliças/tempero – Quais?

02 () legumes – Quais?

03 () medicinais – Quais?

04 () frutas – Quais?

05 () ornamentais – Quais?

06 () grãos – Quais?

07 () pequenos animais – Quais?

08 () grandes animais – Quais?

7.2. Produção e Destino

Produto	Quantidade	Consumo da casa	Venda	Troca	Doação
Hortaliças					
Temperos					
Legumes					
Medicinais					
Frutas					
Ornamentais					
Grãos					
Produtos de origem animal					
Animais					

7.3. Caso a produção seja comercializada, onde isso ocorre:

01 () feiras de produtores 02 () na própria casa 03 () grandes mercados

04 () minimercados 05 () outros (especificar)

7.4. Qual foi a quantidade de produtos comercializados nesse mês?

7.5. Qual foi a quantidade de produtos usados para o consumo?

7.6. Qual foi a quantidade de produtos doados nesse mês?

7.7. Para quem é feita a doação?